



MEMORIAL

Memorial submetido à avaliação da banca do Concurso de Professor Titular Livre do Departamento de História da Universidade Federal de Juiz de Fora, por Cláudia Maria Ribeiro Viscardi.

UFJF

2017

ÍNDICE

Apresentação	04
1- O Processo Inicial de Formação	07
1.1- Quando tudo começou	
1.2- O Mestrado na Ciência Política	11
1.3- Meus primeiros anos na UFJF	13
2- Do Encontro com a Primeira República ao “Teatro das Oligarquias”	17
2.1- Meu retorno para a História	17
2.2- A mudança do tema	19
2.3- A publicação do meu primeiro livro	23
3- Um Intervalo Burocrático	26
3.1- A criação do Programa de Pós-Graduação em História da UFJF	28
4- O Encontro com a História Social: Mutualismo e Filantropia	33
4.1- O meu reencontro com a História dos Movimentos Sociais	33
4.2- Uma nova fase dos estudos do mutualismo	36
4.3- A internacionalização do tema e da carreira	37
5- A Consolidação da Carreira	43
6- De Volta ao Federalismo	46

6.1- Uma passagem pela Casa Rui...	46
6.2- As origens do “Unidos Perderemos”, meu segundo livro autoral	49
7- Um Encontro com o Nacional-Autoritarismo	54
8- As redes de Pesquisa Nacionais e Internacionais	60
9- A Carreira Hoje e os Planos para o Futuro	64
9.1- O atual “espaço da experiência”	64
9.2- “O horizonte de expectativas”	66
Considerações finais	68
Referências	71
Anexos	77
1- Relação de dissertações e teses orientadas	78
2- Algumas produções em números	82
3- Participação em Conselhos Editoriais	84
4- Disciplinas lecionadas na graduação e na Pós-Graduação	85
5- Relação de projetos financiados por agências e valores captados	88

Apresentação

“Todos os dias quando acordo
Não tenho mais o tempo que passou
Mas tenho muito tempo
Temos todo o tempo do mundo”

Legião Urbana

Ao dar início à escrita desse Memorial, me dei conta de que pela primeira vez, após recentemente completados 30 anos de carreira acadêmica, produziria um texto auto reflexivo, uma quase autobiografia intelectual, uma “escrita de si”. Ao retomar o prefácio de Angela de Castro Gomes ao livro “Escrita de Si, Escrita da História”¹, deparei-me com essa frase:

Assim, os tempos modernos são de consagração do lugar do indivíduo na sociedade, quer como uma unidade coerente que postula uma identidade para si, quer como uma multiplicidade que se fragmenta socialmente, exprimindo identidades parciais e nem sempre harmônicas.²

Comecei, então, a compreender de onde vinham as minhas dificuldades em escrever um texto que relatasse a minha trajetória acadêmica, sem resvalar no auto referenciamento, que resulta da ilusão de que tenha sido minha trajetória algo excepcional; por outro lado, não queria correr o risco de vê-la perdida na fragmentação das inúmeras experiências que a compõem. Ao tentar conferir à minha vida profissional alguma coerência, seria prudente lhe dar certo grau de homogeneidade, sem cair no individualismo subjetivista. Muitos desafios para tão pouco texto. Ciente de que um memorial não é uma autobiografia, - pois longe ele deve estar de uma escrita íntima - a reconstrução de trajetórias profissionais não deixa de ser uma escrita de si.³

¹GOMES, Angela de Castro (org.). Escrita de si, escrita da História: a título de prólogo. In: GOMES, Angela de Castro (org.). *Escrita de si, escrita da História*. Rio de Janeiro: FGV, 2004.

² Idem, *ibidem*, p. 12.

³ Idem, *ibidem*, p. 18.

O prefácio citado de Angela faz referência ao conhecido texto de Bourdieu, escrito em 1986 e publicado no Brasil dez anos mais tarde, “A ilusão biográfica”⁴, no qual o sociólogo francês afirma que falar sobre uma história de vida é pressupor que a vida tenha uma história, coerente e dotada de sentido, construída em sequências cronológicas e ordenadas segundo relações inteligíveis. Todos sabemos que quem confere sentido às trajetórias, individuais ou coletivas, é o narrador, o historiador ou o biógrafo, neste caso, a historiadora de ofício e a “memorialista” de si mesma. Em meio à descontinuidade e imprevisibilidade da vida, o biógrafo para Bourdieu se tornaria um profissional da interpretação, ao criar artificialmente um sentido, sacrificando a vida à uma ilusão retórica. A saída apontada por ele seria levar-se em conta as redes nas quais os indivíduos emaranham as suas existências. São elas que conferem sentido às experiências individuais. Ademais, o reconhecimento de sua inserção em redes de relações de influência mútua impediria uma outra ilusão biográfica, a subjetivista.

É dessa forma que pretendo construir esse texto. Fazer uma reconstrução do meu passado e presente acadêmicos, sem cair no subjetivismo e me valendo das inúmeras conexões em que estive enredada para compreender melhor minhas escolhas e minhas opções teóricas. Haverá também um espaço para as projeções que faço para o futuro.

Como historiadora, com forte ligação com a pesquisa empírica, dificilmente conseguiria escrever algo sem fontes. Reuni, então, o que havia de mais palpável sobre a minha carreira: os comprovantes de meu currículo, que guardo desde os meus tempos de graduação. Mas precisava voltar minha memória para um período ainda mais longínquo, o de minha formação na infância e adolescência, mesmo que brevemente.

As inseguranças em relação à reconstrução de um passado não documentado na maior parte das vezes, me fizeram lembrar de um texto de Halbwachs, que havia lido em uma das inúmeras preparações de aula para a pós-graduação: “Memória individual e memória coletiva”: *Se o que vemos hoje toma lugar no quadro de referências de nossas lembranças antigas, inversamente essas lembranças se adaptam ao conjunto de nossas percepções do presente. É como se estivéssemos diante de muitos testemunhos*⁵. De fato, essa reconstrução é muito mais contemporânea do que um relato preciso sobre o meu

⁴ A primeira versão que li desse texto foi em espanhol, em um curso ministrado por Marieta de M. Ferreira na UFRJ, quando era aluna de doutorado, em 1994. O texto foi traduzido para o livro organizado por ela e Janaína Amado, dois anos depois. BOURDIEU, Pierre. A ilusão biográfica. In: FERREIRA, M. de M. e AMADO, Janaína (orgs.). *Usos e abusos da História Oral*. Rio de Janeiro, ED.FGV, 1996, 183-191.

⁵ HALBWACHS, Maurice. *A memória coletiva*. São Paulo: Centauro, 2006, p. 29.

passado. Os testemunhos de hoje acabam por moldar as lembranças do passado, ajustando-o a um ordenamento coerente, eivado de sentido.

Para contornar os riscos do esquecimento, optei por fazer um relato cronológico, que não se processa, naturalmente, de forma rígida, na medida em que o leitor poderá observar algumas idas e vindas no tempo, com o objetivo de melhor encadear os fatos. Dessa forma, dividi o Memorial em nove partes. A primeira, intitulada “O Processo Inicial de Formação”, resume a minha trajetória até o Doutorado e se concentra nas décadas de 1980 e 1990. A segunda parte: “Do Encontro com a Primeira República ao Teatro das Oligarquias” aborda o meu doutoramento e a publicação de meu primeiro livro autoral. A terceira parte, que intitulei de “Um Intervalo Burocrático”, como o próprio título diz, trata da minha experiência na gestão universitária, no início dos anos 2000. A quarta parte é dedicada às minhas pesquisas no campo da História Social da Primeira República e do processo de internacionalização da minha carreira, sobretudo a partir da realização do meu primeiro pós-doutorado, em 2007. A quinta parte se refere a um período em que minhas pesquisas se consolidaram, quando me tornei bolsista do CNPq e do Programa do Pesquisador Mineiro da Fapemig. “De volta ao Federalismo” compõe a sexta parte do presente Memorial e se refere à retomada das pesquisas sobre o Federalismo até a publicação de meu segundo livro autoral. A sétima e oitava partes tratam de um período mais recente, como a minha ascensão na carreira funcional, o meu segundo pós-doutorado e a minha integração em redes nacionais e internacionais de pesquisa. Por fim, apresento algumas informações sobre o estágio atual de minha carreira e de algumas perspectivas de futuro, na nona parte.

Procurei omitir desse relato aspectos da minha vida privada, embora todas as minhas realizações profissionais estejam conectadas à minha família e ao meu amplo círculo de amigos. Mas conforme anunciado antes, não se trata de uma biografia, mas de um relato de caráter eminentemente profissional. As referências que eventualmente apareçam se justificam pela necessidade em tornar mais claras algumas opções profissionais realizadas.

1- O Processo Inicial de Formação

1.1- Quando tudo começou

Fiz toda a minha formação – sem exceção – na escola pública. Filha de uma família de classe média baixa e pouco instruída, que mesmo no período do “milagre econômico” conseguiu manter-se falida, tive minhas carências financeiras e intelectuais compensadas por minha inserção em redes extrafamiliares, formadas, sobretudo, por vivências religiosas, esportivas e recreacionais.

Fui aluna do Colégio de Aplicação João XXIII, da Universidade Federal de Juiz de Fora, e concluí o ensino médio em uma “high school” americana, em uma cidade de 17 mil habitantes, no interior da gélida Minnesota, nos Estados Unidos, após passar um ano em um programa de intercâmbio, que na ocasião, era gratuito. A importância desse relato de cunho privado justifica-se pelo impacto que a experiência teve para meu processo de formação intelectual. Aos 17 anos, a pretensão de cursar Engenharia foi torpedeada pelos primeiros contatos que tive com a obra de Marx na biblioteca da “Owatonna High School”. Uns voltam americanizados, como cantaria Carmem Miranda. Eu voltei comunista. Entre essa opção política e a decisão por me graduar em História havia um curto atalho.

Iniciei a minha graduação na UFJF em 1982. Tive excelentes professores, todos muito comprometidos em ministrar aulas bem preparadas, com base na literatura que dispunham. Como quase todos de minha geração, tive acesso à leituras de variadas modalidades de Marxismo, desde as mais ortodoxas às menos. Preferíamos as primeiras. Meus professores não eram titulados e não havia nenhuma tradição de pesquisa no curso. Cheguei a ser monitora, por dois anos seguidos, de História Contemporânea. Acompanhei de perto a organização dos primeiros arquivos históricos da cidade. Trabalhei como voluntária em um deles, higienizando fontes e as colocando em caixas referenciadas, segundo os métodos mais modernos da Arquivologia. Sem perceber, era testemunha de uma renovação que se iniciava. Uma mudança geracional, que trazia para o Departamento de História da UFJF jovens professores, mais voltados para a pesquisa e interessados em sua capacitação. Três deles – Beatriz Domingues, Ignacio Delgado e Maraliz Christo –se tornaram meus professores e, pouco mais tarde, meus colegas. Embora na ocasião fossem

mestrandos, já demonstravam existir uma outra possibilidade para além do ensino: a pesquisa em História.

Alguns textos me marcaram enquanto graduanda. Quem nunca se encantou com a leitura de “A chamada acumulação primitiva de capital” de Marx ou com seu texto sobre as formações econômicas pré-capitalistas, cujo prefácio de Hobsbawm era ainda mais genial? Ou com o “Escravidão Colonial” de Gorender e “Os Métodos da História” de Ciro Cardoso e Brignoli? A diversidade, que felizmente reinava no Departamento de História da UFJF, fez com que eu também me encantasse com Gilberto Freyre, Sérgio Buarque e, ainda mais, com Raimundo Faoro, entre outros importantes intelectuais fora dos círculos marxistas⁶.

No âmbito do Marxismo, cujas leituras compunham a maior parte das disciplinas, meu vínculo maior se estabeleceu com a obra de Antonio Gramsci⁷, provavelmente pela minha militância religiosa. A estratégia da “revolução passiva” me convencia mais na ocasião. *By the way*, todos nós acreditávamos na revolução... Acredito que para além da questão religiosa, o conceito da “autonomia relativa do Estado” presente nas obras do autor italiano vinha ao encontro de minhas concepções políticas. Nunca fui muito ligada às interpretações que viam o Estado como ocupado por uma classe dominante e relegava as dimensões políticas e culturais à uma suposta “superestrutura”. Sempre achei tais análises muito simplificadoras, por omitirem a complexidade das relações que se processavam no âmbito do próprio Estado e entre ele e a sociedade civil. Dessa forma, os estudos de Gramsci sobre a cultura, a Filosofia da História e o papel dos intelectuais fundamentavam minhas primeiras incursões na História Política e na História Intelectual do Político. Ao visitar recentemente a minha tese de doutorado, me surpreendi ao encontrar Gramsci e seu conceito de autonomia relativa nas análises que fiz sobre as relações entre os cafeicultores e o Estado na Primeira República. Voltarei a esse tema adiante. E quando fui estudar mais a fundo a Micro história Italiana, para lecionar na Pós-

⁶ MARX, Karl. *Formações econômicas pré-capitalistas*. 3ed, Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981. GORENDER, Jacob. *O escravidão colonial*. São Paulo: Ática, 1980. CARDOSO, Ciro F. e BRIGNOLI, Héctor P. *Os métodos da história*. 2ed, Rio de Janeiro: Graal, 1981. FREYRE, Gilberto. *Casa grande e senzala: formação da família brasileira sob o regime de economia patriarcal*. 48 ed, São Paulo: Global, 2003. HOLANDA, Sérgio B. *Raízes do Brasil*. 23 ed, Rio de Janeiro: José Olympio, 1991. FAORO, Raimundo. *Os donos do poder: formação do patronato político brasileiro*. 6ed. Volume 2. Rio de Janeiro: Ed. Globo, 1984.

⁷ Aqui me refiro a três obras: GRAMSCI, A. *Os intelectuais e a organização da cultura*. 4ed, Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982. GRAMSCI, A. *Maquiavel, a política e o Estado Moderno*. 5ed, Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1984. GRAMSCI, A. *A concepção dialética da História. Obras escolhidas*. São Paulo: Martins Fontes, 1978.

Graduação, tive que revisitar o seu debate com Benedetto Croce, de forma a compreender melhor as raízes intelectuais de Ginzburg, Edoardo Grendi e Giovanni Levi. Realmente, o marxista italiano tinha lançado raízes profundas em minha formação intelectual, as quais nos anos noventa ainda fundamentavam minhas interpretações e, mais tarde, me auxiliavam a compreender a escola histórica italiana.

Como visto, tive uma sólida formação, embora sem ter flertado em nenhum momento com a iniciação científica, pois não existia uma só bolsa em minha Universidade. Uma lacuna que teve que ser resolvido *a posteriori*.

Na ausência de qualquer política de assistência estudantil, pude me manter no curso universitário por dar aulas de inglês, nos inúmeros novos cursos que abriam e fechavam com a mesma celeridade, na “perdida” década de 80, em uma cidade de porte médio e do interior. Cheguei também a ministrar algumas aulas de História, tanto na Rede Cenecista, quanto em cursinhos pré-vestibulares.

Como sabemos, a década de 1980 nos convidava à rua. A eleição e morte de Tancredo Neves, a campanha das Diretas Já, o movimento da Constituinte e as eleições de 1989. Particpei ativamente de todas essas manifestações, além de outras tantas.

Mas, enquanto estudante de graduação, não participei do movimento estudantil, pois tinha uma militância religiosa intensa e também – como resultado dela – participava das primeiras organizações em defesa dos direitos das crianças socialmente marginalizadas. Fiz parte da direção nacional do “Movimento Meninos de Rua”, que entre seus resultados mais destacados, esteve a aprovação do Estatuto da Criança e do Adolescente. Anos mais tarde, eu trabalharia diretamente com essa população marginalizada, motivada mais pela política do que pela religião. Eu provinha de uma família kardecista, de pelo menos três gerações. Compunha um grupo mais à esquerda do movimento espírita, que não era muito bem visto pela cúpula. Não demorou até sermos expulsos. Mesmo assim, demorei a me desligar totalmente do campo religioso, o que fiz dez anos depois. Como dizia Nietzsche, “*não se pode negar a deus sem perder a proteção do templo*”. Eu gostava da proteção.

Em razão de minha atuação nesse campo, fui convidada a trabalhar como assessora na Prefeitura de Juiz de Fora, em sua Secretaria de Ação Social, no Programa Municipal de Atendimento às Crianças, o “Pró-Creche”. Eu tinha 19 anos e já recebia um salário maior que o do meu pai.

O meu envolvimento com os problemas sociais e com as políticas de gestão que poderiam minorá-los me despertou um interesse para as relações entre o Estado e os

movimentos sociais, que começavam a se reorganizar nos anos oitenta. Algumas leituras que havia feito na graduação conferiam um certo subsídio teórico-ideológico para as minhas práticas. Me lembro bem de três autores que li na ocasião: Lúcio Kowarick, Teresa Caldeira e Paul Singer.⁸ Além, é claro, das canções de Chico Buarque que remetiam à minha militância, como o “Guri” e o “Brejo da Cruz”.

Desse período de minha vida, lembro-me de dois encantamentos: com a disciplina História das Ideias Políticas e com as utopias de esquerda, revigoradas após a “distensão democrática”. Hoje percebo que o primeiro dos encantamentos marcou com profundidade a minha formação, pois o interesse pela História Intelectual do Político e pela História Política estiveram sempre presentes em minha trajetória acadêmica. E o segundo, da mesma forma, na medida em que vivenciei, embora moderadamente, algumas experiências de militância política. Sem dúvida, o primeiro encantamento sempre foi mais forte que o segundo. Priorizei a vida acadêmica em detrimento da política, embora elas ainda se visitem vez por outra.

1.2- *O Mestrado na Ciência Política*

Graduei-me no prazo previsto e antes mesmo da entrega do diploma já havia sido aprovada no Programa de Pós-Graduação em Ciência Política da Universidade Federal de Minas Gerais, em Belo Horizonte. Minha opção pela Ciência Política se deveu ao interesse pelo campo do político e pela ausência de referências intelectuais que me apontassem caminhos alternativos. Não havia ainda mestrado em História na UFMG e no Rio, eu não tinha nenhuma informação. Era muito jovem e agia sem muita orientação. Fascinada pelo século XX e pela teoria política clássica que estudava, ou nas cadeiras de História da Filosofia (foram quatro!), ou nas de História das Ideias Políticas (três), elaborei um projeto de pesquisa de acesso ao mestrado, que tratava das relações entre o Estado e os movimentos sociais, tendo por foco as experiências de prefeituras com gestão participativa, o que era muito comum no final da década de 80 e início da de 90 no Brasil. Eu retomava por meio do tema as minhas experiências pessoais de militância no Movimento “Meninos de Rua” e de trabalho na Prefeitura.

⁸ KOWARICK, Lúcio. *A espoliação urbana*. 2ed, Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979; CALDEIRA, Teresa Pires do R. *A Política dos Outros: o cotidiano dos moradores da periferia e o que pensam do poder e dos poderosos*. São Paulo: Brasiliense, 1984; SINGER, Paul e BRAT, Vinícius C. (orgs.). *São Paulo: o povo em movimento*. 4ed, Petrópolis: Vozes, 1983.

Cursei o mestrado em quatro anos, entre 1986 e 1990, como era comum em minha geração. As disciplinas eram muitas, 12 no total. Entre elas destaco a lecionada pelo meu orientador, Prof. Malori José Pompermayer, “Política Brasileira”; e outra pelo Prof. Marcos Coimbra, “Políticas Públicas no Brasil”. Por meio dessas disciplinas tive acesso à vasta literatura sociológica, brasileira e internacional. Foram fundamentais para a redação da dissertação os estudos das políticas sociais, dos processos de urbanização e da organização da sociedade civil brasileira. Esses três temas compunham o eixo de minha pesquisa. Minha dissertação intitulou-se: “Diferentes atores em papéis diversos: a barganha política no palco da gestão participativa em Juiz de Fora (1983-1988)”. Não publiquei a dissertação como um todo, mas apenas um artigo síntese na Revista História e Perspectivas da Universidade Federal de Uberlândia, em 1995.⁹

Embora tivesse sido elaborada na Ciência Política, meu orientador não teve êxito em sugerir a retirada das inúmeras incursões diacrônicas que fazia. Minha formação em História havia me conferido o hábito de só compreender o mundo pela lente do tempo.

A dissertação possuía três eixos interconectados. O primeiro era uma discussão sobre os **processos de urbanização**. Meu diálogo intelectual era com Manuel Castells, Jean Lojkine e Milton Santos¹⁰. No cerne, a discussão crítica sobre o impacto do capitalismo sobre a conformação das cidades e a tese de que os movimentos sociais se explicavam pelas contradições do desenvolvimento urbano capitalista, como resultado de seu caráter excludente. A expectativa era que tais movimentos contribuíssem para a implantação de modelos socialistas, pelo viés democrático. Tanto Poulantzas quanto Gramsci eram as filiações teóricas marxistas desses autores. Para além deles, a presença marcante no meu trabalho foi a do antropólogo Carlos Nelson dos Santos.¹¹ Por meio de suas análises micro estruturais, focava a atuação do cotidiano dos setores sociais marginalizados para melhor compreender suas estratégias de superação da pobreza. O diferencial encontrava-se no reconhecimento da fragilidade desses setores, de seu uso político e de seus limites em transformar radicalmente a realidade em que se inseriam.

⁹ VISCARDI, Cláudia M.R. Prefeitura e movimentos sociais: uma experiência de gestão participativa em Juiz de Fora. *Revista História e Perspectiva*. Uberlândia, n. 12/13, 1995.

¹⁰ CASTELLS, Manuel. *Cidade, democracia e socialismo*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980. LOJKINE, Jean. *O Estado capitalista e a questão urbana*. São Paulo, Martins Fontes, 1981. SANTOS, Milton. *A urbanização desigual: a especificidade do fenômeno urbano em países subdesenvolvidos*. 2 ed., Petrópolis: Vozes, 1982.

¹¹ SANTOS, Carlos N. F. dos. *Movimentos urbanos no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro, Zahar, 1981.

Meu diálogo com a Antropologia iniciava-se nesse período, bem como o meu pessimismo em relação ao papel dos movimentos sociais na transformação da realidade.

O segundo eixo era o estudo dos **movimentos sociais e seu impacto sobre os processos de democratização**. Meu diálogo preferencial era com Renato Boschi e Ruth Cardoso.¹² Focados sobre uma análise de conjuntura, marcada pelo período da “abertura política” e do advento dos “novos movimentos sociais”, expressão que havia sido cunhada por Cohen e Arato em Nova York, esses autores procuravam traçar um panorama das diversas mobilizações urbanas que ocorriam no Brasil, para além do movimento sindical. Eram textos otimistas, que acreditavam no potencial transformador dos movimentos sociais, capazes de consolidar a nascente democracia brasileira. A minha dissertação reconhecia as fragilidades desses movimentos e o poder que o Estado tinha em sua contenção, mas se valia dos instrumentos teóricos e da topografia que eles faziam sobre as diversas formas de organização popular que surgiram nos anos oitenta.

E por fim, o terceiro eixo, que era focado em uma **experiência específica** de relação entre o Estado e os movimentos sociais por meio da experiência de gestão participativa ocorrida em Juiz de Fora, entre 1982 e 1988. Para o desenvolvimento dessa parte, trabalhei com história oral, com pesquisa na imprensa, com a aplicação de questionários (*surveys*) e com ampla consulta da documentação oficial da gestão. Segue um trecho de sua conclusão, que ilustra melhor o meu objeto:

A abertura de canais neocorporativos de participação popular se constitui, por si só, em um avanço nas formas tradicionais comumente existentes no Brasil de administração pública. (...) O que se observou através da análise da barganha política que este tipo de gestão engendrou, e através da análise de outros estudos de gestão participativa já realizados, é que, tais modelos administrativos redundam de algum modo nos conceitos de cooptação discutidos por Selznick, onde os incumbentes do poder político abrem-se ao envolvimento dos cidadãos organizados, mais como forma de legitimação do poder, do que com intuítos de seu real compartilhamento. Concluímos que, essas experiências, apesar de constituírem em um certo grau de modernização nas formas tradicionais de políticas públicas, estão condicionadas por demais, ao grau prévio de organização popular existente. Quanto maior for o nível de mobilização da sociedade

¹² CARDOSO, Ruth C. L. Movimentos sociais urbanos: um balanço crítico. In: ... SORJ, Bernardo e ALMEIDA, Maria H. T. (org.). Sociedade e política no Brasil pós-64. 2ed., São Paulo, Brasiliense, 1983. pp. 215-239. BOSCHI, Renato R. *A arte da associação: política de base e democracia no Brasil*. Rio de Janeiro: Iuperj e Vértice, 1987.

civil na defesa de seus interesses, maiores as possibilidades de efetiva participação nas instâncias do poder político de forma institucionalizada. (...) Na ausência de tais requisitos, a repetição desses esquemas terá resultados bastante limitados em relação a possíveis arranjos democráticos maiores, só contribuindo para que determinados setores mais organizados desenvolvessem uma atitude “menos inocente e otimista” e, por conseguinte, mais crítica, favorecendo a busca de formas mais efetivas de se relacionarem ao poder.”

Hoje percebo que era uma dissertação muito pessimista para uma jovem de 27 anos, em um período em que a democracia renascia no Brasil. Esse tom não mudaria muito com o passar dos anos.

Antes mesmo de concluir o Mestrado, aliás, encontrava-me ao fim do primeiro ano, fui surpreendida pela abertura de um concurso público para o Departamento de História no qual havia me graduado. Tratava-se de um concurso para professor auxiliar para três áreas distintas: História Contemporânea, História Econômica e Fontes e Historiografia Brasileira. A diversidade das áreas e os baixíssimos requisitos de qualificação revelavam o que antes afirmara. Era um Departamento sem nenhum vínculo com a pesquisa e com a pós-graduação. Logo percebi que eu teria dificuldades em ser aprovada por não estar cursando um Mestrado em História. Mas procurei me preparar da melhor maneira possível. O adiamento do concurso em razão de uma greve – o movimento nacional docente ganhara muito fôlego nos anos 80 – em muito me favoreceu.

Inscrevi-me, fui aprovada em segundo lugar e empossada aos 24 anos de idade. Começava naquela ocasião, há trinta anos, a minha vida acadêmica na UFJF. Foram contratados cinco aprovados pelo mesmo concurso, o que revelava ter início uma profunda mudança geracional no Departamento.

1.3- Meus primeiros anos na UFJF

Entre 1987 e 1994 (ano em que iniciei meu doutorado), concluí a dissertação, fui Chefe de Departamento por dois anos e fui diretora da Anpuh – Seção Regional de Minas Gerais. Junto com outros colegas, ajudei a criar o primeiro núcleo de pesquisa do Departamento – o Núcleo de História Regional– cuja linha de pesquisa era o estudo da Zona da Mata Mineira, em seus múltiplos aspectos.

Embora os ventos da “Terceira Geração dos Annales” já soprassem no Brasil, as montanhas de Minas impediam que eles chegassem a Juiz de Fora. Era uma Universidade

por demais provinciana, vocacionada para a graduação e sem muitas ambições políticas. Enquanto as universidades paulistas e cariocas vivenciavam a crítica aos estruturalismos e ao princípio de que o acúmulo de monografias regionais seria capaz de produzir a tão sonhada “síntese histórica”, nós acabávamos de criar algo, para nós assaz inovador: um núcleo de pesquisa em História Regional. Por outro lado, sua criação foi fundamental para agregar boa parte dos pesquisadores do Departamento e possibilitar um trabalho de caráter coletivo, sem o qual, dificilmente avançaríamos em nossos planos de futuro.

O nosso núcleo de pesquisa reunia boa parte dos professores jovens e que se encontravam em processo de capacitação. Eu me vinculei, na ocasião, ao estudo das elites políticas mineiras da Primeira República. Meu projeto era fazer uma pesquisa que abordasse o PRM, desde a sua fundação às vésperas da Proclamação, até a Revolução de 30.

Resultou desse núcleo de pesquisa duas instituições que seriam fundamentais em nossa trajetória coletiva de trabalho: a Revista Locus, criada em 1995 e o Arquivo Histórico da UFJF, que embora existisse há mais tempo, contou com a participação ativa dos jovens pesquisadores do Núcleo, não só como consultentes, mas como membros de seu Conselho Deliberativo. Eu fui parte importante tanto do Arquivo, como sua conselheira, como da Revista, como membro de seu Conselho Editorial e, anos mais tarde, como sua Editora-Chefe.

A Anpuh de Minas estava fechada quando a reabrimos, por meio de um evento organizado na UFJF. A partir daquela ocasião, nunca mais deixou de funcionar regularmente. E pelo fato de ter sido reorganizada a partir de uma cidade que não era a capital do estado, passou a ter, desde então, uma direção rotativa entre as cidades mineiras que sediavam universidades federais, já na época, numerosas.

No período também me envolvi com a coordenação de dois cursos de especialização: um em História para os professores da Rede Pública de Minas Gerais e outro em Arquivologia. Na graduação assumi as antigas cadeiras de “História das Ideias Políticas”. Eram três: duas gerais e uma de Brasil.

Naqueles tempos, a bibliografia disponível era bastante tradicional, basicamente de origem francesa.¹³ Eu havia sido formada na “Velha História das Ideias”, baseada em

¹³ Aqui me refiro, sobretudo a: CHÂTELET, François et alii. *História das ideias políticas*. Rio de Janeiro: Zahar, 1985. CHEVALLIER, J.J. *História do pensamento político*. Rio de Janeiro: Zahar, 1982. SABINE, George H. *Historia de la teoria politica*. 12ed, México: Fondo de Cultura, 1991. GETTELL, Raymond. *História das ideias políticas*. Lisboa: Inquérito, 1936, entre outros.

manuais que dividiam cronologicamente os autores mais destacados da teoria política ou tratava de conceitos políticos ao longo da História, como o de liberdade, democracia, formas de governo, entre outros, sem atentar para o fato de que os significantes poderiam ser os mesmos, mas seus significados mudavam com o tempo.

Eu já havia introduzido em meus cursos outros autores, menos tradicionais, até que me defrontei, pela primeira vez, com os trabalhos de Quentin Skinner. A leitura do artigo-manifesto “*Meaning and Understanding in the History of Ideas*”, publicado originalmente em 1969,¹⁴ abalou toda a minha formação na disciplina. As duras críticas feitas pelo intelectual de Cambridge aos alicerces sobre os quais repousavam as disciplinas que ministrava me levaram a reformulá-las drasticamente. Incorporei novos autores na bibliografia e adotei a abordagem da História Intelectual do Político no desenvolvimento dos temas. A publicação em espanhol de “*As Fundações do Pensamento Político Moderno*”¹⁵, bem como outras obras de Skinner, me ajudaram a consolidar um curso de História do Pensamento Político Moderno e Contemporâneo mais voltado para a sincronia de ideias e conceitos, do que para a análise diacrônica de longo prazo, como antes aprendera a fazer.

A forma como Skinner reunia autores – clássicos ou marginais – articulados a uma mesma gramática política e seu distanciamento do “contextualismo” das ideias provocaram em mim um afastamento cada vez maior em relação às abordagens marxistas, nas quais havia sido formada. Mesmo não conhecendo, na ocasião, os demais autores Colligwoodianos, a não ser Pocock, por meio das referências a ele feitas por Skinner, estava convencida da importância da linguagem e da junção entre texto e contexto, parole e langue, indivíduo e sociedade. Pretendo retomar esta discussão mais adiante neste texto. Afastei-me dela para cursar o Doutorado e só muito recentemente a retomei.

Como professora iniciante na carreira, em um Departamento bastante envelhecido, tive que assumir muitas disciplinas diferentes e ainda cargos administrativos. Me tornei Chefe de Departamento com o fim de coordenar uma longa discussão que daria ao nosso currículo de graduação outro perfil, com menos créditos e com uma grade mais flexível. Tal mudança era já um reflexo da entrada de uma outra geração de docentes, mais titulados e mais ambiciosos. Precisávamos diminuir a carga

¹⁴ SKINNER, Quentin. “Meaning and understanding in the History of Ideas”. *History and Theory*. Vol. 8, No. 1 (1969), pp. 3-53.

¹⁵ SKINNER, Q. *Los fundamentos del pensamiento político moderno*. México: Fondo de Cultura Económica, 1978. Somente em 1996 esse livro seria publicado no Brasil: SKINNER, Q. *As fundações do pensamento político moderno*. São Paulo: Cia das Letras, 1996.

horária da graduação, já que tínhamos no horizonte a criação do Mestrado e, na década de 1990, como se sabe, não havia nenhuma previsão de aumento de vagas. A sucessão de governos neoliberais marcou profundamente as universidades, cujos recursos foram tão drasticamente reduzidos, que minha expectativa de futuro era muito pessimista, mesmo sendo jovem. Hoje assistimos a reprise desse “filme noir” e nem mais jovens somos.

A mudança curricular retirou do curso de graduação as disciplinas temáticas (História da Arte, História Econômica e História das Ideias Políticas). Depois de amplo debate, a proposta foi aprovada. Foi nesta ocasião em que me vi sem cadeiras para lecionar. O que eu faria depois disso?

O vazio provisório me foi altamente benéfico, pois obtive uma licença de quatro anos para cursar o Doutorado e tive a promessa de que, tão logo retornasse, assumiria uma cadeira diretamente relacionada ao tema de minha tese, a História da Primeira República Brasileira. Claro que tal alvissareira conjuntura só foi possível mediante duas circunstâncias venturosas: a aposentadoria da Profa. Sílvia Villela, titular da cadeira, e o cumprimento de um Plano de Capacitação Docente que havia proposto, na condição de Chefe do Departamento, para que pudéssemos em 10 anos criar o nosso Programa de Pós-Graduação *Stricto-Sensu*.

O Plano era por demais ousado. Concederíamos quatro anos de licença para qualquer professor que fosse aprovado em cursos de doutorado fora da sede. Houve um semestre que liberamos seis professores ao mesmo tempo. Éramos jovens, apressados e muito comprometidos como nosso futuro na instituição. Crescíamos com ela, embora a passos mais largos e ansiosos, o que acabou por nos beneficiar no longo prazo. Cabe ainda destacar, que a nova reforma curricular criou no ensino de graduação três cadeiras de História do Brasil República. Éramos três professores: eu, Ignacio Delgado e Valéria Lobo. Cada qual escolheu a sua República.

Essa parte do Memorial procurou focar a minha formação em História, a entrada na UFJF, a conclusão de meu Mestrado e a minha participação em uma série de projetos coletivos, que tinham por horizonte a nossa capacitação, a médio prazo, e a criação do Mestrado em História, a longo prazo. Quando meu olhar se volta hoje para esse período, reconheço, que embora os custos tenham sido muito altos – sobretrabalho, conflitos internos, etc. – os resultados foram todos atingidos. Então, era preciso ir para o Doutorado. Foi o que fiz, em 1994.

2- Do Encontro com a Primeira República ao “Teatro das Oligarquias”

“O conhecimento histórico é sempre mais do que aquilo que se encontra nas fontes. (...). Assim, o historiador vê-se na necessidade de arriscar proposições.” R. Koselleck¹⁶

2.1- Meu retorno para a História

Fui aprovada em dois Programas de Pós-Graduação em História para o Doutorado, na UFF e na UFRJ. Escolhi o segundo, por querer ser orientada por Marieta de M. Ferreira, especialista no estudo das elites políticas fluminenses. Sou da turma de 1994 do IFCS. Além de mim estavam lá Francisco Palomanes Martinho, Américo Freire, Mário Lanna Júnior, Cláudia Wassermman, Ângelo Carrara (que mais tarde se tornou meu colega) e muitos outros.

Cursei quatro disciplinas, que muito marcaram a minha formação. Com Anita Prestes fiz um curso sobre os militares na Primeira República. Estudamos variadas abordagens interpretativas acerca das intervenções das Forças Armadas na política, desde sua participação no golpe civil-militar de 1889, até as intervenções dos tenentes sobre os conflitos que resultaram na Revolução de 1930. A bibliografia era muito variada e por meio dela tive acesso a trabalhos raros – por não terem sido publicados – acerca da participação dos militares em eventos marcantes do período, o que revelava a corporação como um ator político fundamental no pacto oligárquico. Tais leituras influenciaram em muito a redação da tese.

Como resultado desse curso, publiquei um artigo no primeiro volume da Revista *Locus*, em 1995, intitulado: “A Força Pública em Minas Gerais”¹⁷. O tema era original, pois nada no meio acadêmico havia sido escrito, até então, sobre a polícia mineira, uma das maiores do Brasil, cujo número de efetivos ultrapassava o do próprio Exército nacional. Precisava fazer o trabalho final da disciplina e tive a ideia de ir ao Sexto Batalhão de Polícia, cuja sede era em Juiz de Fora, com o fim de verificar a existência de

¹⁶ KOSELLECK, R. *Futuro do passado: contribuição à semântica dos tempos históricos*. Rio de Janeiro: Contraponto e PUCRJ, 2006. P. 186.

¹⁷ VISCARDI, Cláudia M. R. A força pública em Minas Gerais. *Locus, Revista de História*. Juiz de Fora: Ed.UFJF, ano 1, n. 1. pp 41-61.

fontes. Deparei-me com um quarto enorme, recheado de boletins de polícia e de relatórios, todos desorganizados, mas ainda existentes e em boas condições de preservação. Reuni as fontes relativas à Primeira República, as coletei e sistematizei. Escrevi o citado artigo, que teve, durante um tempo, boa aceitação, por ter sido pioneiro no tema. Anos mais tarde, retornei ao Batalhão, acompanhada de um orientando de Iniciação Científica, convencido por mim, à duras penas, a estudar tema tão árido. O arquivo havia sido descartado. Dele só restava então este pequeno artigo e o ex-orientando se valeu da oportunidade única para não mais estudar a polícia mineira.

Com Marieta Ferreira fiz um curso essencial para a minha tese, pois se tratava da discussão de textos teóricos que abordavam a chamada “Renovação da História Política”. Tal expressão sempre esteve relacionada a René Rémond, em texto que abre uma coletânea por ele organizada¹⁸. Embora tivesse entrado para o Programa com um tema bastante tradicional - o estudo das elites mineiras e o PRM - seria necessário tratá-lo de forma renovada. Lemos no período textos que só muito mais tarde seriam traduzidos e publicados no Brasil, como o de Rosanvallon, de François Sirinelli, de Lawrence Stone, entre outros. O conceito de cultura política de Berstein¹⁹ - que conferia uma abordagem muito menos mecânica que a de seus “pais fundadores”, Almond e Verba – me foi muito útil em minhas análises no campo da História Política. A técnica prosopográfica, também debatida ao longo das aulas, foi por mim utilizada muitas vezes, tanto em um artigo publicado na Unisinos em 2001²⁰, em que realizo uma biografia coletiva da elite republicana mineira, como no meu mais recente livro, no qual faço uma prosopografia dos Constituintes de 1891. Falarei sobre esse livro adiante. O resultado desse curso foi um artigo, publicado na Revista Estudos Históricos, no ano de 1995, em um dossiê temático sobre História e Região, no qual apresentava alguns resultados parciais de minha pesquisa²¹.

Dois outros cursos eu fiz no IFCS. Um, sob a responsabilidade de Afonso Marques dos Santos, o Seminário de Tese, no qual discutimos na íntegra o livro recém-publicado,

¹⁸ RÉMOND, R. Uma história presente. In: RÉMOND, R. (org.). *Por uma história política*. Rio de Janeiro: FGV, 1996.

¹⁹ BERSTEIN, Serge. A cultura política. In: RIOUX, Jean-Pierre e SIRINELLI, Jean-François. *Para uma história cultural*. Lisboa: Estampa, 1998. pp: 349-363.

²⁰ VISCARDI, Cláudia M. R. Elites Políticas Mineiras na Primeira República brasileira: um levantamento prosopográfico. *Revista História Unisinos*. Porto Alegre: vol.5, n. 4, 2001. pp 243-260.

²¹ VISCARDI, Cláudia M.R. Elites Políticas em Minas Gerais na Primeira República. *Revista Estudos Históricos*. Rio de Janeiro:FGV/CPDOC, vol. 8, n. 15, 1995. Pp 39-56.

“Passados Recompostos”²², além de debater nossos próprios projetos de pesquisa. O outro foi com Francisco Carlos Teixeira da Silva, sobre cinema alemão, que embora nada tivesse a ver com o meu objeto de pesquisa, me encantou por ter muito a ver com minha vida fora da academia. As aulas eram fascinantes.

Sem ainda ter perdido os meus vínculos com a História Regional – nosso Núcleo ainda funcionava – escrevi um artigo sobre a metodologia do campo, mas inovando a partir das leituras recentes que havia feito. Publiquei meu segundo artigo na *Locus*. Ele propunha uma interlocução entre a História, o regionalismo e as relações de poder e dialogava com autores como Bourdieu, Rosanvallon, Gertrude Himmelfarb, Jacques Revel, entre outros.²³

2.2- A mudança de tema

Passado o primeiro ano de cumprimento dos créditos, dei início à pesquisa empírica nas variadas instituições que abrigavam arquivos privados de políticos mineiros. Comecei pelo Arquivo Nacional, no qual coletei as correspondências passivas e ativas de Afonso Pena e de seu filho, Afonso Pena Júnior. Paralelamente, frequentava o arquivo do CPDOC, onde lia as correspondências de Wenceslau Brás, Raul Soares e de um político de Leopoldina, Ribeiro Junqueira. No Instituto Histórico e Geográfico, pesquisava os arquivos de Epitácio Pessoa e de Rodrigues Alves, pois me interessavam as relações entre eles e os mineiros. Na Casa de Rui Barbosa, o arquivo do próprio Rui, pelas mesmas razões. E quando retornava a Minas, ia a Belo Horizonte, no Arquivo Público Mineiro, pesquisar as coleções de João Pinheiro e Arthur Bernardes.

Acerca deste último Arquivo, guardo comigo uma carta em que a sua Diretora, Profa. Norma de Góes Monteiro, recusava o meu pedido de uso de notebook para a realização da pesquisa. Na carta, a historiadora alegava que ela mesma havia feito

²² BOUTIER, Jean e JULIA, Dominique (orgs.). *Passados recompostos: campos e canteiros da História*. Rio de Janeiro: FGV e Ed.UFRJ, 1998.

²³ O artigo: VISCARDI, Cláudia M. R. História, região e poder: a busca por interfaces metodológicas. Juiz de Fora: *Locus, Revista de História*, vol. 3. N. 1, 1997. Pp: 84-97. Os autores acima citados: BOURDIEU, Pierre. *O poder simbólico*. Rio de Janeiro: Bertrand do Brasil, 1989, Cap. 5. ROSANVALLON, Pierre. Pour une Histoire conceptuelle du Politique - Note de Travail *Revue de synthèse*: IV e S. Paris (1-2):93-105 - jan/juin-1986. HIMMELFARB, Gertrude. *The new History and the old*. Cambridge, MA, Harvard University Press, 1987. REVEL, Jacques. La région. In:--- NORA, Pierre. (dir.) *Les lieux de mémoire*. Paris: Gallimard, 1992. III (1).

anotações manuais acerca dos mesmos arquivos, e que eu deveria fazer o mesmo. Outros tempos.

Bastaram algumas idas aos arquivos para eu perceber que havia algo errado com meu projeto de pesquisa. Com foco sobre o PRM, em vão eu buscava informações sobre as relações entre mineiros e paulistas e não as encontrava ou eram relações tão distantes, que não poderiam integrar uma parceria tão estruturada, conforme me apontava a bibliografia lida. Em uma conversa com minha experiente orientadora, na qual relatava as minhas dificuldades e incertezas, dela veio a pergunta: “já que você não encontra articulação política entre mineiros e paulistas, o que você acha de estudar a aliança café com leite, com vistas à sua problematização”? *Challenge accepted!*

Quando saí do seu gabinete percebi que havia mudado de tema. Estávamos em meados de 1995. Eu já tinha cumprido um ano e meio de curso. De imediato, eu precisava de uma nova estratégia de pesquisa, já que o meu desafio seria muito maior do que eu previa. Um trabalho antes de recorte regional havia se transformado em nacional. A bibliografia sobre o período era por demais numerosa. Além de destacados estudiosos brasileiros, como Edgar Carone, Boris Fausto, Leôncio Basbaum e José Murilo de Carvalho²⁴ – só para citar os mais conhecidos – havia ainda os brasilianistas, como Joseph Love, Robert Levine, John Wirth, Steven Topik, dentre muitos outros.²⁵ Todos trabalhavam com a tese da “política do café-com-leite”. Mas eu estava muito empolgada e sabia que poderia escrever algo que renovaria a historiografia da Primeira República.

Uma importante interlocutora, que estava pelo Rio na ocasião e depois fez parte de minha banca de qualificação, foi Armelle Enders, professora da Sorbonne. Ela havia recentemente defendido uma tese sobre a Primeira República²⁶ e fora ela quem deixara no texto a sugestão de que alguém estudasse a “política do café com leite” para

²⁴ CARONE, E. *A primeira república (1889-1930)*. São Paulo: Difel, 1975. FAUSTO, Boris. *A Revolução de 1930: Historiografia e História*. 14 ed, São Paulo: Brasiliense, 1994. BASBAUM, Leôncio. *História sincera da república: de 1889 a 1930*. 4ed, São Paulo: Alfa-Ômega, 1975-6. CARVALHO, José Murilo. *Os Bestializados: O Rio de Janeiro e a República que não foi*. São Paulo: Cia das Letras, 1989.

²⁵ LOVE, Joseph. *A Locomotiva: São Paulo na federação brasileira: 1889-1937*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982. LEVINE, Robert. *A velha usina: Pernambuco na federação brasileira (1889-1937)*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980. WIRTH, John. *O fiel da balança: Minas Gerais na federação brasileira (1889-1937)*, Rio de Janeiro: Paz e terra, 1982. TOPIK, Steven. *A presença do estado na economia política do Brasil de 1889 a 1930*. Rio de Janeiro: Record, 1989.

²⁶ ENDERS, Armelle. *Pouvoirs et fédéralisme au Brésil: 1889-1930*. Paris: Université de Paris IV- Sorbonne/Institut d'histoire, 1993, tese.

desconstruir a tese. O olhar estrangeiro de Armelle, diferentemente dos demais brasilianistas, havia percebido antes de mim a inconsistência da aliança entre mineiros e paulistas.

Na ausência de uma aliança café com leite - que para a quase unanimidade dos historiadores conferia estabilidade ao regime republicano - eu teria que explicar o que de fato conferia tal estabilidade ou comprovar, o que acabei por fazer, que o regime não era tão estável como imaginávamos. Havia também o fato de que a aliança era fundamentada pretensamente nos interesses hegemônicos dos cafeicultores. Eu precisaria enfrentar igualmente essa discussão, dirigindo também a pesquisa para a questão econômica da Primeira República.

Faltava-me, igualmente, um recorte cronológico, pois 41 anos de regime era muita coisa e meu material, composto por correspondências e jornais, era por demais volumoso. Mais importante de tudo, eu precisava de um método, que me possibilitasse responder aos inúmeros desafios que o tema propunha.

Minha estratégia foi analisar as sucessões presidenciais uma a uma. As fontes me conduziram a tal escolha. Precisava ver cada eleição presidencial como um evento específico, ao qual a atribuição da metáfora do jogo era perfeita. Em cada uma delas, os atores políticos entravam em disputa, recriando alianças antes existentes ou construindo novas. Propus um novo modelo de composição e decomposição de alianças políticas, tendo como atores os estados – com seus respectivos potenciais de intervenção sobre o processo político – o Exército e o próprio Estado Nacional. Minha hipótese era de que a estabilidade do regime derivava da instabilidade das alianças. A janela de oportunidades que se abria a cada processo sucessório mantinha os atores na expectativa de que pudessem ser incluídos nas novas articulações de poder. Sabia-se que os atores políticos eram desiguais e hierarquizados entre si; que existia, eventualmente, uma renovação parcial entre eles, já que atitudes monopólicas eram sempre rejeitadas. Esses princípios mantinham o jogo em funcionamento. Quando deixaram de existir, as crises se avolumaram, ameaçando o ordenamento institucional.

Eu já tinha a hipótese, as fontes e um método, que era o da análise das sucessões presidenciais. Só faltava definir o recorte cronológico. Optei por começar a partir da sucessão do Presidente Rodrigues Alves (1902-1906). Até ele, a República tinha vivido um período de hegemonia de uma aliança entre os militares e o Partido Republicano Paulista (PRP). Poucas outras oligarquias participavam efetivamente do poder, pois a maioria delas se encontrava dividida, entre elas, as de Minas. E eu já sabia, por meio das

fontes, que os paulistas tentaram arduamente eleger o seu quarto presidente, mas haviam sido obstados por uma aliança de estados composta por Minas, Bahia, Rio Grande do Sul e Rio de Janeiro, conhecida por “bloco” ou “coligação”. Minha opção, então, foi a de começar no momento em que a hegemonia dera lugar à competição e decidi analisar como se faziam e se desfaziam as alianças políticas entre os diferentes estados-atores desde 1902 à “Revolução de 30”. Tentei conferir a 1930 uma abordagem diferenciada, embora não totalmente original. Filiando-me às interpretações de Luciano Martins e Aspásia Camargo²⁷, busquei não ver a “revolução” como um divisor de águas, mas apenas como um rearranjo das elites no poder. Defendi que a revolução teria se dado para resgatar o modelo oligárquico anterior, como reação às tentativas monopolizadoras dos paulistas, e isto era original. Em nenhum momento vi a Revolução de 30 como o fim do período oligárquico. Mas era ele o fim da minha tese.

Em relação à cafeicultura, dediquei a ela muita reflexão, majoritariamente baseada em fontes secundárias. Felizmente para mim, a área tinha passado por um processo intenso de pesquisa, que resultou em trabalhos que abalavam os pressupostos marxistas de que o Estado republicano fora refém dos interesses exclusivistas dos cafeicultores. Nesse ponto me refiro às pesquisas de Winston Frisch, Steven Topik, Gustavo Franco e Anderson Pires²⁸, este último meu colega, especialista na cafeicultura mineira. Tais trabalhos revelavam um Estado mais preocupado em preservar as finanças públicas do que em atender aos interesses corporativos das elites econômicas hegemônicas. Sem contestar o papel fundamental exercido por elas, aproximavam-se da abordagem gramsciana de autonomia relativa do Estado, a qual me foi muito útil para romper com a ideia de que Minas e São Paulo se encontravam unidos ao Estado por meio do café. Eu voltava a Gramsci de meus tempos de graduação.

O aprofundamento das pesquisas me fez ver as diferenças de interesses entre os dois modelos de cafeicultura, por demais diversos para terem uma pauta comum. A

²⁷ MARTINS, Luciano. A revolução de 1930 e seu significado político. In: GUIMARÃES, Manoel L. S. *et al.* (orgs.). *A Revolução de 30: Seminário Internacional*. Brasília: UNB, 1983. pp.669-689. CAMARGO, Aspásia. A revolução das elites: conflitos regionais e centralização política. In: GUIMARÃES, Manoel, L. S. (org.). *A Revolução de 30: Seminário Internacional*. Brasília: UNB, 1983.

²⁸ FRISTCH, Winston. *External constraints on economic policy in Brazil, 1889-1930*. Hong Kong: University of Pittsburgh Press, 1988. TOPIK, Steven. *A presença do... op.cit.* ; FRANCO, Gustavo H.B. A primeira década republicana. In: ABREU, Marcelo de P. (org.) *A ordem do progresso, cem anos de política econômica republicana (1889-1989)*. Rio de Janeiro: Campus, 1989. PIRES, Anderson J. *Capital agrário, investimento e crise na cafeicultura de Juiz de Fora, 1870 – 1930*. Niterói: UFF, 1993, dissertação.

complexidade de atores e interesses não recomendava explicações simplistas e esquemáticas. Era preciso analisar o papel dos governos em cada conjuntura. Impossibilitada de realizar uma análise de longo prazo sobre as relações entre elites cafeicultoras e Estado Nacional, escolhi as ocasiões em que tais relações assumiam um grau máximo de tensão: as de disputa pelas políticas de valorização do produto. Analisei os quatro períodos (1906, 1910, 1917 e 1926), com ênfase no primeiro deles, o Convênio de Taubaté.

Na contramão de Gramsci, trabalhei com a teoria das elites. Ao longo da tese, procurei por outros atores sociais, fora dos círculos oligárquicos de poder, mas meu objeto era a análise das sucessões presidenciais e o povo não aparecia como um protagonista relevante. Todas as decisões eram tomadas dentro de um círculo muito restrito de atores políticos. A própria imprensa funcionava na maioria das vezes como caixa de ressonância de decisões previamente tomadas em segredo. A noção de classes subalternas em Gramsci não me ajudava muito. Dessa forma, os teóricos clássicos do estudo das elites me foram mais interessantes, como Tom Botomore, Norberto Bobbio, Ettore Alberttoni, Robert Dahl e Wright Mills²⁹.

Em fevereiro de 1999, em uma sexta-feira chuvosa, véspera de carnaval no Rio de Janeiro, defendi a tese, que se chamava “Teatro do Absurdo”: a nova ordem do federalismo oligárquico”. Compuseram a banca, além da orientadora, Anita Prestes (UFRJ), Otavio Soares Dulci (UFMG), Eduardo Kugelmas (USP) e Lincoln Abreu Pena (UFRJ). Recebi críticas e elogios, sugestões de melhoria e a recomendação para publicação.

2.3- A Publicação de meu primeiro livro

Trabalhei na redução da tese e na incorporação das valiosas sugestões da banca por cerca de dois anos, com vistas à sua publicação. Mudei o título e reduzi o trabalho pela metade. Minha sorte foi ter participado da disputa de um prêmio, oferecido pela Prefeitura de Juiz de Fora por meio de sua Lei de Incentivo à Cultura, a “Lei Murilo

²⁹BOTTOMORE, T. *As elites e a sociedade*. Rio de Janeiro: Zahar, 1965. BOBBIO, Norberto *et al. Dicionário de política*. Brasília: UnB, 1986. ALBERTONI, Ettore A. *Doutrina da classe política e teoria das elites*. Rio de Janeiro: Imago, 1990. DAHL, Robert A. Uma crítica do modelo de elite dirigente In: PARSONS, Talcott *et al. Sociologia política II*. Rio de Janeiro: Zahar, 1970. pp. 90-100. MILLS, Wright C. *A elite do poder*. Rio de Janeiro: Zahar, 1962.

Mendes”. Com o dinheiro do prêmio pude financiar a publicação do livro, que saiu pela Editora C/Arte, de Belo Horizonte, em 2001³⁰.

Reproduzo abaixo um trecho do prefácio à primeira edição do livro, de autoria de Otavio Dulci:

O valor de sua pesquisa não resulta apenas da contribuição que oferece à historiografia da Primeira República. Igualmente importante é sua percepção do processo político em si. O “teatro das oligarquias”, para ela, não era um jogo de cartas marcadas, como fica claro no caleidoscópio das conjunturas sucessórias analisadas. A política é certamente pautada por contingências, mas é também espaço de opções, de estratégias, de preferências dos atores. Ao evitar as armadilhas do determinismo e ressaltar o que havia de aberto na história que narra e analisa, este livro se constitui em trabalho exemplar no âmbito da História Política.³¹

Como se tratava de uma editora pequena, embora a qualidade da edição fosse muito grande, a distribuição era precária. A missão de divulgar o trabalho foi por mim assumida. Em todos os congressos que ia, apresentava uma comunicação e vendia os livros. Fui a eventos de norte a sul do país. Minha cota, que era de 400 livros, foi rapidamente vendida. Publiquei um artigo, síntese da tese, na Argentina³², em razão de um congresso internacional que havia participado. Anos mais tarde, disponibilizei o seu PDF na rede Academia.edu. Tenho vários textos lá disponíveis. Mas a síntese do “Teatro” nunca deixou de ser a recordista de acessos entre as minhas publicações, até hoje.

Durante muitos anos ficava incomodada com a ausência de referência à tese nos livros didáticos. De que valia uma tese renovadora, se os estudantes do ensino médio e fundamental não teriam acesso a ela? Eu precisava divulgar meus resultados em uma linguagem mais apropriada aos estudantes e por meio de um veículo a eles acessível. Felizmente, na ocasião, tínhamos a Revista de História da Biblioteca Nacional. Enviei o

³⁰ VISCARDI, Cláudia M. R. *O teatro das Oligarquias: uma revisão da “política do café com leite”*. Belo Horizonte: C/Arte, 2001, 374p.

³¹ DULCI, Otavio. Idem, ibidem, p15.

³² VISCARDI, Cláudia M.R. O federalismo oligárquico brasileiro: uma revisão da “política do café com leite”. *Anuario del IEHS*, Universidad Nacional del Centro de la Provincia de Buenos Aires, Buenos Aires, n. 16, 2001, pp 73-90.

artigo e acatei todas as ótimas sugestões do editor, com vistas à sua adaptação para o público jovem³³. Há alguns anos atrás a tese apareceu em alguns livros didáticos³⁴. Este fato me alegrou muito, embora tenha demorado tanto tempo.

Para que uma tese, que revia de forma tão significativa a historiografia política da Primeira República, se tornasse difundida e aceita, era preciso investir mais em sua divulgação fora dos círculos acadêmicos. O convite de Luciano Figueiredo para participar de um livro de divulgação científica que ele planejava publicar veio a calhar. Foi assim que integrei a equipe que escreveu para o “História do Brasil para Ocupados”, um claro contraponto do autor às publicações de jornalistas que divulgavam fatos da História brasileira sum compromisso com as pesquisas acadêmicas recentes.³⁵

Do material que pesquisei para a tese e não incluí no livro resultaram dois artigos em periódicos, um publicado na Revista Locus, que trata das relações internas da política mineira e outro sobre a participação mineira no Convênio de Taubaté. Ambos serviram de base para muitos trabalhos regionais no estado.³⁶

Doutorado concluído, hora de voltar para a sala de aula. E ser professora de História da Primeira República. Quanta fortuna!

³³ VISCARDI, Cláudia M.R. “Café com leite: cai um mito da República Velha”. Revista Nossa História. Rio de Janeiro: Ed. Vera Cruz, ano 2, n. 19, maio de 2005. PP: 44-47.

³⁴ BOULOS JR., Alfredo. *História, Sociedade e cidadania*. 2ed, São Paulo: FTD, 2016. BRAICK, Patrícia R. *Estudar História: das origens do homem à era digital*. São Paulo: Moderna, 2017. Mais tarde publiquei dois outros artigos em revistas de divulgação científica, ambos na Revista História Viva. Um sobre a Proclamação da República, em 2013, e outro sobre os processos eleitorais na Primeira República, em 2014.

³⁵ FIGUEIREDO, Luciano (org.) *História do Brasil para ocupados*. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2013.

³⁶ VISCARDI, Cláudia M. R. Minas de dentro para fora: a política interna mineira no contexto da Primeira República. *Locus, Revista de História*. Juiz de Fora: Ed.UFJF, vol. 5, n. 2, 1999. E VISCARDI, Cláudia C.M. Minas Gerais no Convênio de Taubaté: uma abordagem diferenciada. Anais do III Congresso Brasileiro de História Econômica e IV Conferência Internacional de História de Empresas, Curitiba, 1999. Este texto encontra-se disponível no Academia.edu. Disponível em:

https://www.academia.edu/12864512/MINAS_GERAIS_NO_CONV%C3%8ANIO_DE_TAU_BAT%C3%89_UMA_ABORDAGEM_DIFERENCIADA. Acesso em 11/08/2017.

3- Um Intervalo Burocrático

De volta à UFJF, reassumi com muito ânimo as minhas atividades. Mesmo durante a minha licença de doutorado, não havia deixado de orientar alunos de iniciação científica. Em uma universidade de baixa titulação, eu era doutoranda e tinha já alunos de PIBIC. Compus também o comitê interno de avaliação de projetos de pesquisa, ligado à Pró-Reitoria, entre os anos de 1998 e 1999.

Mesmo fora da Pós-Graduação, mas já doutora, a partir de 2000 comecei a ser convidada para participar de bancas de mestrado e doutorado, que tinham por tema a Primeira República. Aumentava em mim o desejo de que tivéssemos logo um Programa de Pós-Graduação. Mas faltavam professores titulados. Nosso Plano de Capacitação ainda não fora concluído, embora faltasse pouco para atingirmos nosso objetivo.

Como professora da graduação, assumi duas disciplinas: História do Brasil Republicano 1 e Metodologia da História. Sempre gostei muito de historiografia e teoria da História. Mesmo não sendo especialista na área, meus vínculos com a História Intelectual do Político me aproximavam das discussões da Filosofia da História e das discussões teóricas e historiográficas. Até o Departamento contratar um especialista em Teoria da História, o que ocorreu muito recentemente, fui responsável, tanto na graduação, quanto na Pós, pelas cadeiras “metodológicas”. Não cabe aqui relacionar todas as disciplinas que lecionei. As listei no anexo 5, ao final. Mas sempre estive ligada ou às disciplinas de História Política e Social ou às ligadas à Teoria da História.

No ano de 2000, a UFJF constituiu uma comissão de reformulação de seus programas de ingresso e fiquei responsável por liderar junto às escolas públicas e privadas do município uma discussão sobre a implantação dos exames seriados. Desde esse período tenho feito parte das bancas de elaboração e correção dessas provas, bem como participado das discussões sobre os programas de História do Ensino Médio. Tornei-me também coordenadora do Curso de graduação em 2002, para um mandato de três anos, que interrompi rapidamente... Depois voltarei a isto.

Nunca tive muito envolvimento com a extensão universitária. Sempre priorizei a pesquisa e o ensino, nesta ordem. Mas no período, participei de dois projetos que considero devam ser destacados pela sua importância. O primeiro, relativo aos 40 anos da UFJF. Alguns professores do Departamento de História, entre eles eu, escreveram um

livro destinado aos moradores da cidade, que tratava de seus imigrantes³⁷. O segundo foi junto ao principal jornal de Juiz de Fora, Tribuna de Minas, para o qual produzimos material informativo para compor encartes acerca da História da cidade.

Assim, no ano de 2002, eu era coordenadora de graduação, quando fui convidada pela Reitora, hoje Deputada Federal pelo PT, Margarida Salomão, a ser sua Pró-Reitora de Pesquisa, em mandato que se iniciava naquele ano. Eu fizera parte de sua campanha eleitoral e me sentia muito envolvida com um projeto de capacitação e crescimento da UFJF. Aceitei prontamente. Estávamos no último ano do segundo mandato de FHC e as universidades viviam uma situação de total penúria. Mesmo assim, eu me enchia de esperanças e planos de fazer uma boa gestão e de contribuir com a expansão da pesquisa e da pós-graduação em uma Universidade periférica, que havia perdido as décadas de 1980 e 1990, sem se qualificar.

À frente da Pró-Reitoria, pude iniciar uma série de projetos, dos quais me orgulho, quando olho para trás. A UFJF dispunha de poucos doutores e apenas meia dúzia de bolsistas de produtividade do CNPq. Ainda era uma instituição focada no ensino de graduação. Conhecia essa limitação e tive muito apoio da Reitora para tentar reverter esse quadro em curto prazo. Para além do fortalecimento da Iniciação Científica, criei um Programa “Enxoval”, voltado para os professores jovens, que entravam na UFJF sem nenhum equipamento para o desenvolvimento de suas pesquisas. O Programa consistia em lhes oferecer um *grant* inicial para o início de suas atividades. Publiquei editais de incentivo à publicação de livros e periódicos – a Editora da UFJF ficava também sob minha responsabilidade. Criei outro programa de financiamento de grupos de pesquisa, que quisessem se estruturar e tivessem no horizonte a criação da pós-graduação. Propus a aprovação de resoluções que determinavam que o doutorado fosse a titulação mínima de acesso à UFJF. Ajudei a estruturar a comissão de ética de pesquisa em seres humanos e, viabilizei a criação da comissão de ética dos animais, que visava a sua proteção nos casos de uso em testes, bem como coordenei uma reforma de grande porte em nosso Biotério. Coordenei dois grandes projetos do CT-Infra, financiados pela FINEP, que reuniam dezenas de pesquisadores de várias áreas, as Humanidades incluídas. Na minha gestão foi também criado um Centro de Ciências da UFJF e um prédio novo foi

³⁷ BORGES, Célia M. (org.) *Solidariedades e conflitos: histórias de vida e trajetórias de grupos em Juiz de Fora*. Juiz de Fora: Ed.UFJF, 2000. Neste livro eu tenho um capítulo sobre os imigrantes portugueses.

construído, para abrigar o Arquivo Histórico da UFJF, ao qual ainda me encontrava ligada.

No primeiro ano do governo Lula, o financiamento para as universidades públicas ainda era pequeno, embora maior do que seu antecessor. Aos poucos, o investimento foi aumentando progressivamente, o que nos possibilitou disputar editais de grandes valores, como os CT-Infras, coordenados pela FINEP. Claro que a maior parte dos recursos se destinava às áreas “duras” da ciência. Mas com o apoio da Reitora, que era da Linguística, foi possível em minha gestão incluir a grande área das Humanidades nos três projetos que coordenei. Dessa forma, conseguimos equipar os nossos laboratórios e, sobretudo, garantir uma grande reforma no prédio do Arquivo Histórico da UFJF. Além da adequação do espaço físico, foram adquiridos equipamentos modernos, como uma micro filmadora de grande porte, importada da Alemanha, digitalizadoras e leitoras de microfilmes.

Na condição de Pró-Reitora de Pesquisa presidi também o Conselho de Pesquisa e Pós-Graduação da Universidade e tive assento no Conselho Superior. Como havia cerca de cinco Programas de Pós-Graduação na UFJF, a minha função era fomentar ao máximo as atividades de pesquisa para que os outros Programas fossem criados. Hoje a UFJF possui 44 deles, entre acadêmicos e profissionais. Em que pese o atraso em dar início a sua capacitação, a superação foi rápida.

Foram anos de intenso trabalho e em muito me esforcei para que a minha vida acadêmica não sofresse um impacto muito negativo. Meu projeto de pesquisa andava a passos mais lentos, bem como minhas publicações, mas eu sabia que estava fazendo apenas um intervalo, para cumprimento de uma tarefa provisória que era muito importante. Fiquei de 2002 a 2006 à frente da Pró-Reitoria. Felizmente para mim, não elegemos o próximo Reitor, embora tivesse em muito me empenhado para alçar o colega e amigo, professor de meu Departamento, Ignacio Delgado, à condição de Reitor. Mas isso me manteria na gestão por mais quatro anos, porque havia sido uma das coordenadoras de sua campanha. Há males coletivos que vêm para o bem individual.

3.1- A Criação do Programa de Pós-Graduação em História da UFJF

Durante o período em que estava à frente da Pró-Reitoria, fiz parte da comissão de redação de nosso projeto de criação do mestrado. Apoiei-o institucionalmente, financiando a vinda de consultores e elaborando os textos que fundamentavam a área de

concentração do Programa e suas linhas de pesquisa propostas. Escrevi a fundamentação teórica de nossa área de concentração: História, Cultura e Poder. Eu era no Colegiado a pessoa que conseguia melhor articular esses três temas, em razão de minhas leituras na área de Teoria da História e por ser da área de política.

Lembro-me, com muita alegria, quando soubemos da resposta positiva da Capes, que nos autorizava a iniciar as atividades. Eram duas linhas de pesquisa. Eu me liguei à linha “Poder, Mercado e Trabalho”. Éramos 10 pesquisadores, nenhum bolsista do CNPq. Nossa nota era três. Mas havíamos, sob a batuta do Prof. Alexandre Mansur Barata, organizado um Programa muito bem estruturado, capaz de nos assegurar que teríamos um destino de excelência em médio prazo. Não estávamos enganados. Na primeira avaliação trienal, subimos para quatro e tivemos nossa proposta de Doutorado aprovada. Na segunda avaliação, subimos para cinco. Já éramos seis bolsistas de produtividade em 2012, eu entre eles. O Programa se consolidava de forma muito rápida.

Fui responsável no Programa de Pós-Graduação por lecionar quatro vezes a sua disciplina principal, referente à área de concentração, História, Cultura e Poder (anos de 2005, 2010, 2013 e 2015). Nos demais anos, eu assumi as disciplinas teóricas da minha linha, ou, eventualmente, a coordenação dos seminários de teses e dissertações.

Para dar conta das disciplinas teóricas, tive que me aprofundar nos estudos que orientavam a bibliografia geral do Programa, como a Micro História, a História Cultural, a História Social da Cultura, a História dos Conceitos, a História da Historiografia, entre outros temas. Minhas relações com a História Intelectual em muito facilitaram essa minha incursão. Mais tarde, o Departamento fez um concurso para a área específica de Teoria da História e o Prof. Cássio Fernandes assumiu durante muitos anos a responsabilidade sobre as disciplinas teóricas. Após o seu afastamento, a disciplina passou a ser lecionada de forma colegiada, sendo coordenada pelos colegas, que nela se revezam. Todas as disciplinas lecionadas, como suas respectivas ementas, foram listadas no Anexo 4 a este Memorial.

Cabe ressaltar, que por termos tido durante muito tempo um quadro pequeno de docentes no Programa, tive que assumir disciplinas em quase todos os anos. Dessa forma, entre 2004 e 2016 (treze anos), assumi 11 disciplinas. Nesse período estive afastada por dois anos de minhas atividades em sala de aula, o que resulta em ter lecionado na Pós-Graduação durante todos os anos de sua existência.

Os cursos que lecionei, como pode ser visto no Anexo 4, têm como eixo as discussões sobre a República, a Cidadania, os processos de exclusão social e, mais

recentemente, sobre a História Intelectual do Político ou a História dos Conceitos Políticos.

Em março de 2002 eu havia criado no Departamento de História o Laboratório de História Política e Social – LAHPS³⁸. Conseguira uma sala no Instituto e comprara equipamentos com recursos do CT-Infra. Sob minha coordenação atuavam no Laboratório dois outros colegas, Prof. Ignacio Delgado e Profa. Valéria Lobo. De outras universidades atuavam o Prof. Ronaldo de Jesus (UFOP) e o Prof. Deivy Carneiro (UFU). Juntos havíamos também criado um grupo no CNPQ, chamado “Cidadania, Trabalho e Exclusão”, do qual era líder. Reuníamos no Laboratório as pesquisas sobre a História do Brasil, imperial e republicano. Mais tarde, criamos no âmbito do LAHPS um núcleo de História Oral.

Como resultado da expansão do REUNI, o Instituto de Ciências Humanas ganhou um novo prédio. Por ser o LAHPS um dos laboratórios mais consolidados do Instituto, nos foi reservada uma ampla sala para o desenvolvimento de nossas atividades. Na época, fiz gestões junto à Biblioteca Central para que fosse transferida para o Laboratório uma leitora e digitalizadora de microfimes, que havia sido adquirida com recursos da FINEP, em projeto que havia coordenado como Pró-Reitora. O equipamento era subutilizado e dessa forma não foi difícil transferi-lo para o LAHPS. Iniciamos, então, um projeto para a compra de acervos microfilmados, tanto do Arquivo Nacional, quanto do Arquivo Público Mineiro. Atualmente temos várias coleções microfilmadas que subsidiam a pesquisa de nossos orientandos e professores do Laboratório.

Por ter sido sua coordenadora desde a sua criação até 2015, pude atuar na organização de vários eventos promovidos pelo Laboratório. Ao perceber que a História Oral era uma lacuna, concordei em sediar e financiar o evento da ABO em 2005, de forma a poder fomentar a criação desse setor dentro do Laboratório. Foi o nosso primeiro evento. Ele foi bem-sucedido e dele resultou um livro, que organizei com a Profa. Lucília Neves, uma coletânea que reunia as principais discussões realizadas na ocasião.³⁹ O setor de História Oral foi criado no âmbito do laboratório. Compramos equipamentos e fizemos um banco de depoimentos, que subsidiaram uma série de pesquisas nos campos da História da cidadania, do trabalho e da própria UFJF, realizadas por vários alunos do nosso Programa.

³⁸Maiores informações sobre o Laboratório podem ser acessadas em: <http://www.ufjf.br/lahps/>

³⁹ VISCARDI, Cláudia M.R e DELGADO, Lucília N. (orgs.) *História Oral: Teoria, Educação e Sociedade*. Juiz de Fora: ED.UFJF, 2006, 190p.

O segundo evento que organizei foi na área da História da Historiografia, em 2006. Do evento resultou a publicação de uma edição especial da Locus, Revista de História, a qual reuniu trabalhos dos principais conferencistas⁴⁰. Estávamos consolidando a área no Departamento, com a vinda do Prof. Cássio Fernandes para a UFJF. Um ano depois, foi criada a Sociedade Brasileira de Teoria e História da Historiografia. Boa parte de seus membros-fundadores haviam participado do evento em Juiz de Fora.

Do I Simpósio do LAHPS (nosso terceiro evento), alusivo aos 70 Anos do Estado Novo, não pude participar, por estar afastada para o pós-doutoramento. Já do II Simpósio, ocorrido em 2009, fui uma das coordenadoras. Tratava-se da comemoração dos 90 anos da OIT.

Em 2010, pensávamos em organizar um novo evento. Em parceria com dois outros professores da rede particular de ensino superior de Juiz de Fora, sediamos na UFJF o IV Encontro Nacional dos Pesquisadores do Integralismo, que ocorreu em maio daquele ano. O evento reuniu pesquisadores de todo o Brasil sobre o tema e teve um impacto muito grande, pois contou, inclusive, com a presença de manifestantes neonazistas, o que nos levou a reforçar a segurança do Campus, em razão das ameaças sofridas.

A partir de 2012, optamos por promover debates que envolvessem um público menor para que pudéssemos contribuir de forma mais efetiva com o processo de formação de nossos orientandos. Realizamos, até então, dois seminários internos, sempre com a presença de debatedores externos, nos quais os projetos de pesquisa vinculados ao Laboratório são apresentados e debatidos. Essa fórmula tem apresentado melhores resultados e deverá ser mantida.

Ao longo de toda a minha gestão no LAHPS – que foi de 11 anos (quase virei uma Angela Merkel!) - mantive em funcionamento um grupo de estudos com meus orientandos e com demais estudantes interessados. Nossas reuniões ainda ocorrem a cada 15 dias e nelas são debatidos textos de Teoria Política, Antropologia Política e Social, Teoria da História, entre outros. As atividades do grupo se dão no âmbito do Laboratório e, através delas, percebo que o meu papel no processo de formação de jovens pesquisadores tem mais êxito.

Encerro agora o meu “intervalo burocrático”, que foi composto de minhas atividades de gestão, tanto da Universidade, como de um laboratório de pesquisa do

⁴⁰ Locus, Revista de História. Vol. 12, n. 1, 2006. Dossiê: História da Historiografia e Teorias da História. Disponível em: <https://locus.ufjf.emnuvens.com.br/locus/issue/view/239>. Acesso em 11/08/2017. Todos os articulistas estiveram presentes no evento.

Departamento. Quisera eu ter sido o fim de minhas atividades administrativas. No momento em que redijo esse Memorial, alterno os meus momentos de redação com os de coordenação do Programa de Pós-Graduação. E no “intervalo” ainda sonho com um período sem nenhuma atividade burocrática.

Mas vamos ao que interessa. O meu envolvimento com novas pesquisas.

4- *O Encontro com a História Social: Mutualismo e Filantropia*

4.1- *O meu reencontro com a História dos Movimentos Sociais*

Em 2002, formei um grupo de estudos com meus alunos de iniciação científica para estudar as obras de Thompson e de Christopher Hill. Dos cinco alunos que participavam do grupo, três são hoje professores de universidades federais, um de universidade privada e outro do melhor colégio privado de Juiz de Fora. O grupo ajudou mais a mim do que a eles próprios. Motivada pelos debates, resolvi mudar de área de pesquisa, sem abandonar o meu recorte cronológico, mas indo da História Política para a História Social. Claro que a obra dos historiadores neomarxistas ingleses teve impacto sobre minha opção, com ênfase para as abordagens de E.P. Thompson.

Comecei a estudar o associativismo urbano do fim do século XIX às primeiras décadas do século XX, com destaque para o estudo das associações mutualistas. No início focava sobre as mutuais de Juiz de Fora, que eram quase 300, segundo pude mapear por meio da pesquisa na imprensa e na documentação do Arquivo Municipal. Os estudos do associativismo em Juiz de Fora me levaram às associações filantrópicas.

Sempre compreendi o fenômeno do mutualismo como assistencialista em sua essência, tendo pouco a ver com as associações de resistência, como os sindicatos, embora, eventualmente, algumas mutuais possam ter se tornado sindicatos. Mas sempre vi tais transmutações como exceção. Daí a relação que fazia entre elas e a filantropia.

Meu primeiro artigo sobre o tema foi publicado na Revista Locus em 2004.⁴¹ Eu mobilizava uma série de estudos já existentes sobre o tema no Brasil, entre eles o pioneiro trabalho de Tânia de Luca⁴², e fazia algumas interlocuções teóricas com Thompson⁴³ e Bourdieu⁴⁴. Em relação ao sociólogo francês, me encantei quando li pela primeira vez o texto referenciado, intitulado “É possível um ato desinteressado?”. De certa forma o texto

⁴¹ VISCARDI, Cláudia M.R. Mutualismo e Filantropia. Locus, Revista de História. Juiz de Fora: Ed.UFJF, 2004. PP 99-113.

⁴² LUCA, Tânia de. *O sonho do futuro assegurado. O mutualismo em São Paulo*. São Paulo: Contexto, 1990.

⁴³ Especialmente com: THOMPSON, Edward P. *A formação da classe operária inglesa*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987, volumes 1 a 3 e THOMPSON, E. P. *Costumes em comum: estudos sobre a cultura popular tradicional*. São Paulo: Cia das Letras, 1998, capítulos: A Economia Moral e a Economia Moral Revisitada.

⁴⁴ BOURDIEU, Pierre. É possível um ato desinteressado? In:--- BOURDIEU, Pierre. *Razões práticas: sobre a teoria da ação*. Campinas: Papyrus, 1996, pp.137-161.

me lembrava de vivências religiosas da juventude, ao mesmo tempo em que me ajudava a compreender a intenção dos filantropos em meus estudos das misericórdias, das sociedades vicentinas e das escolas metodistas e espíritas. Com Abram de Swaan⁴⁵ tive acesso a um trabalho comparativo, no campo da Sociologia Histórica, sobre a assistência privada e pública na França, Alemanha, Inglaterra, Holanda e Estados Unidos. O capítulo quinto era exclusivamente voltado para o estudo do mutualismo e nele o autor dialogava com Thompson, na perspectiva de que o associativismo mutualista permitiria o acúmulo de experiência, indispensável para uma organização futura da classe trabalhadora, na luta por seus direitos. Meus primeiros textos trabalhavam nessa mesma perspectiva.

No início dialogava muito, para além das referências citadas, com as abordagens de Robert Putnam⁴⁶, que havia estudado a Itália, em seu processo de formação e consolidação da democracia. Putnam defendia a ideia de que o forte associativismo do norte da península teria contribuído para a formação de uma cultura cívica e, posteriormente, de relações de solidariedade horizontais, pretensamente mais democráticas. Diferente do sul da Itália, onde predominavam as relações clientelísticas e paternalistas, de caráter vertical e, portanto, menos democráticas. Vendo o modelo brasileiro mais próximo à realidade do sul da Itália do que do norte, defendia a ideia de que a expansão da cidadania no Brasil requeria um acúmulo progressivo de cultura cívica, para o qual as mutuais cumpriam um papel fundamental, embora não suficiente. Até então, meus principais diálogos teóricos eram com os já citados Thompson, Bourdieu, Swann e Putnam.

Conforme se pode inferir, meus estudos sobre mutualismo tinham a cidadania como horizonte. Dessa forma, dediquei boa parte do meu tempo estudando acerca dos processos de luta e preservação de direitos, especialmente os sociais. Das leituras que fiz, a que mais me marcou havia sido a do alemão Reinhard Bendix⁴⁷. O que chamava a minha atenção, nos estudos que ele fazia sobre os processos de modernização de vários países, eram duas de suas ideias: a primeira, de que o êxito ou o fracasso da ampliação dos direitos vinculava-se à capacidade do Estado em expandir-se, ou seja, a expansão da cidadania estava necessariamente condicionada à expansão do Estado, que por meio de sua burocracia pública, garantia o cumprimento dos direitos. A segunda ideia é de que as

⁴⁵SWAAN, Abram. *In care of the state: health care, education and welfare in Europe and the USA in the modern era*. Cambridge: Polity Press, 1988.

⁴⁶PUTNAM, Robert D. *Comunidade e democracia: a experiência da Itália Moderna*. 3ed, Rio de Janeiro: FGV, 2002.

⁴⁷BENDIX, Reinhard. *Construção Nacional e Cidadania*. São Paulo, Edusp, 1996.

experiências de modernização tinham que ser lidas em suas especificidades, ou seja, não poderíamos nos valer de modelos externos bem-sucedidos – como o da França e o da Inglaterra, que em termos de expansão da cidadania eram mais exceção do que regra – para avaliar nossas respectivas realidades, porque os resultados seriam necessariamente frustrantes. Caso tomássemos por “tipo ideal” realidades tão distantes da nossa, restava-nos apenas nos contentar com a eterna incompletude de nossa cidadania. Com base nesses dois princípios, os meus trabalhos procuravam ver as experiências mutualistas como parte de um longo processo de modernização e de construção da cidadania brasileira, iniciado ao longo do século XIX e nunca concretizado. Mas a ausência de direitos não era vista como um desvio ou como uma eterna falta, que nos condenasse ao papel de eternos “bestializados ou bilontras”. Via a cidadania como um processo complexo de idas e vindas, perdas e ganhos, na qual nenhum direito estava garantido e nenhuma conquista era definitiva. O importante era examinar a luta diária dos trabalhadores, o processo de organização da sociedade civil e as respostas do Estado. Sem querer, retomava meu tema inicial da dissertação de mestrado, embora com outro recorte cronológico e com a companhia de outros teóricos, tanto da Sociologia Histórica, quanto de renomados historiadores.

Como estava a iniciar minhas investigações no campo da História Social e havia publicado meu livro sobre federalismo oligárquico há pouco, continuei produzindo textos que ainda resultavam de minha tese de doutorado e a participar de bancas da área⁴⁸. Atendendo a um convite da Fundação João Pinheiro, da Secretaria de Cultura do Estado de Minas Gerais, integrei uma equipe responsável por fazer uma biografia de Raul Soares, político mineiro que havia sido governador do estado e escudeiro fiel de Arthur Bernardes. Desse projeto resultou um livro, para o qual escrevi um ensaio biográfico, que introduz uma coletânea de documentos do político.⁴⁹

Ao mesmo tempo, tinha o meu projeto no campo da História Social financiado pela FAPEMIG. Ele se chamava: “Proteção e Socorro: um estudo das sociedades beneficentes”. Associado aos dois projetos, o de História Social e o de História Política,

⁴⁸ VISCARDI, Cláudia M. R. Federalismo oligárquico com sotaque mineiro. *Revista do Arquivo Público Mineiro*. Belo Horizonte: vol. XLII, pp 95-109, 2006. E VISCARDI, Cláudia M. R. A capital controversa. *Revista do Arquivo Público Mineiro*. Belo Horizonte: vol. XLIII, pp 28-41, 2007.

⁴⁹ VISCARDI, Cláudia M.R. Raul Soares: itinerários de um articulador. IN: GUSTIN, Fádua M. de S. e MURARI, Luciana. (org.) *Memória política de Minas Gerais: Raul Soares de Moura*. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro, 2006. Pp 33-53

eu mantinha um grupo grande de estudantes de iniciação científica, que, na ausência de um Programa de Pós-Graduação em História na UFJF, iam se capacitar fora, após graduarem-se, preferencialmente no Rio de Janeiro, em função da proximidade geográfica. Desde minha entrada na UFJF, em 1987, até a criação do Programa em 2004, eu já tinha concluídas 17 orientações de iniciação científica, sem que nenhum deles tenham feito mestrado comigo.

4.2- Uma nova fase dos estudos do mutualismo

Foi nos idos de 2004, eu estava na gestão universitária, quando conheci o pesquisador Ronaldo Pereira de Jesus, da Universidade Federal de Ouro Preto, que estudava o mutualismo no período do Império. Unimo-nos em um projeto enviado e aprovado pelo CNPq em 2005. Por meio dele, optamos por pesquisar o associativismo do oitocentos com base em documentação da Secretaria de Negócios do Conselho de Estado, depositada no Arquivo Nacional. Trabalhamos juntos por cerca de três anos. Era uma documentação composta de estatutos das associações, que eram enviados para análise do Conselho de Estado, entre 1860 a 1887. Além dos estatutos, tínhamos acesso a algumas atas das associações e pareceres dos Conselheiros acerca de seus pedidos de autorização para funcionamento. Eram mais de 400 processos.

Inicialmente, procuramos mapear todas as associações. Em seguida, dividi-las em categorias específicas. Por fim, analisamos a documentação qualitativa envolvida no acervo. Esse vasto material deu origem a muitas dissertações que orientamos e a muitas publicações. Orientei uma dissertação acerca das associações literárias e científicas. Depois outra sobre o associativismo português na Corte. Uma terceira dissertação, essa publicada em livro, sobre o associativismo imigrante em Juiz de Fora. Orientava temas correlatos, como o estudo dos ciganos e suas organizações de defesa de interesses; o estudo das classes laboriosas de Juiz de Fora em sua luta pelos direitos sociais; estudos sobre a assistência às crianças e jovens; a discussão da cidadania nas crônicas de Machado de Assis; sem nunca ter abandonado a orientação de trabalhos diretamente ligados à política na Primeira República.⁵⁰

⁵⁰VICENTE, Sérgio A. Sociedades científicas, literárias e de instrução: dimensões das práticas associativas dos homens de letras e ciência da Corte (1860-1882). PPGHIS- UFJF, 2012. PINHEIRO, Priscila da Costa. Estratégias de organização da sociedade civil: as associações de imigrantes na Corte (1860-1882). PPGHIS, UFJF, 2009. GASPARETTO JR., Antônio. Direitos sociais em perspectiva: seguridade, sociabilidade e identidade nas mutuais de imigrantes em Juiz

Desse projeto com Ronaldo, além de uma publicação individual,⁵¹ resultou um capítulo que escrevemos juntos, a pedido de Jorge Ferreira e Daniel Aarão Reis, para abrir a coleção “História das Esquerdas no Brasil”⁵². Naquele capítulo buscávamos definir uma cartografia do associativismo do fim do XIX e início do XX, definindo uma tipologia conceitual própria, que procurava desvincular o mutualismo do sindicalismo e de outras associações existentes, como as seguradoras, as associações esportivas e recreativas, além das filantrópicas. Naquele texto eu introduzira o que eu considero uma característica muito específica de minhas análises sobre o mutualismo, que era o diálogo com a Antropologia, nisto me diferenciando dos demais colegas que estudavam o tema, o que, inclusive, me rendeu algumas críticas. Iniciei com a introdução nos meus trabalhos do conceito de “reciprocidade”. Mais tarde, com o de “redes de sociabilidade”; e com as “relações de solidariedade verticais e horizontais”. Iniciara um diálogo com Marcel Mauss e Maurice Godelier, Maurice Aguilhon e Geertz.⁵³ Mais tarde, esses estudos foram aprofundados mediante o acesso que tive à literatura internacional sobre o tema, do que falarei adiante. Reproduzo abaixo um parágrafo do capítulo em tela, que sintetiza para quais caminhos nossa investigação nos conduzia:

Objetivamente, quando se indaga sobre quais os motivos que levariam os trabalhadores a integrar uma associação mutualista, duas possibilidades de resposta inicialmente se apresentam. Em primeiro lugar, observa-se a obediência às relações de reciprocidade. Assim sendo, tem-se que, para os trabalhadores pobres, o investimento financeiro na mutual seria a estratégia

de Fora. PPGHIS-UFJF, 2013. BORGES, Isabel C. de M. Cidade de portas fechadas: a intolerância contra os ciganos na organização urbana na Primeira República. PPHIS-UFJF, 2007. ARAÚJO, Lenilson da S. Vozes que não se calam: a experiência de cidadania entre as pessoas comuns em Juiz de Fora na Primeira República. PPGHIS-UFJF, 2007. FERREIRA, Laura Valéria P. Entre a repressão e a caridade: crianças desamparadas em uma sociedade em construção (1890-1927). PPGHIS-UFJF, 2009. VALE, Jackson de S. Cidadania política e finanças em Machado de Assis. PPGHIS-UFJF, 2011. No anexo 1 consta a relação de todas as minhas orientações concluídas e em andamento.

⁵¹ VISCARDI, Cláudia M.R. Experiências mutualistas em Minas Gerais: um ensaio interpretativo. In: ALMEIDA, Carla M.C. e OLIVEIRA, Mônica R. (org.). *Nomes e números: alternativas metodológicas para a História Econômica e Social*. Juiz de Fora: Ed.UFJF, 2006. Pp 305-322.

⁵² VISCARDI, Cláudia M.R. e JESUS, Ronaldo Pereira de. A experiência mutualista e a formação da classe trabalhadora no Brasil In: FERREIRA, Jorge e REIS, Daniel A. (org.). *As esquerdas no Brasil: a formação das tradições (1889-1945)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007. Pp 21-51.

⁵³ MAUSS, Marcel. *Ensaio sobre a dádiva*. Edições 70, Lisboa; GODELIER, Maurice. *O enigma do dom*. Rio, Civilização Brasileira, 2001. AGULHON, Maurice. *The republic in the village: the people of the Var from the French Revolution to the Second Republic*. New York, Cambridge University Press, 1982; GEERTZ, Clifford. The rotating credit association: a middle rung in development. *Economic Development and Cultural Change*, 10:241-63, April, 1962.

encontrada para evitar o descenso social, na ausência do Estado provedor de políticas de proteção ao emprego e à renda. Para os associados bem aquinhoados o retorno do investimento era pago em forma de reforço de seu *status* ou do poder político diante dos pares. Em ambos os casos, o pagamento das mensalidades resultava na proteção e reforço de poder. Em segundo lugar, destaca-se a valoração que a associação possui entre seus contemporâneos.⁵⁴

Mesmo rompendo os elos entre mutuals e sociedades de resistência, tínhamos claro para nós que o associativismo mutualista contribuía para o acúmulo de cultura cívica e se constituía em espaços de agregação de interesses coletivos, fundamentais para o processo de formação da classe trabalhadora. Thompson continuava no horizonte de nossas reflexões.

4.3- *A Internacionalização do tema e da carreira*

Quando saí da Pró-Reitoria, precisava retomar o tempo perdido com atividades administrativas e investir mais fortemente na minha vida acadêmica. Via meus colegas, contemporâneos de Doutorado, já na condição de pesquisadores do CNPq e eu me sentia muito aquém de suas conquistas. Elaborei um projeto de pós-doutorado e solicitei uma licença de um ano ao meu Departamento, que a concedeu. Em setembro de 2007 fui pra Manchester, Reino Unido, financiada pela Capes, para desenvolver o projeto “*Friendly Societies and Philanthropy in late XIXth Century and Early XXth Century in Brazil and Britain*”. Meu supervisor foi Alan Kidd, especialista no estudo da filantropia e na formação do *Welfare State* na Inglaterra. Eram tempos melhores para a pesquisa no Brasil, pois cheguei também a ganhar a bolsa pelo CNPq. E a visão positiva do Brasil no exterior, recheada de expectativas em relação à liderança de Lula, nos deixava orgulhosos de nossos feitos como nação.

Meus estudos no UK estiveram concentrados nas experiências do mutualismo britânico e também nas inúmeras investigações lá produzidas em torno da pobreza e da filantropia. Aprofundi minhas conexões com a Antropologia anglo-saxã, aprimorando o uso de alguns conceitos e teorias. Entre o conjunto de autores que mobilizava estavam, para além do próprio Alan Kidd, Hugh Cunningmam, Mary Douglas, Robert Castel, Mary

⁵⁴ VISCARDI, Cláudia M. R. e JESUS, Ronaldo P. de. Op. Cit. P. 38.

Clawson, Getrude Himmelfarb, entre muitos outros⁵⁵. Trabalhava com as teorias de reciprocidade de Komter, Hechter, Titmuss e Liebersohn.⁵⁶ Cada vez a minha análise do mutualismo e da filantropia se distanciava da questão propriamente política – como um meio de construção da cidadania – e caminhava mais para ver o movimento como uma alternativa de assistencialismo e de superação da pobreza. Para esta abordagem os estudos da Antropologia se faziam mais úteis.

Gostaria de destacar entre esses autores, a que contribuiu de forma mais efetiva para a resolução de um problema que a pesquisa me apresentava. Trata-se do trabalho da antropóloga estadunidense, Mary Clawson⁵⁷. Ela foi de fundamental importância para que eu compreendesse melhor o fenômeno do mutualismo, diferenciando-o de outras organizações sociais que lhe antecederam ou sucederam, como foram os casos das irmandades, das lojas maçônicas e das corporações. Clawson destaca, que para além das diferenças entre tais modalidades associativas, elas guardavam um elemento em comum que as unificava, o que às vezes podia induzir a incertezas sobre as suas identidades. Trata-se do “fraternalismo”. Para ela, tais associações compartilhavam de um mesmo modelo cultural caracterizado pelo reforço da masculinidade, pela ideia de corpo, de ritualização e pela propriedade privada⁵⁸. Esse conjunto de valores teriam perpassado todas estas modalidades associativas, a despeito de suas variações ao longo do tempo. Por essa razão, o fenômeno mutualista, em toda a sua complexidade, apresentava elementos comuns em relação a outras modalidades de organização da sociedade civil, mas também delas se diferenciava. As mutuais eram herdeiras das tradições pregressas. Tal herança fraternal, derivada das corporações e irmandades, os rituais herdados da maçonaria e das próprias vivências religiosas, compunham o universo cultural das mutuais, incutindo-lhes valores, práticas e representações simbólicas muito semelhantes às do passado. Talvez

⁵⁵ KIDD, Alan. *State, Society and the Poor in XIX Century England*. London: Macmillan Press, 1999. CUNNINGHAM, Hugh and INNES, Joanna. (eds.). *Charity, Philanthropy and reform. From 1690 to 1850*. London: Macmillan Press, 1998. DOUGLAS, Mary. Losses and Gains. In: SCHNEEWIND, J.B. (org) *Giving: Western Ideas of Philanthropy*. Indiana: Indiana University Press, 1996. CASTEL, Robert. *As Metamorfoses da Questão Social: uma crônica do salário*. Petrópolis: 3ed, Vozes. 1998. CLAWSON, Mary. *Constructing brotherhood: class, gender, and fraternalism*. New Jersey, Princeton University Press, 1989. HIMMELFARB, Gertrude. *The idea of poverty: England in the early industrial age*. New York: Alfred A. Knopf, 1984.

⁵⁶ KOMTER, Aafke. *Social solidarity and the gift*. Cambridge, UK: Cambridge University Press 2005. HECHTER, Michael. *Principles of group solidarity*. California: University of California press, 1987. TITMUSS, Richard M. *The gift relationship*. New York: New Press, 1997. LIEBERSOHN, Harry. *The return of the gift: European History of a Global Idea*. Cambridge: Cambridge University Press, 2011.

⁵⁷ CLAWSON, Mary. *Constructing brotherhood*. *Op. cit.*

⁵⁸ Idem, *ibidem*, p. 10 e seguintes.

daí derive a dificuldade em demarcar fronteiras muito claras entre elas. As permanências culturais podiam induzir ao erro de pensá-las como mutações umas das outras, ou seja, pensar-se que as mutuais tenham derivado das irmandades e essas das corporações de ofício. Não há base empírica que sustente tais elos, e este debate travei com meus colegas pesquisadores desses temas. A ideia da permanência de valores em instituições diferenciadas e sem elos de continuidade institucional entre si, sempre me convencera mais.

Fui para Manchester na condição de Professora Visitante, e, por essa razão, me dispus a oferecer um curso para os alunos da Manchester Metropolitan University. Foi uma experiência por demais interessante, pois ministrei aulas sobre teoria e metodologia da História, nas quais pude trabalhar com os alunos os teóricos da Antropologia que mobilizava em minhas pesquisas. Foram três meses de curso e meus alunos eram quase todos árabes e chineses, uma realidade muito distinta da que eu vivia em Juiz de Fora, que ironicamente, era chamada de “Manchester Mineira”. Lá pude integrar as atividades do grupo de pesquisa de meu supervisor e apresentei resultados de minhas pesquisas por duas vezes, ao longo de quase um ano de permanência.

Enquanto estava no meu “sabático”, entrei para uma Associação de Pesquisadores Britânicos especialistas em América Latina. A SLAS (Society of Latin American Studies) se reúne todo mês de abril em alguma cidade do Reino Unido. Por não se tratar de um grande evento, permite discussões aprofundadas de nossos *papers*. Desde 2007 procuro estar presente em seus eventos e, por meio desses encontros, pude estabelecer importantes parcerias acadêmicas e institucionais.

No Brasil, os estudos do CEO (Centro de Estudos do Oitocentos), contribuíam com minhas discussões, embora não fizesse parte do grupo. Como seus trabalhos tinham também por foco a cidadania, me voltei para seus estudos acerca das primeiras experiências de organização da sociedade civil, por meio da análise dos impressos, das revoltas, das redes de sociabilidade, das correspondências pessoais e dos processos na justiça.⁵⁹

⁵⁹ Cabe destacar os textos reunidos em excelente coletânea organizada por Gladys Ribeiro e Tânia Bessone. RIBEIRO, Gladys S. e FERREIRA, Tânia M.T.B. (osrg.). *Linguagens e práticas da cidadania no século XIX*. São Paulo: Alameda, 2010. Além desse livro, particularmente me vali de um artigo, que me foi muito útil em minhas análises, escrito por Gladys Ribeiro, uma das coordenadoras do Centro: RIBEIRO, Gladys Sabina. Cidadania e luta por direitos na Primeira República: analisando processos da Justiça Federal e do Supremo Tribunal Federal. *Revista Tempo*. Niteroi, UFF, 2009, vol.13, n.26, pp.101-117. Disponível em:

De volta ao Brasil e às atividades docentes, publiquei quatro artigos e um capítulo, que já revelavam uma pesquisa mais madura e contribuía de forma mais efetiva para um debate historiográfico que surgia no campo. Os investigadores do fenômeno no Brasil se dividiam entre os que viam o mutualismo como uma modalidade de associação mais próxima às organizações do mundo do trabalho e aqueles que viam as associações mais como organizações policlassistas, marcadamente assistenciais, embora fossem compostas majoritariamente por trabalhadores. Eu pertencia, e penso que até liderava, as pesquisas do segundo grupo.

Publiquei um artigo na Revista Topoi, no qual me vali das fontes do Arquivo Nacional e da literatura que havia contemplado na Inglaterra⁶⁰. Publiquei também na Revista Brasileira de História⁶¹, um artigo sobre filantropia e mutualismo com base em fontes que havia coletado na Biblioteca Nacional. Em sua seção de obras raras, tive acesso a uma série de livros de autoria de juristas e filantropos, que ao final do século XIX discutiam a chamada “questão social” brasileira. Inspirados e conectados a outros filantropos da Europa, propunham fórmulas de combate à pobreza e traçavam modelos de estruturação da filantropia e da assistência social para o Brasil. Esse material também foi utilizado em um artigo que escrevi para a Revista História, Ciências e Saúde de Manguinhos,⁶² especificamente sobre filantropia e assistência. Um quarto artigo publiquei na Revista Mundos do Trabalho⁶³, GT da ANPUH ao qual me ligara desde o meu retorno ao Brasil. Nele discuti somente teoria e historiografia acerca do mutualismo. É um texto recheado de conceitos, métodos e técnicas de estudo do tema. Por fim, a convite de Cláudio Batalha, participei de uma coletânea organizada por ele e Marcelo Mac Cord, que reunia trabalhos de muitos pesquisadores sobre o tema⁶⁴. Os capítulos foram antes debatidos em um evento no Cecult/Unicamp, em um seminário muito

http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-77042009000100006&lng=en&nrm=iso&tlng=pt. Acesso em: 11/08/2017.

⁶⁰ VISCARDI, Cláudia M.R. Experiências da prática associativa no Brasil. *Revista Topoi*, Rio de Janeiro, vol. 9, 2008. PP 117-136.

⁶¹ VISCARDI, Cláudia M.R. Estratégias populares de sobrevivência: mutualismo e filantropia no Rio de Janeiro republicano. *Revista Brasileira de História*, ANPUH, v. 29, 2009. Pp 291-315.

⁶² VISCARDI, Cláudia M.R. Pobreza e Assistência no Rio de Janeiro na Primeira República. *Revista História, Ciências, Saúde, Manguinhos*. Rio de Janeiro: Ed.Fiocruz, 2011. Pp179-225.

⁶³ VISCARDI, Cláudia M.R. O estudo do mutualismo: algumas considerações historiográficas e metodológicas. *Revista Mundos do Trabalho*, v.2, 2010. Pp 23-39

⁶⁴ VISCARDI, Cláudia M.R. O Ethos mutualista: valores, costumes e festividades. In: --- MACCORD, Marcelo e BATALHA, Cláudio. (orgs.) *Organizar e proteger: trabalhadores, associações e mutualismo no Brasil (séculos XIX e XX)*. Campinas, Ed.Unicamp, 2014. Pp 181-202.

produtivo. Nesse capítulo procurava dar algumas respostas às críticas que havia sofrido, especialmente por parte do colega e amigo, a quem muito respeito, Prof. Cláudio Batalha. Considero esse capítulo e o artigo da Manguinhos, meus textos mais maduros sobre o tema.

Aos poucos, fui recebendo convites para participar de bancas também na área da assistência, mas não me sentia muito vinculada ao tema. Minha aproximação com a filantropia e com a própria origem do *welfare state* no Brasil resultava do papel que eu atribuía às mutuais e não propriamente do interesse em aprofundar em uma área, já bastante consolidada no país. Em que pese minha pretensão, acabei por orientar uma tese de doutorado nesse campo, além de orientar ainda uma dissertação sobre misericórdias e fazer parte de várias bancas sobre o tema. Minha ideia não era dispersar e sentia que o capítulo publicado em 2014 era minha mais importante contribuição ao tema. E parava por aí.

Durante muitos anos pensei em reunir minhas publicações sobre mutualismo e filantropia em um livro. Mas a área de História na Capes começara a valorizar mais os artigos em revistas Qualis A1 do que livros autorais. Daí ter optado por publicar artigos em revistas mais qualificadas. Ainda tenho esse projeto, mas ele foi interrompido por nova circunstância, que me fez retomar as pesquisas sobre o federalismo. Voltarei a esse tema adiante.

Em 2008, logo após voltar às atividades do Pós-Doc, liderei uma equipe de pesquisadores e submetemos um projeto coletivo à Fapemig, cujo título era: “Estado e Sociedade: entre a cidadania e a exclusão”. O projeto integrava nove pesquisadores, historiadores e cientistas sociais. Os recursos eram extensos. Com eles ainda equipamos mais o Laboratório, organizamos um evento e publicamos um livro. Seu núcleo central era analisar a constituição da cidadania no Brasil, levando em conta as relações entre a sociedade civil organizada e o Estado, numa perspectiva de longa duração, que ia desde os anos finais do Império, até os anos 2000. Para o livro escrevi um capítulo que fazia um inventário das leis sociais da Primeira República.⁶⁵

⁶⁵ VISCARDI, Cláudia M.R. Trabalho, previdência e associativismo: as leis sociais na Primeira República. In: LOBO, Valéria M., DELGADO, Ignácio e VISCARDI, Cláudia. (orgs.) *Trabalho, Proteção e Direitos- O Brasil além da Era Vargas*. Juiz de Fora: EdUFJF, 2010. pp 50-87.

5- A Consolidação da Carreira

Foi no ano de 2008 que me tornei finalmente bolsista de produtividade do CNPq e, desde então, tenho conseguido renovar as minhas bolsas. De alguma forma, integrar um banco de pesquisadores da renomada agência incrementa a carreira, pois você se habilita a participar de outras funções, como a de coordenação de grandes projetos ou de participação em comitês assessores. Os financiamentos de projetos ficam igualmente mais fáceis de serem obtidos.

No mesmo ano me tornei parte de outro banco, que é do Programa do Pesquisador Mineiro (PPM-Fapemig), que equivale ao “Cientistas de nosso estado”, da Faperj. Por meio dele, recebo um *grant* de R\$ 2.000,00 mensais, que subsidia minhas pesquisas e minhas participações em eventos nacionais e internacionais.

Mesmo estudando ainda o mutualismo, não deixava de publicar textos relativos ao federalismo oligárquico. Havia me tornado uma referência nacional para o tema da política na Primeira República. Conseguia estabelecer um bom diálogo com outros pesquisadores do tema, como Surama Pinto (UFRRJ), Vera Borges (Unirio), Américo Freire (Cpdoc), Antônio Negro (UFBA), entre outros. Cheguei a fazer parte de sete bancas de concursos para professores efetivos em universidades federais, todas da área de Brasil Republicano.⁶⁶

Fui na ocasião convidada por Alzira Abreu a integrar o corpo de pesquisadores responsáveis pela redação dos verbetes do Dicionário da Elite Política Republicana (1889-1930), a ser publicado pelo CPDOC. Escrevi cinco verbetes, dois deles expandidos: mutualismo, Delfim Moreira, Raul Soares, Afonso Pena e David Campista.

Escrevi recentemente, um ensaio analítico sobre os discursos parlamentares que Rui Barbosa proferiu no ano de 1917. O livro será publicado pela Fundação Casa de Rui Barbosa, ainda este ano. Como autora do Ensaio, me somarei a vários pesquisadores de renome da historiografia republicana como Cândido Mota Filho, Américo Jacobina Lacombe, Evaristo de Moraes Filho, entre outros.

Em 2008, resolvi responder a um edital de pesquisa extensionista da Fapemig. O objetivo da chamada era possibilitar a difusão do conhecimento científico produzido nas

⁶⁶ Foram elas: uma na Universidade Federal de Juiz de Fora (2005), uma na Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (2006) uma na Universidade Federal de Viçosa (2008), duas na Universidade Federal do Rio de Janeiro (ambas em 2009) e uma na Universidade de Brasília (2014).

Universidades para a comunidade. Uni-me à Profa. Mônica Oliveira para propor a produção de um material didático acerca da História de Juiz de Fora, que pudesse subsidiar o trabalho dos professores das redes pública e privada do ensino fundamental da cidade.

O projeto foi aprovado e recebemos o recurso. Montamos uma equipe de orientandos de graduação e pós-graduação. Produzimos um *kit* que era composto de um livro para o professor, de um livro paradidático para os estudantes e de um DVD com filmes e imagens da História da cidade, para ser usado em sala de aula. Os livros foram publicados pela FGV⁶⁷. Os textos das coletâneas foram todos escritos por nossos alunos e ex-alunos. Trata-se de um material de excelente qualidade, que reúne as pesquisas mais recentes sobre o município.

Os *kits* foram distribuídos gratuitamente para todas as escolas. Realizamos uma série de palestras para os alunos e professores, com o fim de divulgar o material. A imprensa local fez a cobertura. Foi um projeto de extensão do qual nos orgulhamos bastante, pela sua qualidade e pelo impacto que até hoje produz nas escolas.

No ano de 2010 assumi a Revista Locus, me tornando sua Editora-Chefe. A Revista havia sido criada em 1995 e tinha no Qualis o conceito B2. Editei cinco volumes semestrais da revista. O primeiro sobre “Ideias e Experiências Autoritárias no Brasil (vol.16, n. 1, 2010); o segundo sobre “Patrimônio Histórico e Cultural” (v.16, n. 2, 2010); o terceiro sobre “História e Literatura: um diálogo em andamento” (v. 17, n. 1, 2011); o quarto sobre “História e Gênero” (v. 17, n. 2, 2011); o quinto e último sob minha responsabilidade foi “Extremismos políticos de direita” (vol. 18, n. 1, 2012).

Coloquei toda a revista no sistema SEER, o que tornou o processo de submissão e avaliação dos pares mais ágil. Traduzi o site da revista para o inglês e renovei seu Conselho Consultivo, trazendo para ele vários pesquisadores estrangeiros. Obtive, durante toda a minha gestão, financiamento da Fapemig, o que mantinha a revista em dia. Ampliei o número de indexadores e consegui aumentar bastante o número de submissões ao periódico. Todo esse esforço confluiu no aumento de sua nota, que sob a minha gestão, passou a ser A2 no Qualis.

⁶⁷ VISCARDI, Cláudia M.R. e OLIVEIRA, Mônica R. de. (orgs.) *À Margem do Caminho Novo: experiência populares em Juiz de Fora*. Rio de Janeiro: FGV, 2011. 295 p. e OLIVEIRA, Mônica R. de. E VISCARDI, Cláudia M. R. (orgs.). *Vivendo a História: novas pesquisas*. Rio de Janeiro: FGV, 2011, 140p.

Naquele ano de 2010, que eu vejo agora ter sido muito movimentado, me tornei também avaliadora do INEP. Entrei para o banco nacional de avaliadores dos cursos de História e também do ensino a distância. Estou vinculada ao banco até hoje, mas só faço, no máximo, três avaliações por ano, pois priorizo minhas viagens para participação de bancas de pós-graduação. Esta experiência como avaliadora de cursos foi muito gratificante, pois me fez ter uma visão cada vez menos preconceituosa em relação ao ensino privado, ao mesmo tempo em que me permitiu conhecer experiências riquíssimas pelo “Brasil profundo”.

Após sair da direção da Revista, assumi a direção da seção regional da Anpuh em 2012. Minha missão era manter a regional de Minas em funcionamento e sediar o seu encontro no ano de 2014. Assim foi feito. Integravam também a diretoria dois outros colegas, Marcos Olender (UFJF) e Leandro Gonçalves (hoje na PUCRS, mas na ocasião, em um Centro de Ensino Superior do Colégio Academia). Para além do evento, criamos um sítio para a Associação, incrementamos vários grupos de trabalho e instituímos um prêmio de melhor dissertação de História, produzida no estado de Minas Gerais, já que na época, só a UFMG possuía teses defendidas de doutorado. Nosso prêmio se chama “Francisco Iglesias”, uma justa homenagem ao grande historiador mineiro.

Por ser diretora regional, aproximei-me mais da Diretora Nacional da Anpuh. Integrei o Conselho Editorial da Revista Brasileira de História por dois mandatos e fui membro das comissões científicas dos dois últimos eventos nacionais. O evento em Juiz de Fora foi muito bem-sucedido. Tivemos apoio da Capes e da Fapemig e a participação de mais de 300 inscritos.

6- De volta ao Federalismo

6.1- Uma Passagem pela Casa de Rui...

Em 2011, eu estava num show do U2 em São Paulo, com meu filho e meus sobrinhos, quando recebi uma ligação de Wanderley Guilherme dos Santos. Ele assumira a presidência da Fundação Casa de Rui Barbosa e queria me convidar para ser a Diretora de Pesquisa da renomada instituição. Ele não me conhecia, mas sabia que era especialista na História Política da Primeira República, área que queria renovar em sua gestão. Combinei de me encontrar com ele no Rio. Precisava de um tempo para pensar, depois, é claro, de assistir ao show de minha banda preferida.

O convite era sedutor, mas dificilmente o meu Departamento me liberaria para o exercício de uma função fora da sede, após eu ter já usufruído de uma licença de doutorado e outra de pós-doc. A ideia de morar no Rio por um tempo me agradava. Tinha muitos vínculos afetivos por lá e sempre gostei muito da cidade, mas tive que recusar o cargo. O Departamento só me daria uma licença parcial. Diante dessa informação, Wanderley criou um programa de bolsistas seniores para que eu pudesse atuar lá em tempo parcial. E assim, me tornei por dois anos, pesquisadora visitante da Casa de Rui Barbosa. Todas as semanas, saía de Juiz de Fora na quarta-feira cedo e ficava no Rio até sexta ou segunda, quando retomava minhas atividades docentes na UFJF, sem nenhuma redução de carga horária. Foi uma época de trabalho insano, mas que me satisfazia muito.

Para poder usufruir da bolsa oferecida pela Fundação apresentei um projeto de pesquisa sobre um tema que há muito me “perturbava”. Era sobre a “política dos estados” de Campos Sales. Desde a elaboração de minha tese, desconfiava muito do impacto estabilizador das mudanças regimentais que Sales havia feito sobre o Regimento Interno da Câmara de Deputados. E como havia estudado a República em um período posterior à reforma, sabia que seu impacto sobre a estabilização do regime havia sido muito insignificante. Minha dificuldade era a ausência de um arquivo privado do personagem, que até hoje, está sob a guarda de sua família. Apresentei, mesmo assim, um projeto que tinha a gestão de Campos Sales como epicentro de minhas investigações.

De fato, não consegui acesso ao arquivo privado do ex-presidente, apesar de ter solicitado aos familiares. Mas havia muitas fontes escritas, inclusive, uma autobiografia. Reuni vasto material de memorialistas e de outros biógrafos de Sales. Voltei aos arquivos

privados para levantar correspondências trocadas por ele com outros políticos do período. Analisei os Anais Parlamentares. O resultado da pesquisa foi publicado em um artigo e em dois capítulos de livro. O primeiro foi na Revista Dados, revista A1 no Qualis, que saiu em 2016⁶⁸. O segundo e terceiro no meu último livro, publicado recentemente, do qual falarei adiante.

Paralelamente às minhas investigações, montei um grupo de pesquisa na Casa Rui. Nele consegui reunir pesquisadores que moravam no Rio e outros convidados, que participavam eventualmente de nossas discussões. O grupo contava com a participação de Wanderley Guilherme (FCRB), José Almino Alencar (FCRB), Surama Pinto (UFRRJ), Vera Borges (UNIRIO), Renato Lemos (UFRJ), Andreia Casanova (UFRJ), Cristiane Laidler (FCRB e UERJ) e Angela Gomes (UFF). Recebemos como convidados eventuais os pesquisadores da USP Paolo Ricci e Jaqueline Zulini, Marieta Ferreira da UFRJ, Christian Lynch do IESP, Isabel Lustosa (FCRB), entre outros. Discutíamos os textos que produzíamos, todos eles acerca da história política e social da Primeira República.

O resultado desse grupo foi publicado sob a forma de uma coletânea, organizada por mim e por José Almino Alencar.⁶⁹ O livro reúne textos de vários especialistas em Primeira República. O prefácio de Angela Gomes foi um luxo. Escrevem também na Coletânea, Ângela Alonso e Américo Freire, além de boa parte dos pesquisadores que compunham o grupo de pesquisa. Conseguimos publicá-lo pela PUCRS, devido a um contato que tinha por lá, e, até então, tem sido o livro recordista de vendas na editora. O lancei recentemente, na última ANPUH.

Neste livro, tenho um capítulo sobre o processo de verificação de poderes no quadriênio Campos Sales, em parceria com o meu orientando de doutorado, que estudava o tema em Minas Gerais, Vítor Figueiredo. O doutorando veio a defender uma tese muito bem elaborada e bastante renovadora, em 2016.

Ainda na Casa Rui, organizei, a pedido de Wanderley, um evento sobre os 80 anos do voto feminino no Brasil, em 2012. Dele participaram inúmeros especialistas, tanto na questão do voto no Brasil, como na questão de gênero. O evento reuniu também militantes feministas e dos grupos LGBTs. Achávamos importante discutir o impacto do voto

⁶⁸ VISCARDI, Cláudia M.R. O Federalismo como experiência: Campos Sales e as tentativas de estabilização da república. *Dados, Revista de Ciências Sociais*, v. 59, 2016, pp 1169-1206.

⁶⁹ VISCARDI, Cláudia M.R. e ALENCAR, José A. (orgs.) *A república revisitada: construção e consolidação do projeto republicano brasileiro*. Porto Alegre: EdPUCRS, 2016, p. 332.

feminino para a democracia brasileira e marcar a data com a promoção de um evento era uma das maneiras de construir uma memória positiva sobre o acontecimento.

Sem planejar muito, havia retornado à área da História Política, a qual nunca havia abandonado, mas vinha, desde 2004 priorizando minhas investigações sobre o mutualismo. Surgiu então um convite de outra editora mineira, a Fino Traço, de propriedade de uma professora da UFMG, para que eu publicasse uma segunda edição do Teatro das Oligarquias. A primeira edição, de 2001, estava há muito esgotada e o livro ainda era uma referência importante para os estudos de Primeira República. Foi assim que publiquei uma nova edição, que passou por ligeiras modificações e ganhou também uma versão em E-book.⁷⁰

Uma resenha publicada na Topoi, por Antônio Luigi Negro e seu orientando Jonas Brito, ajudou a divulgar a segunda edição. Fui convidada para apresentar o livro novamente em várias universidades de diferentes estados brasileiros, como no Pará, na Bahia, no Rio Grande do Sul, entre outros. Cito um trecho da resenha que conseguiu expressar bem o sentido de minha contribuição para o debate:

Viscardi consegue demonstrar que o predomínio dos vencedores nas sucessões não se eternizava à custa da marginalidade dos demais atores. No lugar disso, a expectativa do rodízio das forças ao término de cada mandato, os efeitos das disputas e o esforço dos competidores no sentido de impedir a monopolização do poder por um ou outro ator asseguravam a crença em campanhas futuras, inibiam o ressentimento de exclusão entre os perdedores e, nesse sentido, continham rupturas. Logo, São Paulo e Minas não fizeram (a despeito dos demais) o que bem entendiam. Ao contrário, havia intensa barganha entre os estados.⁷¹

No mesmo ano em que reeditei o meu livro, publiquei dois resultados de minhas pesquisas sobre o movimento republicano. Como estudava Campos Sales e sua participação no movimento fora crucial, iniciei as pesquisas com o estudo do republicanismo. O primeiro artigo sobre o tema foi publicado na Revista Tempo da UFF, onde fazia as minhas primeiras análises do Manifesto de 1870. O segundo foi um capítulo em uma coletânea sobre a História de Minas Gerais, organizada por Luiz Carlos Villalta

⁷⁰ VISCARDI, Cláudia M.R. *O teatro das Oligarquias: uma revisão da política do café com leite*. Belo Horizonte: Fino Traço, 2012.

⁷¹ NEGRO, Antônio L. e BRITO, Jonas. A Primeira República muito além do Café com Leite. Resenha publicada na *Revista Topoi*. Rio de Janeiro, vol. 12, n. 26, 2013.

e Efigênea Resende.⁷² O capítulo era sobre o movimento republicano de Minas Gerais. Para fazê-lo, tive que investir muito tempo em pesquisas em fontes primárias, sobretudo em torno da imprensa republicana mineira e nos documentos relativos ao PRM.

6.2- As origens do “Unidos Perderemos”, meu segundo livro autoral

A historiografia, (pelo menos, Moderna) em vez do corte entre aqui e lá, serve-se da divisão entre o passado e o presente. À semelhança de Robinson Crusó, que, na praia de sua ilha, descobre a marca de um pé na areia, o historiador, também de frente para o mar, sabe que o outro passou; mas ele sabe, além disso, que o outro não voltará. A partir do vestígio precário dessa ausência, começam seu desejo e seu trabalho de escrita: a tarefa – recomeçada incessantemente desde as bordas do presente – da “operação historiográfica”, presa, por sua vez, entre a voz (que ficou emudecida) e a escrita (que se delinea em silêncio).” F. Hartog⁷³

Por essa época, fui convidada pela Capes a realizar algumas tarefas de apoio à Câmara de História. Compus a comissão de avaliação de duas edições do prêmio Capes de Tese, uma em 2013 e outra em 2014, sendo que coordenei a equipe no segundo ano. Fiz parte também do comitê avaliador do prêmio de melhor tese da Anpuh do Rio de Janeiro, em 2014. E no ano de 2016, fiz parte do comitê de análise das revistas para o Qualis-Capes. Cheguei a ser convidada para participar da avaliação desse quadriênio, mas como havia me tornado coordenadora do nosso Programa em 2016, não pude assumir.

Na ocasião, já havia saído da Casa Rui, após cumpridos os dois anos de bolsa, e já havia adiantado bem o projeto sobre Campos Sales. Resolvi então propor ao CNPq, na renovação de minha bolsa de produtividade, um projeto que agregasse minhas investigações recentes sobre o republicanismo e o que já havia produzido sobre Campos Sales. Tratava-se de um projeto mais amplo, que ia da análise do movimento republicano à “política dos estados”, passando pelos processos constituintes. Eu planejava estudar o

⁷² VISCARDI, Cláudia M. R. O movimento republicano: formas de estruturação e valores políticos. In:--- RESENDE, Maria E. e VILLALTA, Luiz Carlos (orgs.). *História de Minas Gerais: a Província de Minas*. Belo Horizonte: Autêntica e Cia do Tempo, 2013. Vo. 2, pp 97-121.

⁷³ HARTOG, François. *Evidência da História: o que os historiadores veem*. Belo Horizonte: Autêntica, 2011. P. 262.

movimento republicano, a Constituição de 1891, as constituições estaduais, o processo político-partidário da Primeira República e concluir as análises sobre Campos Sales. O projeto se intitulava: “Expansão da Autoridade Pública e Cidadania: proposição, implantação e recepção dos projetos de República no Brasil (1870-1902)”. Eu voltava definitivamente para o tema da política na Primeira República, mas desta vez, com um recorte temporal anterior ao que normalmente concentrava minhas pesquisas.

Eu já era professora Associada 4 e, após a mudança de nossa carreira, podia ascender à Classe E, a de “professora titular”. Sempre considerei um equívoco a decisão de nomear o último *step* de nossa carreira de “titular”. Criamos a partir da última greve das federais uma série de distorções em nossa carreira, a qual se tornou muito pouco atrativa em sua base e ambígua em seu topo. Alongar a carreira com mais um degrau era importante. Mas nomear a última etapa como “titular” gerava uma ambiguidade em relação às vagas de “titulares” já pré-existentes, as quais demandavam a elaboração de uma tese e implicavam em um reinício de carreira. Passamos a ter duas modalidades de professores titulares: os “livres” e os da “Classe E”.

Aproveitei o andamento de meu novo projeto e escrevi uma tese para ascender à Classe E. Nem cheguei a pensar em elaborar um memorial, já que minhas pesquisas estavam já bem adiantadas e era possível escrever um material de boa qualidade e original, em forma de tese. O exame ocorreu em março de 2015. Fizeram parte da banca os professores: Angela de Castro Gomes (UFF e Unirio), Jorge Ferreira (UFF), Francisco Palomanes Martinho (USP) e Rubem Barboza Filho (UFJF). A tese se chamou: “As muitas faces da República: o ideal republicano e a montagem do federalismo oligárquico (1870-1902).” Era o resultado do meu projeto de produtividade do CNPq.

Cabe destacar que fui a primeira professora a ascender à categoria E no Departamento de História. Depois de mim, mais quatro professores se tornaram titulares, três por meio de defesa de tese e um por memorial. Criamos uma cultura favorável à ascensão por meio de teses, que creio, terá um impacto positivo para a melhoria da produção de nosso Programa de Pós-Graduação em médio prazo.

Recentemente, após incorporar as sugestões da banca, publiquei a tese em formato de livro e lhe dei outro título⁷⁴. O livro é composto de cinco capítulos. O primeiro trata do movimento republicano, por meio das análises de dois manifestos, o de 1870 do Rio

⁷⁴ VISCARDI, Cláudia M.R. *Unidos perderemos: a construção do federalismo republicano brasileiro*. Curitiba: CRV, 2017. 208p.

de Janeiro e o de 1886, do Pará. O segundo capítulo é dividido em duas partes. A primeira trata da Constituinte de 1891. Fiz uma prosopografia de seus membros e procurei relacionar as decisões tomadas na Assembleia ao projeto republicano que se encontrava expresso nos manifestos. A segunda parte é uma tentativa de estudar como o federalismo foi implantado no âmbito dos estados, por meio da análise de todas as constituições estaduais aprovadas. Até então, não conhecia nenhum trabalho produzido sobre esse tema. No terceiro capítulo, estudei o processo eleitoral, a partir da análise dos partidos, das eleições e do voto na Primeira República. Uma primeira versão desse capítulo – o mais difícil de ser elaborado - havia sido publicada na Revista Estudos Ibero-Americanos, do Programa de Pós-Graduação da PUC do Rio Grande do Sul.⁷⁵ Apresentei recentemente, na última ANPUH, na seção “Diálogos Contemporâneos” cujo tema era: “Participação política das classes populares no processo democrático brasileiro: passado e presente”, um resumo do capítulo, que teve uma boa aceitação pela plateia, na medida em que trazia para o debate algumas contribuições inovadoras⁷⁶. Nos quarto e quinto capítulos, escrevi sobre Campos Sales.

Esse meu último livro marca meu envolvimento com outra modalidade de discussão historiográfica. Até então, me valia de alguns conceitos da chamada “história política renovada”, como o de cultura política, ou de técnicas, como a da prosopografia. Mas ao me deparar com a análise dos textos dos manifestos republicanos e dos discursos proferidos por Campos Sales, percebi que tais instrumentos eram insuficientes. Sem notar, estava retomando a “história intelectual do político” e para tal, seria importante eu mobilizar de novo as minhas leituras dos historiadores colligwoodianos. Ao mesmo tempo, em minhas disciplinas teóricas na Pós-Graduação, havia me interessado muito pelas obras de Koselleck. Acompanhava com atenção as publicações do grupo do “ibero-conceitos” e cheguei a participar de alguns de seus eventos. Investi na importação de livros sobre o tema e optei por fazer, nos capítulos um e quatro, uma análise de discurso, inspirada por essas duas correntes, a alemã e a inglesa.

Na análise dos manifestos estive bastante atenta aos conceitos que neles apareciam, como os de povo, de soberania popular, tirania, democracia, entre outros. Na Biblioteca da Casa de Rui Barbosa tive acesso a vários dicionários de época e fiz um

⁷⁵ VISCARDI, Cláudia M. R. Voto, representação política e soberania popular na República Brasileira. Estudos Ibero-Americanos, vol. 41, 2015, pp 14-39

⁷⁶ Compuseram também a mesa os colegas Cláudio Batalha (UNICAMP) e Andrea Casanova Maia (UFRJ).

levantamento do significado dos conceitos, atenta às suas mudanças no decorrer do tempo. Esta análise diacrônica das palavras foi complementada pela sua busca na imprensa da época, que pude acessar por meio da Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional. Procurei, igualmente, identificar todas as referências intelectuais que existiam nos manifestos, bem como a forma como seus autores construía o texto. Identifiquei as figuras de linguagem presentes e examinei as relações entre o texto e as metáforas e alegorias escolhidas. Produzi uma análise intratextual, atenta tanto à forma do discurso, quanto ao seu conteúdo. Comparei os dois manifestos, escritos em fases diferentes do movimento republicano e creio que consegui produzir uma análise original, que contribui para uma melhor compreensão das intenções dos republicanos ao publicarem os manifestos. Ao compreender melhor o que entendiam por povo e por sua soberania, tive mais claro para mim os objetivos e os limites do republicanismo.

A mesma coisa fiz com as análises dos discursos de Campos Sales. Por meio dos conceitos por ele mobilizados e pelas inúmeras referências intelectuais que ele fazia, pude entender melhor seus objetivos e tive acesso ao que ele compreendia por federalismo e por republicanismo. Campos Sales foi além de um político, um jurista erudito, que lia toda a literatura sociológica do século XIX que lhe vinha às mãos. Como ele fora um dos mais importantes arquitetos do regime, era importante para mim identificar suas fontes intelectuais e de que forma ele se apropriava de outras experiências, a exemplo da Argentina, país que ele tinha por modelo.

Não pude usar do mesmo método na elaboração dos demais capítulos, pois não se tratavam de discursos políticos. O livro acabou sendo em parte uma história política clássica, mas renovada, e em outra parte, um trabalho de história intelectual do político. Nesse sentido, ele acabava por unir ao discurso o fato, o ato à fala, tal como Skinner entendia a História. A todo momento, eu via os discursos como “atos de fala”; e quando analisava os acontecimentos políticos, estava atenta à gramática política e às estratégias discursivas dos atores.

Durante o período em que fazia as minhas investigações nos campos da História dos Conceitos e da História Intelectual do Político, mantive em funcionamento um grupo de estudos com meus alunos de Iniciação Científica, onde líamos e discutíamos esses textos. Quatro deles foram aprovados no Mestrado com projetos que resultaram das

discussões do grupo⁷⁷. Dois fizeram dissertações sobre o pensamento político do movimento republicano e dois outros fizeram sobre as ideias políticas autoritárias, tendo por objetos o movimento tenentista e o movimento integralista. Todos trabalharam com a imprensa e com as ferramentas analíticas de Skinner e também de Koselleck.

Hoje com o olhar distanciado em relação aos anos de 2010 a 2015, vejo como foi importante para mim o tempo que passei na Casa de Rui. Tive a oportunidade de conviver com pesquisadores da Primeira República, com um amplo acervo documental disponível, além da oportunidade da convivência com intelectuais brilhantes, como Wanderley Guilherme, José Almino de Alencar e Isabel Lustosa. O retorno ao meu tema original, enriquecido por novas abordagens, possibilitou a escrita de um segundo livro autoral e a minha ascensão ao topo da carreira do magistério superior. Mas eu não pararia por aí. Tenho uma mente muito inquieta.

⁷⁷ As dissertações citadas são: MARTINS, Camila P. O republicanismo em Lisboa e Rio de Janeiro (1870-1910). Programa de Pós-Graduação em História da UFJF- Mestrado, 2015. VITAL, Dievani Lopes. A influência do ideário francês iluminista e revolucionário na composição das ideias da Geração de 1870 no Brasil. Programa de Pós-Graduação em História da UFJF- Mestrado, 2015. MACEDO, Allony R. de C. Presente, passado e futuro: o movimento tenentista e a intelligentsia anti-liberal na crise da Primeira República. Programa de Pós-Graduação em História da UFJF- Mestrado, 2015. TANEGINO, Pedro Ivo D. É preciso crer: contribuição para a história do conceito de homem integral segundo a doutrina de Plínio Salgado (1872-1930). Programa de Pós-Graduação em História da UFJF- Mestrado, 2013.

7- Meu Encontro com o Nacional-Autoritarismo

Após a defesa de minha tese para ascensão à categoria de professora titular, Classe E, solicitei ao Departamento uma nova licença de pós-doutoramento. Dessa vez, planejava ir para Universidade de Lisboa, em seu Instituto de Ciências Sociais (ICS), sob a supervisão de António Costa Pinto. Essa opção foi antecedida de algumas circunstâncias que me levaram a outras mudanças nos rumos de minhas investigações.

Em 2014 eu havia sido convidada pela PUC do Rio Grande do Sul a proferir uma palestra no Seminário Internacional Nacionalismo e Política: Portugal e Brasil. Eu não tinha, até então, nenhum texto sobre o tema e nunca pensara em fazer trabalhos comparativos entre Portugal e Brasil. O convite derivou das dissertações que havia orientado sobre o pensamento autoritário dos anos 20, sobre os republicanismos português e brasileiro e de uma tese que também orientava sobre os usos do Estado de Sítio ao longo da Primeira República. Para participar do evento precisava apresentar algo novo. Muito influenciada pela História Intelectual do Político, pensei em escolher um intelectual sobre o qual pouco havia sido escrito e que tinha por identidade o nacional-autoritarismo. Escolhi Francisco Campos. Faria um texto sobre ele nos anos 20, já que na década de 1930 havia já algum material escrito sobre a sua participação no Estado Novo, e também, para não me afastar muito do meu período cronológico preferencial, que sempre foi a Primeira República.

Analisei seus discursos no Parlamento Federal, bem como sua participação no PRM, junto a Bernardes. Era um período de explosão do movimento tenentista e de uma eleição presidencial disputada, a que opusera Bernardes a Nilo Peçanha. Pretendia perceber como Francisco Campos se colocava nesse período de conflagração e se ele já era um antiliberal na juventude. O texto da conferência foi publicado sob a forma de um capítulo intitulado “A década de 20 e a gênese das ideias autoritárias no Brasil: o jovem Francisco Campos”.⁷⁸ Foi neste evento que conheci António Costa Pinto, que assistiu à minha conferência e me propôs ir fazer um estágio em Lisboa, para que pudesse aprofundar meus estudos sobre o “arquiteto do Estado Novo brasileiro”. Fiquei animada com o convite.

⁷⁸ VISCARDI, Cláudia M. R. A década de 20 e a gênese das ideias autoritárias no Brasil: o jovem Francisco Campos. IN: PAREDES, Marçal et alii. (Orgs.). *Dimensões do poder: História, Política e Relações Internacionais*. Porto Alegre, EDPUCRS, 2015. pp 115-134

Uma vez mais, a minha relação com os meus orientandos me conduziria à mudança do objeto de minha pesquisa. Havia sido assim com o mutualismo. E agora de novo, com o estudo do pensamento autoritário. O fato de ter orientado estudantes, que se vinculavam à essas temáticas, me obrigou a ler mais sobre o tema e a me inteirar das pesquisas recentes, propondo-lhes uma abordagem alternativa, que fizesse com que seus trabalhos assumissem um caráter mais inovador. Não demorou muito até que me interessasse em fazer pesquisas novas no campo também.

Em setembro de 2015 eu tirei um ano de licença, dividida em duas partes. A primeira seria cumprida no ICS, sob a supervisão de António. A segunda parte, no Rio de Janeiro, na Unirio, sob a supervisão de Angela de Castro Gomes. Eu propus à Capes um projeto, que foi aprovado, que tratava do estudo do pensamento político e das experiências autoritárias, nas décadas de 1920 e 1930, no Brasil e em Portugal. O projeto se chamava: “ O advento do nacional-autoritarismo nas Primeiras Repúblicas Brasileira e Portuguesa: uma análise comparativa. ” Daí a opção em desenvolvê-lo primeiro em Portugal e depois no Brasil. Francisco Campos fazia parte desse projeto, mas não era o seu núcleo principal.

Estávamos no segundo mandato do governo Dilma, e embora os recursos para a pesquisa tinham sido um pouco reduzidos, as bolsas ainda se encontravam disponíveis. Infelizmente, acompanhei em Portugal as pressões do Congresso pelo impedimento da Presidenta e pude participar de vários protestos contrários às visitas à Lisboa de José Serra, Gilmar Mendes e Aécio Neves.

Além da militância política, passei um período academicamente muito enriquecedor por lá e a partir dele é que acho que consegui internacionalizar mais a minha carreira e a me integrar em redes de pesquisa nacionais e internacionais. No ICS tive a oportunidade de conhecer vários pesquisadores estrangeiros, que estudavam, em sua maioria, o tema do corporativismo, em seus respectivos países: Itália, França, Alemanha, Grécia, Espanha, São Tomé, Cabo Verde entre outros. Nossos eventos eram em inglês, o que favorecia o intercâmbio entre pesquisadores de países tão diferentes entre si, mas que haviam vivido no entre guerras, as experiências autoritárias. Aproveitei meu período por lá para estudar a Primeira República Portuguesa e acabei avançando mais cronologicamente, até os primeiros anos da década de 30, quando Salazar chegara ao poder. Mais que o Brasil, Portugal sofrera o afluxo de ideias autoritárias no entre guerras e chegou a ter uma experiência ditatorial ainda na Primeira República, tendo à frente do governo o militar Sidónio Paes. Mapeei os grupos políticos autoritários e me deparei, entre eles, com um grupo fascista, liderado por Rolão Preto, o nacional sindicalismo.

António Costa Pinto já havia estudado o grupo⁷⁹, mas não o seu jornal. Encontrei nas hemerotecas de Lisboa e Porto, todos os volumes do periódico “Revolução”. Pude fotografar boa parte deles, mas o meu período por lá era curto para completar o trabalho. Notei que o jornal dedicava longas páginas sobre o Brasil, enaltecendo as figuras de Vargas, de Francisco Campos, Oliveira Viana e de outros intelectuais autoritários. Ainda concluirei o levantamento de todos os jornais, o que pretendo fazer em outubro de 2017, quando retornarei para uma breve missão de pesquisa por lá. Certamente terei em mãos um material valioso para o conhecimento das redes estabelecidas entre os fascistas brasileiros e portugueses. Do material que pude coletar, já extraí as referências ao Brasil, mas ainda não redigi nada sobre ele. É um projeto de médio prazo que tenho.

Tive a oportunidade de apresentar em menos de seis meses de permanência, quatro trabalhos. A primeira atividade que participei foi de um evento internacional intitulado “*Facets of Right*”, ocorrido no Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa em 26 de outubro de 2015. O *paper* apresentado se chamava “*National-authoritarianism in the Portuguese and Brazilian First Republics: Comparative perspectives*”. Uma prévia da apresentação foi publicada na rede Academia.edu⁸⁰. Um segundo *paper* apresentado foi no Seminário Interno do grupo Regimes e Instituições Políticas, em 4 de novembro de 2015, intitulado “A década de 20 e a gênese das ideias autoritárias no Brasil: o jovem Francisco Campos”. Conforme apontado antes, era um trabalho que eu havia recentemente publicado. Um terceiro *paper* intitulado “Origens do Corporativismo Brasileiro no texto constitucional de 1934” foi apresentado no Seminário do grupo “Poder, Sociedade e Globalização”, ocorrido no Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa em 11 de dezembro de 2015. Mais tarde ele foi ampliado para que pudesse ser publicado como capítulo de um livro, o que veio a ocorrer brevemente depois.

Fora da Universidade de Lisboa, participei também de um evento internacional na Universidade Nova de Lisboa, cujo tema central era: Constitucionalismo e conflito político: os momentos constituintes em Portugal e no Brasil (1822 – 1988), ocorrido em 10 de Novembro de 2015. Neste evento participei de uma mesa-redonda, cujo tema exposto foi: “A Constituinte Brasileira de 1891: grupos políticos, interesses em luta, um

⁷⁹ PINTO, António C. *Os camisas azuis e Salazar: Rolão Preto e o Fascismo em Portugal*. Lisboa: Edições 70, 2015.

⁸⁰ Disponível no seguinte endereço: https://www.academia.edu/19009818/_National-authoritarianism_in_the_Portuguese_and_Brazilian_First_Republics_Comparative_perspectives

só projeto." Era um resumo do primeiro capítulo de minha tese de titular, recentemente defendida.

Enquanto estava por lá, recebi um convite de António Costa Pinto e Francisco Palomanes Martinho, para escrever um capítulo em uma coletânea que estavam organizando sobre o corporativismo na Europa e na América Latina. O livro teria duas edições, uma em Portugal pela editora do ICS, e outra no Rio, pela editora FGV.

Embora se tratasse de um convite irrecusável, eu estava a iniciar as minhas pesquisas sobre o corporativismo. Era um tema que se aproximava de meus estudos sobre o pensamento político nacional-autoritário, mas não era o seu núcleo principal. Fiz então um leve desvio de rota. Optei por fazer um capítulo sobre a primeira experiência corporativa brasileira, tendo por foco a Constituição de 1934, já que possuía alguns estudos iniciais sobre o tema. Eu já havia estudado a Constituição de 1891 e as constituições estaduais. Não seria muito diferente analisar a de 1934. A supervisão de Angela Gomes, na segunda parte de meu pós-doutorado, foi fundamental para que eu produzisse um texto inovador em relação ao que ela própria havia escrito nos anos 80.⁸¹

Para a elaboração desse capítulo fiz um levantamento das leis eleitorais dos anos 30 e de seus impactos sobre a composição da Assembleia Constituinte. Analisei também os Anais Parlamentares e os relatórios das comissões responsáveis pela elaboração dos anteprojetos. Mapeei os grupos políticos no Parlamento e acompanhei o seu desempenho na defesa ou na oposição à formação da câmara corporativa. O livro foi publicado em 2016, tanto no Rio, quanto em Lisboa.⁸²

Em 2016 retornei a Lisboa, a convite de António Costa Pinto, para participar de um evento internacional organizado pelo ICS, que reuniria especialistas latino-americanos e europeus no estudo dos intelectuais de direita. O evento se chamava “*Crossing Borders: Intellectuals of the Right and Politics in Europe and Latin America. Transnational Perspectives*”.

Para este evento elaborei um *paper* sobre um dos mais importantes livros de Francisco Campos, O Estado Nacional, publicado em 1940. Vali-me novamente do

⁸¹ GOMES, Angela de C. A representação de classes na Constituinte de 1934. IN: --- GOMES, Ângela de Castro et al. (coord.) *Regionalismo e centralização política*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1980.pp 427-491.

⁸² VISCARDI, Cláudia M. R. A representação profissional na Constituição de 1934 e as origens do corporativismo no Brasil. In: ---PINTO, António C. e MARTINHO, Francisco P. (orgs.) *A vaga corporativa: corporativismo e Ditaduras na Europa e na América Latina*. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais, 2016, pp 199-222. O livro foi publicado pela FGV, no mesmo ano, com o título “A onda Corporativa”.

modelo de análise de Quentin Skinner, uma vez que o livro era uma reunião de seus discursos, expressão de seus pensamentos e práticas políticas. Ainda não publiquei esse texto, embora o tenha deixado disponível, em inglês, no Academia.edu, como um *working paper*⁸³. Pretendo ainda lhe dar um melhor aprofundamento para enviá-lo a uma revista estrangeira, o que está previsto para ser feito ainda este ano.

Quando retornei ao Brasil, continuei minhas investigações no Rio e, aos poucos, meu nome foi associado ao estudo do corporativismo. Disputei um edital para a organização de dossiês temáticos da Revista Tempo da UFF. Para este fim, me juntei a uma pesquisadora italiana, Annarita Gori, que havia conhecido em Lisboa, propondo um dossiê sobre o corporativismo, que foi aprovado e será publicado em 2018.

Fui também convidada a participar de um evento internacional sobre Corporativismo, que ocorreu em junho de 2017, no CPDOC. Vários pesquisadores portugueses e espanhóis estiveram lá presentes. Apresentei um trabalho sobre a história do conceito de corporativismo no Brasil. Esse texto será publicado em um livro, a ser editado pela FGV e pela PUCRS, em 2018.

Foi um texto que gostei muito de ter escrito, pois nele consegui unir dois temas com os quais trabalhava: o mutualismo e o corporativismo. Minha estratégia foi me valer, uma vez mais, da História dos Conceitos de Koselleck. Fiz um levantamento dos diferentes significados de corporação e de corporativismo, ao longo dos séculos XVIII, XIX e XX. Me vali tanto dos dicionários de época, quanto dos jornais disponíveis na Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional. Ao mesmo tempo, relacionei o fim das corporações de ofício ao advento das mutuais, e o fim das mutuais ao surgimento da representação corporativa. Trata-se de um tema que merece maiores aprofundamentos, para que o capítulo a ser publicado ganhe mais consistência.

Segundo pude apurar, tanto as mutuais quanto as corporações de ofício – leigas ou religiosas – compartilhavam da metáfora do corpo, que se traduzia no princípio de que os elos entre seus membros eram indissolúveis, à semelhança dos elos familiares. Por outro lado, a metáfora induzia à ideia de que as partes que as compunham eram interdependentes e mecânicas. Tudo isso para evitar com que as diferenças e as

⁸³ O *paper* apresentado intitulava-se: “Francisco Campos: political pragmatism, ideas, and intellectual networks”. Encontra-se disponível em https://www.academia.edu/34097750/Francisco_Campos_Political_Pragmatism_Ideas_and_Intellectual_Connections_1. Acesso em 10/08/2017.

hierarquias não levassem às situações de conflito entre os pares. Segue um trecho do texto apresentado, que expressa em parte para onde as minhas investigações caminham:

Diante das informações, acreditamos que o conceito de corporativismo tenha sido introduzido no Brasil a partir da década de 1910 para identificar as primeiras experiências corporativas europeias e tenha se generalizado por meio da obra de Manoilescu, traduzida para o português por Azevedo Amaral em 1938. A partir das discussões teóricas e experiências históricas, o conceito de corporação mudou de significado, passando a estar associado não mais às associações oitocentistas, mas a uma forma alternativa de representação de interesses em conjunturas autoritárias. (...)

Esta definição revela a criação de um novo significado para um mesmo significante, pois os pontos comuns entre as corporações do período colonial brasileiro e as primeiras experiências corporativas inauguradas nos primeiros anos da década de 1930 no Brasil eram muito poucos. Em comum há o papel que tais associações – corporações e mutuais de ofício – exerceram no mercado, já que eram instituições de representação de interesses e tinham por fundamento os princípios acima elencados. Mas tanto as corporações coloniais como as mutuais oitocentistas eram organizações que se estruturaram de forma autônoma, de baixo para cima, sem a interveniência do Estado, o que não ocorreu com o estabelecimento do corporativismo republicano.⁸⁴

Fui também convidada pela Revista Estudos Históricos, do CPDOC, a fazer um artigo historiográfico sobre o tema, a exemplo do que eram os BIBS (Boletins Bibliográficos) das Ciências Sociais. Este trabalho está em fase de elaboração, com término previsto para novembro de 2017.

Conforme pode ser visto, recentemente me integrei com maior vigor a uma nova rede de pesquisadores que têm o nacional-autoritarismo e o fascismo como objetos. Me vinculo às décadas de 1920 e 1930 para não fugir muito de minha área de especialização. Minha contribuição se dá no campo das instituições políticas e no da História Intelectual do Político, sem nunca as ver de forma segmentada. Inspirada por Skinner, vejo a produção intelectual como prática política e procuro levar em conta a gramática política e o repertório de ações disponíveis aos que fazem parte das instituições estudadas.

⁸⁴ VISCARDI, Cláudia M.R. “Corporativismos: uma análise conceitual e historiográfica. Trabalho apresentado no I Seminário Novas Perspectivas sobre o Corporativismo” realizado entre os dias 26 e 27 de junho de 2017 na Fundação Getúlio Vargas, Rio de Janeiro. (mimeo)

8- *As Redes de Pesquisa Nacionais e Internacionais*

Em 2014 me envolvi em um projeto de recriação do GT de História Política. No âmbito da Anpuh, nos anos 90, eu participava deste GT, na época, coordenado por Maria de Lourdes Mônaco Janotti e Suely Robles de Queirós. Aos poucos, o GT foi perdendo força e parou de se reunir. Quando me envolvi com o estudo do mutualismo, fui convidada a participar do GT Mundos do Trabalho. Procurei participar de todos os eventos, nacionais e internacionais, promovido pelo Grupo.

Há cerca de três anos atrás, o Prof. Altamar Moniz, da Universidade Estadual do Ceará e antigo membro do GT em História Política, teve a iniciativa de refundar o grupo e fui convidada a ir à Fortaleza duas vezes, juntamente com outros colegas, para participar de eventos que tinham por fim reunir os especialistas em História Política republicana. No Ceará refundamos o GT e me tornei sua coordenadora nacional. Integram a coordenação também os professores Luiz Carlos Martins (PUCRS) e por Paulo Giovanni (UFPB).

Como resultado desse evento, o GT produziu sua primeira publicação, uma coletânea publicada pela editora da PUCRS, na qual publiquei um texto sobre o uso da História dos Conceitos na análise do Manifesto republicano de 1870.⁸⁵

Na condição de sua coordenadora, construí um site para o GT⁸⁶ e comecei a atuar com o fim de criar suas unidades regionais. Participamos ativamente na ANPUH de Florianópolis, oferecendo dois simpósios temáticos e, recentemente em Brasília, mais dois. Minha gestão à frente do GT terminou em julho de 2017. Continuo fazendo parte de sua equipe e no ano que vem, o seu Colóquio nacional ocorrerá na UFJF, sob minha coordenação.

Enquanto estava em Portugal, fui convidada por Paula Borges dos Santos, Pesquisadora da Universidade Nova de Lisboa, a integrar uma segunda rede de pesquisa que tinha por foco os estudos sobre o Corporativismo. A NETCOR (International Network for Studies on Corporatism and the Organized Interests), que havia sido criada

⁸⁵ VISCARDI, Cláudia M. R. O Manifesto Republicano de 1870: uma análise a partir da História dos Conceitos. MUNIZ, Altamar da Costa e MARTINS, Luiz Carlos dos P. (orgs.). *História Política: interfaces e diálogos*. Porto Alegre, Fortaleza: EdPUCRS e EdUECE, 2016, pp 127-159.

⁸⁶ <http://rededepesquisa.wixsite.com/gthp>. A Rede de Pesquisa também se organiza como um grupo no CNPq. (<http://dgp.cnpq.br/dgp/espelhogrupo/3818161689499713>).

em reunião em Lisboa em novembro de 2015, e se definia como uma Rede Internacional de Análise do Corporativismo e da Organização de Interesses. A rede mantém encontros bianuais. O primeiro ocorrido em Lisboa, em sua fundação, foi em 2015, do qual fiz parte. Dois anos depois, o encontro estava previsto para ocorrer no Centro di Studi per la Storia del Pensiero Giuridico Moderno, Universidad degli Studi di Firenze, mas foi adiado para 2018.

Convidei dois outros colegas do meu Programa para a integrarem também, para que tivéssemos uma participação mais institucional. Foram eles: Valéria Lobo e Fernando Perlatto. A Rede publicará um livro com textos de seus membros ainda este ano. Para este livro, fiz um capítulo sobre a atuação dos sindicatos patronais e de trabalhadores na Assembleia de 1934, uma continuação de meu capítulo anterior.

A terceira Rede a que pertencço chama-se “Direitas, História e Memória”⁸⁷, que reúne pesquisadores de diversos países que estudam as direitas em diversas perspectivas teórico-analíticas. No Brasil é coordenada Por Janaína Cordeiro (UFF). Seu secretário é meu orientando de Doutorado, Antônio Gasparetto Júnior.

Entre as atividades dessa rede que participei mais ativamente destaca-se a elaboração de dois projetos de pesquisa. O primeiro foi em resposta ao edital da Capes “Memórias Brasileiras”. Eu, o Prof. Maurício Parada (PUC/RJ) e o Prof. Leandro Gonçalves (PUC/RS) nos propusemos a elaborar uma biografia de Francisco Campos. Sabíamos que dificilmente o projeto seria aprovado, uma vez que o edital tinha por fim biografar personagens populares ou grupos que contemplassem uma diversidade regional, de gênero ou étnico-racial. Nenhuma dessas características se aplicava ao nosso biografado. Mas insistimos em submeter o projeto para que nos organizássemos para responder a outros futuros editais. O projeto, como esperado, não foi aprovado.

Parte dele subsidiou a elaboração de um novo projeto com outros membros dessa mesma rede. Trata-se de uma análise do pensamento político de intelectuais brasileiros e portugueses, entre eles, Francisco Campos. Estamos aguardando a abertura do edital CAPES-FCT para submetê-lo, mas ele já se encontra bem adiantado. Eu serei a coordenadora da equipe brasileira e António Costa Pinto o coordenador da equipe portuguesa. Vinte pesquisadores brasileiros e portugueses compõem a equipe de trabalho.

Tendo em vista a redução progressiva de investimentos na pesquisa, ocorrida a partir do golpe de 2016, estamos em busca de fontes internacionais. Em outubro próximo,

⁸⁷ <https://direitashistoria.net/>

quando estarei em Lisboa, temos agendada uma reunião com a Embaixada Brasileira em Portugal e também com dirigentes da FCT. A nossa proposta é buscar financiamentos na União Europeia e nos valeremos desses contatos para conseguir obtê-los.

Como resultado de meus intercâmbios em Portugal, criei uma Rede de Pesquisa em 2016 chamada “Conexões Lusófonas: ditaduras e democracia em português”. Dessa Rede participam vários pesquisadores, que têm em comum a lusofonia e o interesse por realizar trabalhos comparativos entre os países lusófonos. Atualmente, compõem a rede 29 pesquisadores. Sou sua coordenadora no Brasil. Da mesma forma que fiz com outras redes, procurei agregar mais dois colegas ao grupo, para que nossa participação fosse institucional, com ganhos coletivos e não somente individuais. Dessa forma foram agregados os professores Fernando Perlatto e Valéria Lobo.

A ideia da Rede é que ela seja produtora de resultados palpáveis. Dessa forma, os seus membros se organizaram em duplas ou trios, para organizarem e publicarem coletâneas que reúnam trabalhos comparativos. O primeiro resultado da Rede já foi publicado. Trata-se de um livro sobre Democratização e Justiças de Transição, organizado por Maria Paula Araújo (UFRJ) e António Costa Pinto (ICS-UNL)⁸⁸. O segundo volume já está pronto e foi organizado por Leandro P. Gonçalves (PUCRS) e Maria Inácia Rezola (UNL). Ele trata do papel da Igreja nos regimes autoritários. Meu volume será sobre os constitucionalismos português e brasileiro, e será organizado por mim e por Isabel Corrêa da Silva, da Universidade de Lisboa.

Em outubro, a Rede organizará em Lisboa o seu primeiro evento, na Faculdade de Letras. E em novembro será a vez dos pesquisadores da Rede se reunirem no Rio de Janeiro para o evento alusivo aos 80 anos do Estado Novo brasileiro. A Rede tem uma página na Internet e outra no Facebook, por meio das quais nos comunicamos entre nós e com a comunidade acadêmica, ambas por mim administradas.⁸⁹

Em 2016, o Prof. Dr. Jorge Ferreira teve um projeto aprovado no edital do PRONEX, intitulado “História (trans)nacional: conexões e emaranhamentos”. Fui convidada a integrar a sua equipe. O projeto é amplo e possui duas linhas de pesquisa. Me vinculei à linha “História Nacional e suas Conexões”. Estamos aguardando a liberação dos recursos para darmos início às investigações. Esta atividade também se encontra no meu “horizonte de expectativas” para 2018. Essa será a quarta Rede que

⁸⁸ ARAÚJO, Maria Paula e PINTO, António C. (org.) *Democratização, memória e Justiça de Transição nos Países Lusófonos*. Rio de Janeiro e Recife. Autografia e EDUPE, 2017.

⁸⁹ <http://rededepesquisa.wixsite.com/conexoeslusofonas>

participarei, tão logo o projeto tenha início. Por enquanto, as reuniões das linhas de pesquisa continuam a ocorrer com vistas ao planejamento das atividades. Acredito que pela abrangência do tema e pela diversidade institucional dos pesquisadores envolvidos, o projeto trará importantes resultados para a área, como devem ser os projetos de excelência apoiados pelo Programa Pronex.

9- A carreira hoje e os planos para o futuro

Essa parte finaliza o Memorial, pois trata das atividades que hoje venho desenvolvendo e aponta para alguns projetos de médio e longo prazos.

9.1- O atual “espaço da experiência”

Conforme aventei anteriormente, mesmo contra a minha vontade, me foi imposta a responsabilidade de coordenar o Programa de Pós-Graduação que integrava. Pela primeira vez achava que já tinha dado a minha cota de contribuição para as atividades administrativas. Mas como havíamos aprovado uma resolução interna, prevendo que as liberações para os estágios de pós-doutoramento implicassem no dever de assumir, após o retorno, funções de gestão - as quais nunca foram objeto de disputa entre nós - tive que aquiescer e assumir, em setembro de 2016, a coordenação do Programa por dois anos.

Como somos um Programa nota cinco, minha missão no biênio seria a de ampliar a nossa internacionalização e, passado um ano, já dei alguns passos nesse sentido. Consegui a tradução de nosso sítio para o inglês. Abri processo seletivo para os estrangeiros. Teremos um processo seletivo simplificado para trazer um visitante estrangeiro por quatro anos em nosso Programa. Consegui recursos junto à nossa Fundação de Apoio para traduzir artigos dos colegas que desejassem realizar submissões às revistas em inglês. Pessoalmente, consegui que meu livro, “Teatro das Oligarquias”, fosse publicado pela Routledge em 2018. Faltam-me ainda recursos para traduzi-lo, mas esta é uma de minhas metas para o futuro de médio prazo. Temos realizado inúmeros convênios com outras universidades para viabilizar o intercâmbio entre professores e estudantes. Ofereceremos em 2018 uma disciplina toda em inglês. Pretendo deixar a coordenação com esses projetos consolidados.

Em julho de 2017 entrei para a Diretoria da Anpuh Nacional, para um mandato de dois anos. A princípio, havia sido convidada para ser a Editora da RBH, mas não conseguiria tempo para ser a editora-chefe da Revista e ser coordenadora de um Programa ao mesmo tempo. Todos que já assumiram a coordenação sabem do imenso volume de trabalho envolvido nesta função. Me tornei sua segunda-tesoureira.

Junto com a Diretoria da Anpuh, pretendo somar forças contra essa onda conservadora, que ataca de frente os historiadores brasileiros. Refiro-me à escola sem partido, ao fim da obrigatoriedade do ensino de História no nível médio e às dificuldades de se regulamentar a profissão do historiador, além dos cortes no financiamento público da pesquisa e da inovação. São quatro frentes de luta política que considero de fundamental importância. Além de auxiliar o tesoureiro a zelar com probidade os recursos de nossa Associação, pretendo colaborar politicamente com ela, nesse período em que somos diuturnamente atacados.

Atualmente estou concluindo um capítulo que fechará o quinto volume da Coleção Brasil Republicano, organizada por Jorge Ferreira e Lucília Neves Delgado. Será sobre o tema da cidadania após a Constituição de 1988. Para elaborá-lo, convidei o colega Fernando Perlatto, e junto elaboramos o capítulo. Toda a coleção, acrescida de seu quinto volume, será publicada novamente pela Editora Civilização Brasileira em 2018. Para elaborar esse capítulo, tivemos que fazer uma longa incursão sobre o conjunto de direitos civis, políticos e sociais que foram ampliados com a Carta de 1988. Em seguida, do governo de Sarney ao de Dilma, buscamos acompanhar a perda de boa parte desses mesmos direitos, sobretudo os sociais. Trabalhamos na perspectiva da provisoriedade das conquistas e de que a CLT já vinha sofrendo modificações estruturais, principalmente durante os dois mandatos de FHC, em prejuízo dos trabalhadores. Os direitos das comunidades LGBTs e dos grupos étnicos também foram contemplados pelo capítulo.

Estou também atuando como organizadora de um evento alusivo aos 80 Anos do Estado Novo, que ocorrerá no CPDOC/FGV em novembro próximo. Sou da coordenação geral do evento, já que ele é uma promoção da Rede Conexões Lusófonas, e participarei de uma mesa redonda intitulada “Os Intelectuais entre a autonomia e a adesão”, na qual apresentarei um novo trabalho sobre Francisco Campos, intitulado “Francisco Campos, o autor da Carta de 37”.

Trabalho também, atualmente, na redação de um capítulo para um livro organizado por Leandro P. Gonçalves e Érica Sarmiento, intitulado: *Abordagens Cruzadas no mundo atlântico: relações entre Península Ibérica e América*. O capítulo será sobre as interlocuções entre os grupos autoritários portugueses e brasileiros nas décadas de 1910 e 1920, com base em material que coletei durante meu estágio em Portugal. O livro será publicado no primeiro semestre de 2018.

9.2- “O horizonte de expectativas”

Além de cumprir essas tarefas de gestão, meus planos para o futuro consistem em aprofundar minhas pesquisas sobre o nacional autoritarismo nas décadas de 1920 e 1930 no Brasil e em Portugal. Coletei importante material de pesquisa em minha temporada em Lisboa e no Rio de Janeiro e pretendo, nos próximos anos, continuar a produzir contribuições para esse campo. Como já possuo inúmeras conexões internacionais nessa área e o tema possui essa dimensão transnacional, acredito que aprofundarei a minha inserção internacional por meio dessa investigação.

O meu envolvimento com os intelectuais de direita e com os corporativismos coincidiu com o crescimento dos movimentos e experiências autoritárias, não só no Brasil, como em várias regiões do mundo. Talvez seja esse o melhor momento para contribuímos com mais pesquisas que tenham como fim auxiliar, por meio da “História Pública” uma melhor compreensão desses tempos tão difíceis.

Em outubro próximo, passarei uma curta temporada em Portugal para concluir a coleta do Jornal fascista “Revolução” e participar de um evento da Rede Conexões Lusófonas, que ocorrerá na Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa. Aproveitarei a ocasião para lançar meu mais recente livro, “Unidos Perderemos”, que será comentado pela pesquisadora do ICS, Isabel Corrêa da Silva, como é comum nos lançamentos que lá ocorrem.

Está previsto, igualmente para 2018, a coordenação de um dossiê da Revista *Análise Social*, do ICS de Lisboa. Eu e o Prof. Leandro Gonçalves fomos convidados a organizar o dossiê e divulgá-lo ao longo do próximo ano. Ainda estamos a discutir o seu tema principal.

Em maio de 2018, participarei de uma mesa no XXXVI Congresso Internacional da LASA, que pela primeira vez ocorrerá fora das Américas. Eu, Jorge Ferreira, Angela Gomes, Leandro Gonçalves e Andreia Casanova estamos propondo uma mesa sobre o Estado Novo Brasileiro. Minha proposta é apresentar um trabalho cronologicamente anterior ao advento do Estado Novo, enfocando as relações entre os grupos autoritários brasileiros e portugueses nas décadas de 1920 e 1930, minha área atual de pesquisa. Até maio espero poder apresentar resultados mais concretos. No mesmo evento, atuarei como “comentadora” de uma outra mesa, composta por António Costa Pinto (Universidade de Lisboa), Pedro Ramos Pinto da Universidade de Cambridge (Reino Unido) e Matteo Pasetti (Universidade de Bolonha). O tema será o do corporativismo.

A médio prazo, tenho dois projetos adicionais, após concluir meu mandato de coordenadora do Programa e de diretora da ANPUH. Penso em dirigir o “Memorial da República: Presidente Itamar Franco”. A UFJF criou essa instituição para abrigar o acervo do ex-Presidente Itamar Franco e homenageá-lo. Trata-se de um memorial que se limita a enaltecer a figura de seu líder. Gostaria de prestar a minha contribuição para transformar este espaço em algo alternativo, um Museu da República. Reuniria lá vários acervos da História do Brasil Republicano, a exemplo do de Clodismith Riani, que ainda se encontra sob sua guarda pessoal, mas desejoso de que a Universidade o abrigue. Temos também, em condições ruins de preservação, o acervo de Odilon Braga, que foi Ministro da Agricultura de Vargas, e foi doado por um descendente à UFJF, que poderia ser abrigado no Museu. Há ainda o acervo de vários sindicatos e de associações existentes na cidade, bem como depoimentos orais e visuais coletados pelo LAHPS, para os quais necessitaríamos de um local que os mantivesse em melhores condições de preservação. Já manifestei ao Reitor da UFJF este meu interesse.

Um segundo projeto que tenho está mais relacionado ao ensino da História do Brasil Republicano. Planejo construir e gerir um “Portal do Professor de História do Brasil Republicano”, no qual serão disponibilizadas aulas de curta duração, ministradas pelos pesquisadores mais renomados da História do século XX. Como tenho muitas relações com os historiadores do período, pretendo contar com o apoio deles para disponibilizar vídeos que possam ser usados por alunos e professores. No Portal também seriam disponibilizados textos, imagens, jogos, entre outros recursos didáticos de apoio ao professor de História. Para esse fim, submeteria um projeto no edital Pesquisa Extensionista da Fapemig. Os recursos me possibilitariam a formação de uma equipe para leva-lo à frente.

Tenho também um projeto, de médio prazo, de disputar uma cátedra e permanecer por mais um ou dois anos fora do Brasil. Tenho em meu horizonte algumas possibilidades, todas elas nos Estados Unidos, que poderá ser em Brown, Harvard ou Columbia.

Considerações finais

Após terminar a redação desse Memorial, foi possível compreender melhor por meio dele a minha carreira. O meu perfil fica muito transparente. Sou uma pesquisadora no campo da História Política e Social, que atua entre as décadas de 1870 e 1937, com ênfase na Primeira República. Em minhas investigações, sempre estive conectada às abordagens antropológicas, nos estudos das relações de poder e das organizações sociais. Nunca fiz uma história política tradicional. Meus estudos nos campos da Teoria da História, sobretudo das abordagens da Antropologia Política e Cultural contribuíram para que eu prestasse alguma contribuição que renovasse o debate acadêmico, nos vários campos em que atuei. Portanto, penso que minha inserção na área do concurso, História, Cultura e Poder, que é também a área de concentração do Programa de PG em História da UFJF, se dá de forma natural e óbvia.

Sempre atuei de forma coletiva, contribuindo com o crescimento de minha Universidade e, particularmente, do meu Programa. Tenho uma liderança natural, o que me fez assumir uma série de funções de coordenação, locais, nacionais e internacionais. Mas nunca deixei de produzir cientificamente, embora o custo tenha sido alto, pois sempre trabalhei mais do que devia.

Entre as atividades que desenvolvi ao longo desses 30 anos, as mais importantes foram as de formação de estudantes, em seus mais diversos níveis. Me orgulho do sucesso de cada aluno que orientei e acho que essa é a nossa missão principal, como professores universitários da rede pública. Minha intenção é continuar nesse campo, por um bom tempo.

Quando penso nos meus objetos de pesquisa, consigo dividi-los em duas temáticas principais, conforme busquei deixar claro nesse Memorial. A primeira é a da relação entre o Estado e as organizações sociais, tendo por cerne a questão da cidadania, com ênfase nos direitos sociais. A minha dissertação de Mestrado, os meus trabalhos sobre o mutualismo e a filantropia e minhas incursões recentes sobre o corporativismo se enquadram nessa temática. A segunda delas é o estudo do Estado brasileiro republicano, do ponto de vista de suas instituições, de suas formatações constitucionais e de seus principais teóricos. Os meus estudos sobre o Republicanismo e o Federalismo Oligárquico, sobre Campos Sales, sobre as constituições de 1891 e 1934 e sobre Francisco

Campos integram essa segunda temática. Em comum o período cronológico, que se situa entre as últimas décadas do século XIX até as primeiras três décadas do século XX.

Todos os meus trabalhos – nos campos da História Política e Social – dialogam com a Antropologia e com a Sociologia Histórica. Meus diálogos intelectuais com Skinner, Bourdieu, Thompson, Bendix, Clawson e mais recentemente com Charles Tilly⁹⁰, permitem com que confira uma abordagem menos factual ou exclusivamente narrativa aos meus trabalhos. Faço parte de uma geração que não abre mão das análises e das comparações e que tenta escapar das armadilhas da “ficção histórica”, dos historicismos ou do presentismo, como o entende Hartog. Não me convenci do status exclusivamente retórico da disciplina História, e tento conferir às minhas pesquisas uma sustentação empírica, que lhes confere certo grau de cientificidade.

Ao longo da carreira fiz de tudo um pouco, conforme se depreende dessa narrativa. Mantive atividades de ensino, de pesquisa, algumas de extensão e outras administrativas. Pertenço a redes de pesquisa nacionais e internacionais. Não disse isso anteriormente, mas cheguei a ser diretora da seção sindical local do Andes, nos tempos em que nosso sindicato se entregava mais às lutas do que às oposições partidárias. Atuei e ainda atuo em nossa Anpuh; sempre que convocada, aceito colaborar com as agências de fomento, que foram sempre muito generosas comigo, financiando largamente os meus projetos. Recentemente tenho buscado internacionalizar a minha carreira e o meu Programa, para que possamos subir de conceito. Quando olho para atrás, tenho orgulho de minha trajetória na UFJF.

Hoje tenho 54 anos e a partir de 1^o de setembro de 2017 já posso me aposentar, pois além de ter cumprido 32 anos de trabalho, terei encerrado o interstício de um ano, após a minha licença para pós-doutoramento. O que me leva, então, à pretensão de iniciar um novo vínculo institucional na UFJF?

Em primeiro lugar, me sinto ainda jovem e com muita energia para continuar trabalhando. Meu ritmo de produção é maior hoje do que era há uns anos atrás, sem contar

⁹⁰ Me refiro a duas abordagens de Tilly: o seu conceito de cidadania com base em suas interações relacionais e o conceito de “repertório”, que associado à análise do discurso dos grupos em conflito, me permite produzir uma abordagem diferenciada em relação ao meu objeto. A perspectiva de Tilly de que o conflito é o elemento estruturador da vida social – o que se encontra também em Thompson – me possibilita analisar o campo do político por meio das diferenças e da luta de interesses dos grupos, cada qual com seu repertório. Para o conceito de cidadania: TILLY, Charles. *Citizenship, Identity and Social History*. Cambridge University Press, 1996. Para as discussões sobre repertório, seu trabalho mais recente sobre o tema, antes de sua morte: TILLY, C. *Regimes and repertoires*. Chicago/London. University of Chicago Press, 2006.

com a qualidade, que tende a aumentar com a experiência. Tenho ainda 21 anos de trabalho pela frente, se desejar. Se eu for aprovada, o meu Departamento sairá ganhando, pois ao me aposentar, libero mais uma vaga para um novo professor e ainda permaneço atuando no quadro efetivo. Via com bons olhos a possibilidade de reiniciar a carreira em outra Universidade, mas como se sabe, essas vagas são raras e tendem a desaparecer.

De todo modo, não pretendia fazer essa seleção. Preparar um memorial e proferir uma conferência e ainda, eventualmente, ter que competir com outros colegas, a essa altura da vida, me parecia dispensável. Por outro lado, o que pesou em minha decisão, foi o que ocorreu no ano de 2015, quando apenas um candidato se inscreveu para essa vaga de titular livre e não foi aprovado por não ter perfil sênior. Quase perdemos a vaga. Temos agora a oportunidade de uma nova seleção e penso que tenho um perfil capaz de preenchê-la, caso seja aprovada, e ainda gerar outra vaga para o Departamento. Mesmo se não for aprovada, a satisfação em escrever esse texto foi muito grande, o que já valeu por si só.

Espero ter conseguido escapar de uma “*egotrip*”, mostrando que toda a minha trajetória só foi possível de ser trilhada mediante a colaboração de muitos colegas e amigos e do apoio das instituições às quais estive vinculada, tanto no Brasil como no exterior. Por fim, espero ter conferido um sentido a tantos afazeres, pois é assim que se constroem as “histórias de si”.

Procurei fazer uma análise mais qualitativa de minha produção. Segue ao fim desse memorial um anexo, que apresenta de forma quantitativa, alguns de meus indicadores, não relacionados anteriormente.

Referências:

1. AGULHON, Maurice. *The republic in the village: the people of the Var from the French Revolution to the Second Republic*. New York, Cambridge University Press, 1982;
2. ALBERTONI, Ettore A. *Doutrina da classe política e teoria das elites*. Rio de Janeiro: Imago, 1990.
3. ARAÚJO, Maria Paula e PINTO, António C. (org.) *Democratização, memória e Justiça de Transição nos Países Lusófonos*. Rio de Janeiro e Recife. Autografia e EDUPE, 2017.
4. BASBAUM, Leôncio. *História sincera da república: de 1889 a 1930*. 4ed, São Paulo: Alfa-Ômega, 1975-6.
5. BENDIX, Reinhard. *Construção Nacional e Cidadania*. São Paulo, Edusp, 1996.
6. BERSTEIN, Serge. A cultura política. In: RIOUX, Jean-Pierre e SIRINELLI, Jean-François. *Para uma história cultural*. Lisboa: Estampa, 1998. pp: 349-363.
7. BOBBIO, Norberto *et al.* *Dicionário de política*. Brasília: UnB, 1986.
8. BORGES, Célia M. (org.) *Solidariedades e conflitos: histórias de vida e trajetórias de grupos em Juiz de Fora*. Juiz de Fora: Ed.UFJF, 2000.
9. BOSCHI, Renato R. *A arte da associação: política de base e democracia no Brasil*. Rio de Janeiro: Iuperj e Vértice, 1987.
10. BOTTOMORE, T. *As elites e a sociedade*. Rio de Janeiro: Zahar, 1965.
11. BOULOS JR., Alfredo. *História, Sociedade e cidadania*. 2ed, São Paulo: FTD, 2016.
12. BOURDIEU, Pierre. A ilusão biográfica. In: FERREIRA, M. de M. e AMADO, Janaína (orgs.). *Usos e abusos da História Oral*. Rio de Janeiro, ED.FGV, 1996, 183-191.
13. BOURDIEU, Pierre. *O poder simbólico*. Rio de Janeiro: Bertrand do Brasil, 1989.
14. BOURDIEU, Pierre. É possível um ato desinteressado? In:--- BOURDIEU, Pierre. *Razões práticas: sobre a teoria da ação*. Campinas: Papius, 1996, pp.137-161.
15. BOUTIER, Jean e JULIA, Dominique (orgs.). *Passados recompostos: campos e canteiros da História*. Rio de Janeiro: FGV e Ed.UFRJ, 1998.

16. BRAICK, Patrícia R. *Estudar História: das origens do homem à era digital*. São Paulo: Moderna, 2017.
17. CAMARGO, Aspásia. A revolução das elites: conflitos regionais e centralização política. In: GUIMARÃES, Manoel, L. S. (org.). *A Revolução de 30: Seminário Internacional*. Brasília: UNB, 1983.
18. CARDOSO, Ciro F. e BRIGNOLI, Héctor P. *Os métodos da história*. 2ed, Rio de Janeiro: Graal, 1981.
19. CARDOSO, Ruth C. L. Movimentos sociais urbanos: um balanço crítico. In: ... SORJ, Bernardo e ALMEIDA, Maria H. T. (org.). *Sociedade e política no Brasil pós-64*. 2ed., São Paulo, Brasiliense, 1983. pp. 215-239.
20. CARONE, E. *A primeira república (1889-1930)*. São Paulo: Difel, 1975.
21. CARVALHO, José Murilo. *Os Bestializados: O Rio de Janeiro e a República que não foi*. São Paulo: Cia das Letras, 1989.
22. CASTEL, Robert. *As Metamorfoses da Questão Social: uma crônica do salário*. Petrópolis: 3ed, Vozes. 1998.
23. CASTELLS, Manuel. *Cidade, democracia e socialismo*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980.
24. CHÂTELET, François et alii. *História das ideias políticas*. Rio de Janeiro: Zahar, 1985. CHEVALLIER, J.J. *História do pensamento político*. Rio de Janeiro: Zahar, 1982.
25. CLAWSON, Mary. *Constructing brotherhood: class, gender, and fraternalism*. New Jersey, Princeton University Press, 1989.
26. CUNNINGHAM, Hugh and INNES, Joanna. (eds.). *Charity, Philanthropy and reform*. From 1690 to 1850. London: Macmillan Press, 1998.
27. DAHL, Robert A. Uma crítica do modelo de elite dirigente In: PARSONS, Talcott et al. *Sociologia política II*. Rio de Janeiro: Zahar, 1970. pp. 90-100.
28. DOUGLAS, Mary. Losses and Gains. In: SCHNEEWIND, J.B. (org) *Giving: Western Ideas of Philanthropy*. Indiana: Indiana University Press, 1996.
29. ENDERS, Armelle. *Pouvoirs et federalisme au Bresil:1889-1930*. Paris: Universite de Paris IV- Sorbonne/Institut d'histoire, 1993, tese.
30. FAORO, Raymundo. *Os donos do poder: formação do patronato político brasileiro*. 6ed. Volume 2. Rio de Janeiro: Ed. Globo, 1984.
31. FAUSTO, Boris. *A Revolução de 1930: Historiografia e História*. 14 ed, São Paulo: Brasiliense, 1994.

32. FIGUEIREDO, Luciano (org.) *História do Brasil para ocupados*. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2013.
33. FRANCO, Gustavo H.B. A primeira década republicana. In: ABREU, Marcelo de P. (org.) *A ordem do progresso, cem anos de política econômica republicana (1889-1989)*. Rio de Janeiro: Campus, 1989.
34. FREYRE, Gilberto. *Casa grande e senzala: formação da família brasileira sob o regime de economia patriarcal*. 48 ed, São Paulo: Global, 2003.
35. FRISTCH, Winston. *External constraints on economic policy in Brazil, 1889-1930*. Hong Kong: University of Pittsburgh Press, 1988.
36. GEERTZ, Clifford. The rotating credit association: a middle rung in development. *Economic Development and Cultural Change*, 10:241-63, April, 1962.
37. GETTELL, Raymond. *História das ideias políticas*. Lisboa: Inquérito, 1936.
38. GODELIER, Maurice. *O enigma do dom*. Rio, Civilização Brasileira, 2001.
39. GOMES, Angela de C. A representação de classes na Constituinte de 1934. IN: -- GOMES, Ângela de Castro et al. (coord.) *Regionalismo e centralização política*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1980. pp 427-491.
40. GOMES, Angela de Castro (org.). *Escrita de si, escrita da História*. Rio de Janeiro: FGV, 2004.
41. GORENDER, Jacob. *O escravismo colonial*. São Paulo: Ática, 1980.
42. GRAMSCI, A. *Os intelectuais e a organização da cultura*. 4ed, Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.
43. GRAMSCI, A. *Maquiavel, a política e o Estado Moderno*. 5ed, Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1984.
44. GRAMSCI, A. A concepção dialética da História. *Obras escolhidas*. São Paulo: Martins Fontes, 1978.
45. HALBWACHS, Maurice. *A memória coletiva*. São Paulo: Centauro, 2006.
46. HARTOG, François. *Evidência da História: o que os historiadores veem*. Belo Horizonte: Autêntica, 2011.
47. HECHTER, Michael. *Principles of group solidarity*. California: University of California press, 1987.
48. HIMMELFARB, Gertrude. *The new History and the old*. Cambridge, MA, Harvard University Press, 1987.
49. HIMMELFARB, Gertrude. *The idea of poverty: England in the early industrial age*. New York: Alfred A. Knopf, 1984.

50. HOLANDA, Sérgio B. *Raízes do Brasil*. 23 ed, Rio de Janeiro: José Olympio, 1991.
51. KIDD, Alan. *State, Society and the Poor in XIX Century England*. London: Macmillan Press. 1999.
52. KOMTER, Aafke. *Social solidarity and the gift*. Cambridge, UK: Cambridge University Press 2005.
53. KOSELLECK, R. *Futuro do passado: contribuição à semântica dos tempos históricos*. Rio de Janeiro: Contraponto e PUCRJ, 2006.
54. LEVINE, Robert. *A velha usina: Pernambuco na federação brasileira (1889-1937)*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980.
55. LIEBERSOHN, Harry. *The return of the gift: European History of a Global Idea*. Cambridge: Cambridge University Press, 2011.
56. LOJKINE, Jean. *O Estado capitalista e a questão urbana*. São Paulo, Martins Fontes, 1981.
57. LOVE, Joseph. *A Locomotiva: São Paulo na federação brasileira: 1889-1937*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.
58. LUCA, Tânia de. *O sonho do futuro assegurado. O mutualismo em São Paulo*. São Paulo: Contexto, 1990.
59. MARTINS, Luciano. A revolução de 1930 e seu significado político. In: GUIMARÃES, Manoel L. S. et al. (orgs.). *A Revolução de 30: Seminário Internacional*. Brasília: UNB, 1983. pp.669-689.
60. MARX, Karl. *Formações econômicas pré-capitalistas*. 3ed, Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981.
61. MILLS, Wright C. *A elite do poder*. Rio de Janeiro: Zahar, 1962.
62. MAUSS, Marcel. *Ensaio sobre a dádiva*. Edições 70, Lisboa.
63. NEGRO, António L. e BRITO, Jonas. A Primeira República muito além do Café com Leite. Resenha publicada na *Revista Topoi*. Rio de Janeiro, vol. 12, n. 26, 2013.
64. PINTO, António C. *Os camisas azuis e Salazar: Rolão Preto e o Fascismo em Portugal*. Lisboa: Edições 70, 2015.
65. PIRES, Anderson J. *Capital agrário, investimento e crise na cafeicultura de Juiz de Fora, 1870 – 1930*. Niterói: UFF, 1993, dissertação.
66. PUTNAM, Robert D. *Comunidade e democracia: a experiência da Itália Moderna*. 3ed, Rio de Janeiro: FGV, 2002.

67. RÉMOND, R. (org.). *Por uma história política*. Rio de Janeiro: FGV, 1996.
68. REVEL, Jacques. La région. In:--- NORA, Pierre. (dir.) *Les lieux de mémoire*. Paris: Gallimard, 1992. III (1).
69. RIBEIRO, Gladys S. e FERREIRA, Tânia M.T.B. (org.). *Linguagens e práticas da cidadania no século XIX*. São Paulo: Alameda, 2010.
70. RIBEIRO, Gladys Sabina. Cidadania e luta por direitos na Primeira República: analisando processos da Justiça Federal e do Supremo Tribunal Federal. *Revista Tempo*. Niteroi, UFF, 2009.
71. ROSANVALLON, Pierre. Pour une Histoire conceptuelle du Politique - Note de Travail *Revue de synthèse*: IV e S. Paris (1-2):93-105 - jan/juin-1986.
72. SABINE, George H. *Historia de la teoria politica*. 12ed, México: Fondo de Cultura, 1991.
73. SANTOS, Carlos N. F. dos. *Movimentos urbanos no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro, Zahar, 1981.
74. SANTOS, Milton. *A urbanização desigual: a especificidade do fenômeno urbano em países subdesenvolvidos*. 2 ed., Petrópolis: Vozes, 1982.
75. SKINNER, Quentin. "Meaning and understanding in the History of Ideas". *History and Theory*. Vol. 8, No. 1 (1969), pp. 3-53.
76. SKINNER, Q. Los fundamentos del pensamiento político moderno. México: Fondo de Cultura Económica, 1978.
77. SKINNER, Q. *As fundações do pensamento político moderno*. São Paulo: Cia das Letras, 1996.
78. SWAAN, Abram. *In care of the state: health care, education and welfare in Europe and the USA in the modern era*. Cambridge: Polity Press, 1988.
79. WIRTH, John. O fiel da balança: Minas Gerais na federação brasileira (1889-1937), Rio de Janeiro: Paz e terra, 1982.
80. THOMPSON, Edward P. *A formação da classe operária inglesa*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987, volumes 1 a 3
81. THOMPSON, E. P. *Costumes em comum: estudos sobre a cultura popular tradicional*. São Paulo: Cia das Letras, 1998.
82. TILLY, Charles. *Citizenship, Identity and Social History*. Cambridge University Press, 1996.
83. TILLY, C. *Regimes and repertoires*. Chicago/London. University of Chicago Press, 2006.

84. TITMUSS, Richard M. *The gift relationship*. New York: New Press, 1997.
85. TOPIK, Steven. *A presença do estado na economia política do Brasil de 1889 a 1930*. Rio de Janeiro: Record, 1989.

ANEXOS

**ANEXO 1: RELAÇÃO DE DISSERTAÇÕES E TESES
ORIENTADAS**

N.	ORIENTANDO	TÍTULO/ DISSERTAÇÃO/TESE	ANO
86.	Daniele Reis Crespo	O Cotidiano Policial no Rio de Janeiro (1902-1906)	2007
87.	Elaine Aparecida Laier	Políticas Higienistas em Juiz de Fora na Primeira República	2008
88.	Fábio Rigueira Simão	Políticas Higienistas em Juiz de Fora na Primeira República	2009
89.	Keila Auxiliadora Carvalho	A Saúde pelo Progresso: Médicos e Saúde Pública em Minas Gerais	2009
90.	Plínio Ferreira Guimarães	A Construção do Medo: A Guerrilha de Caparaó (1966-1967) e o medo gerado nas populações residentes em torno do Parque Nacional do Caparaó como forma de manutenção do poder das elites locais.	2009
91.	Lenilson da Silva Araújo	Vozes que não se calam: a experiência de cidadania entre as pessoas comuns em J.Forá na Primeira República	2010
92.	Giovani Stroppa Faquin	Políticos da nova Raça: O Jardim da Infância e a Experiência de Poder na Primeira República	2010

93.	Isabel Cristina Medeiros Mattos Borges	Cidade de Portas Fechadas: A Intolerância contra os Ciganos na Organização Urbana na Primeira República	2007
94.	Leandro de Almeida Silva	O Discurso Modernizador de Rui Barbosa na República Oligárquica	2009
95.	Priscila da Costa Pinheiro	Estratégias de Organização da Sociedade Civil: as Associações de imigrantes na Corte (1860-1882).	2009
96.	Laura Valéria Pinto Ferreira	Entre a repressão e a caridade: crianças desamparadas em uma sociedade em construção (1890-1927).	2009
97.	Vítor Fonseca Figueiredo	Os Senhores do Sertão: coronelismo e parentela em uma área periférica de Minas Gerais (1889-1930)..	2010
98.	Jackson de Souza Vale	Cidadania Política e Finanças em Machado de Assis: A Série A Semana (1892-1897).	2011
99.	Sérgio Augusto Vicente	Sociedades científicas, literárias e de instrução: dimensões da prática associativa dos homens de letras e “sciencia” na Corte (1860-1882).	2012
100.	Pedro Ivo Dias Tanagino	. É preciso crer: contribuição para a história do conceito de	2013

		homem integral segundo a doutrina de Plínio Salgado (1872-1930).	
101.	Antônio Gasparetto Júnior	Direitos sociais em perspectiva: seguridade, sociabilidade e identidade nas mutuais de imigrantes em Juiz de Fora (1872-1930).	2013
102.	Marcelo Almeida Silva	O Reich e o Stato aos pés do Cristo: o totalitarismo sob a ótica das charges cariocas durante a Segunda Grande Guerra	2014
103.	Lívia Freitas Pinto Silva	O Povo no Imaginário dos letrados: representações dos setores populares nas páginas da revista O Malho	2014
104.	Dievani Lopes Vital	A influência do ideário francês iluminista e revolucionário na composição das ideias da Geração de 1870 no Brasil	2015
105.	Camila Pereira Martins	O Republicanismo em Lisboa e Rio de Janeiro (1870-1910).	2015
106.	Allony Rezende de Carvalho Macedo	Presente, passado e futuro: o Movimento Tenentista e a intelligentsia anti-liberal na crise da Primeira República	2015
107.	Sérgio Milagre Júnior	Governo mineiro e controle social na primeira república: a Colônia Correccional Agrícola do Bom Destino e a tentativa de disciplinamento	2016

		social através da educação e trabalho (Sabará, 1895-1901).	
--	--	--	--

TESES

02	Virna Ligia Fernandes Braga	Pobreza e Assistência Pública e Privada em Minas Gerais (1888-1923)	2015
01	Vítor Fonseca Figueiredo	Voto e competição política na Primeira República: o caso de Minas Gerais.	2016

ANEXO 2 : PRODUÇÕES EM NÚMEROS

a) ORIENTAÇÕES EM ANDAMENTO

INCIAÇÃO CIENTÍFICA	02
MESTRADO	04
DOCTORADO	03
TOTAL	09

b) INICIAÇÃO CIENTÍFICA EM NÚMEROS

DECÊNIOS	ESTUDANTES ORIENTADOS COM BOLSAS
1987-1996	3
1997-2006	16
2007-2017	29
Total	48

c) PARTICIPAÇÃO EM BANCAS EM NÚMEROS

Qualificações	Defesas de mestrado	Defesas de Doutorado	Concursos públicos	Professor Titular	TOTAL
29	40	12	06	01	88

d) APRESENTAÇÃO DE TRABALHOS E PALESTRAS EM EVENTOS EM NÚMEROS

EVENTOS NACIONAIS	EVENTOS INTERNACIONAIS
19	16

e) PUBLICAÇÃO DE LIVROS E CAPÍTULOS

LIVROS AUTORAIS	LIVROS ORGANIZADOS	CAPÍTULOS DE LIVROS
03	5	18

f) ARTIGOS PUBLICADOS EM PERIÓDICOS

QUALIS A	QUALIS B	TOTAL
12	5	17

g) OUTRAS PRODUÇÕES

VERBETES	RESENHAS	PREFÁCIOS	ARTIGOS EM ANAIS
5	4	6	20

ANEXO 3 – PARTICIPAÇÃO EM CONSELHOS EDITORIAIS**MEMBRO DE CORPO EDITORIAL DE PERIÓDICOS**

REVISTA	INSTITUIÇÃO
Estudos Ibero-Americanos	PUCRS
Hydra	UNIFESP
Crítica Histórica	UFAL
Monções	UFMS
Oficina do Historiador	PUCRS
Revista Brasileira de História	ANPUH (2009/2011 e 2015/2017)
Locus	UFJF
LPH	UFOP
Revista Eletrônica de História do Brasil	UFJF

ANEXO 4 - DISCIPLINAS LECIONADAS NA GRADUAÇÃO E NA PÓS GRADUAÇÃO

a) Disciplinas lecionadas na graduação por períodos

PERÍODO	DISCIPLINAS
1987-1999	História das Ideias Políticas I, II e III (Brasil) Metodologia da História Civilização Contemporânea (Curso de Comunicação) Formação Social Brasileira (Curso de Serviço Social)
1999-2017	História do Brasil República I Metodologia da História (até 2006) Tópicos de História Política: ideias e instituições Tópicos de História do Século XX

b) Disciplinas lecionadas no Programa de Pós-Graduação

2004- Cidadania e Exclusão no Brasil (1850-1920)

Ementa: Esta disciplina consiste no estudo do cotidiano dos setores subalternos brasileiros, do final do século XIX à segunda década republicana, levando-se em conta as suas alternativas de resistência e de colaboração com a nova ordem política e social implantada – Abolição e Proclamação da República - a construção e/ou reforço de sua identidade, as primeiras vivências relativas ao exercício da cidadania, as suas relações com o poder público instituído, bem como o estudo das diferentes formas de associativismo que foram estabelecidas.

2005- História, Cultura e Poder

Ementa: O curso tem por objetivo discutir as possíveis relações entre Cultura e Poder na História. Será dividido em três partes. A primeira, dedicada à História, abordará o discurso histórico e o fazer-se histórico, a partir da análise de diversas teorias da ação. A segunda parte, dedicada ao estudo da Cultura em suas múltiplas significações, enfocará as possíveis relações entre a História e a Antropologia, a partir do estudo dos ritos e símbolos, das culturas políticas e dos processos de construção de identidades e de relações de sociabilidade. A terceira parte, voltada para o estudo do Poder, enfocará as múltiplas

discussões sobre o poder enquanto instituição, a expressarem-se em dois campos distintos: o das relações que se dão no mercado econômico e no mundo do trabalho.

2006 - Tópicos de Poder, Mercado e Trabalho II

Ementa: O curso se propõe a discutir, a partir de uma **abordagem eminentemente historiográfica**, alguns temas da História do Brasil Republicano, tendo por marco inicial o ano de 1870 e o final o ano de 1964. A priori, os temas propostos são: Movimento Republicano e Proclamação da República, Federalismo e Pacto Oligárquico, Movimentos Sociais Rurais, Movimentos Sociais Urbanos, Mundo do Trabalho, Industrialização e Urbanização, Estado Liberal, Autoritário, “Populismo”, entre outros.

2008 - Exclusão Social: Reflexões acerca de como o Estado e a Sociedade Civil Lidaram com a Pobreza numa Perspectiva Comparada (Inglaterra e Brasil, séculos XIX e XX)

Ementa: O curso pretende abordar, de forma comparativa, as alternativas encontradas pelo Estado e pela sociedade civil, para lidarem com a pobreza e a marginalização social. Tomaremos como base duas experiências distintas, a da Inglaterra e a do Brasil. Serão abordadas as alternativas encontradas pela sociedade e pelo Estado para reagirem ou conviverem com a exclusão social, a partir de iniciativas privadas (mutualismo, filantropia, assistencialismo sindical, cooperativas, entre outros) e de iniciativas públicas (instituições sociais, leis reguladoras, subsídios diversos, políticas de proteção social, etc). O foco será a origem de tais iniciativas, que se situam num período de aproximadamente cem anos, até o advento de políticas públicas mais efetivas em ambos os países. Farão parte também do curso discussões conceituais relacionadas às experiências históricas, como os conceitos de reciprocidade, altruísmo e “self help”.

2009- Seminário de Linha de Pesquisa: Poder, Mercado e Trabalho

Ementa: O curso será desenvolvido em duas etapas. Na primeira etapa serão lidos e discutidos textos que auxiliem na fundamentação teórica dos projetos inscritos na disciplina. Na segunda, cada projeto será lido e discutido por três colegas.

2010- História, Cultura E Poder

Ementa: O curso tem por objetivo discutir as possíveis relações entre Cultura e Poder na História. Será dividido em duas partes. A primeira, dedicada à História e suas relações

com a cultura abordará os seguintes temas: História e Antropologia, História Cultural, História e Literatura, Narrativa e Retórica e História e Memória. A segunda parte, dedicada às relações entre História e poder, abordará os seguintes temas: formação da opinião pública, da esfera pública e da cultura cívica. Políticas públicas e culturas políticas. Os valores da distinção e da honra. O mundo do trabalho, da marginalidade e da pobreza. As práticas da vigilância e da repressão.

2012- Republicanismos e repúblicas

Ementa: Trata-se de um estudo sobre os movimentos republicanos e seus respectivos projetos de república na América (Brasil, Estados Unidos e Argentina) e na Europa (Portugal e França). Busca-se compreender como foram construídas as diferentes culturas políticas republicanas e de que forma as experiências teóricas e práticas influenciaram umas às outras. Pretende-se também focar as relações entre os projetos republicanos e suas respectivas repercussões sobre os modelos político-institucionais implantados.

2013- História, Cultura E Poder

Ementa: Ao longo do curso serão debatidos os seguintes temas: Breve História da historiografia ocidental; História e historiografia: o papel do historiador e de seu objeto; Dilemas e desafios atuais da Historiografia; : Discutindo os conceitos de cultura; História e Antropologia: uma parceria bem sucedida; Os diferentes campos da História Cultural; Dois conceitos importantes para a História Cultural: identidade e reciprocidade; O poder como relação, o poder como instituição; As interfaces entre a História política e a Sociologia; A História dos conceitos políticos; Dois conceitos importantes para a História Política: cultura política e opinião pública; Quando História, Cultura e poder se encontram: Indivíduo x sociedade, progresso x estagnação; Quando História, Cultura e poder se encontram: a mudança social

2014 - Direitos sociais e cidadania: considerações teóricas e reflexões sobre o Brasil contemporâneo (1889-1943)

Ementa: Trata-se de um estudo da cidadania no Brasil republicano, com foco privilegiado sobre os direitos sociais estabelecidos pelos textos constitucionais. O curso envolverá também uma discussão sobre o conceito de cidadania em suas diversas abordagens, tanto no Brasil como fora dele. Enfocará os principais avanços e limites impostos pelos marcos

jurídicos instituídos no campo das políticas sociais, de forma comparativa, e levando-se em conta seus respectivos contextos de emergência.

2015- História, Cultura e Poder

Ementa: Esta disciplina tem por objetivo promover reflexões acerca da área de concentração do Programa, construída a partir dos três eixos que lhe nomeiam, a história, a cultura e o poder. Desta forma, os textos selecionados para discussão são os que buscam realçar as interseções entre estas três dimensões. Para cada uma delas foi escolhido um tema a ser aprofundado. Desta forma, para o primeiro campo, o da História, optou-se por discutir-se a História dos Conceitos, em suas diferentes vertentes. Em relação ao campo da História cultural, optou-se por discutir a micro história e as microanálises. E no campo do poder, a questão da cidadania e as formas de exercê-la.

2016 – Seminário de tese

Ementa: Debate dos projetos de dissertação e de teses com uso de textos teóricos de apoio.

ANEXO 5 - RELAÇÃO DE PROJETOS DE PESQUISAS FINANCIADOS POR AGÊNCIAS

PERÍODO	PROJETO	DESCRIÇÃO	AGÊNCIA	VALORES
2015-2018	O advento do nacional-autoritarismo nas primeiras repúblicas brasileira e portuguesa: uma análise comparativa	Trata-se de um estudo que envolve comparações entre duas primeiras repúblicas, a brasileira e a portuguesa, nos momentos em que suas respectivas crises foram iniciadas. A República brasileira, proclamada ainda ao final do século XIX, foi viver a sua principal crise a partir dos anos 20. Já a República Portuguesa, inaugurada em 1910, embora tenha passado por crises contínuas, elas igualmente se aprofundaram após a Primeira Guerra Mundial. Em ambos os países e em decorrência das crises aventadas, os regimes republicanos caminharam para formatos autoritários, o Estado Novo, português e brasileiro. Tendo em vista as inúmeras similitudes que podem ser encontradas entre as duas conjunturas, priorizaremos a investigação sobre a formação dos ideais nacionais e autoritários do pós-guerra, a partir da análise institucional do Estado e das culturas políticas emergentes, em ambos os países. Interessa-nos as mudanças políticas ocorridas no período, a exemplo das alterações nos marcos jurídicos-constitucionais, da entrada de novos atores, das mudanças nos quadros partidários, bem como da expansão do pensamento político de matriz nacional-autoritária, que começava a se consolidar entre as culturas políticas de ambas as nações.	CAPES Bolsas	68.600,00
2015-2017	Direitos políticos, direitos sociais: uma análise comparativa entre dois momentos da República Brasileira (1890-1937)	Trata-se de estudar os direitos políticos e sociais em dois períodos distintos da República brasileira, vinculando-os a dois momentos em que o Estado brasileiro passava por importantes transformações. O primeiro era o de construção do Estado republicano e de montagem do federalismo. O segundo, de crise do regime republicano, a partir da desmontagem do próprio federalismo. O foco será sobre as mudanças constitucionais, que espelham transformações ocorridas no aparato estatal, uma vez que textos constitucionais são marcos fundadores de novos ordenamentos políticos. A partir da lei magna são elaborados marcos jurídicos complementares. Interessa-nos nestes dois momentos de mudança refletir sobre o tema da cidadania e de que forma os dois momentos impactaram o processo de ampliação dos direitos, sejam eles políticos ou sociais.	CNPq Bolsas	39.600,00

2011-2015	Campos Sales e a Nova Dinâmica Oligárquica Republicana	<p>Descrição: O projeto tem por objetivo estudar o quadriênio Campos Sales (1898-1902), a partir de sua articulação com os executivos estaduais, com o Parlamento, com os setores produtivos mais dinâmicos e com a sociedade civil, com o fim de melhor compreender a “política dos estados”, sua formulação, aplicação, recepção, eventuais êxitos e limites. Através dele pretende-se acompanhar as experiências e os marcos teóricos que teriam inspirado o governante nas escolhas realizadas em relação ao seu governo e entender como se processaram as mudanças realizadas. Pretende-se igualmente identificar as reações de apoio e/ou rejeição, no âmbito do Parlamento, às mudanças políticas e econômicas por ele implementadas bem como analisar a recepção das mudanças pela imprensa e sua repercussão sobre os setores populares, organizados ou não. Soma-se a isto a importância em avaliar o impacto das mudanças implementadas no processo de estabilização do regime político. Por fim, pretende-se analisar as estratégias políticas de Campos Sales em seu esforço de formulação de uma opinião pública que lhe fosse favorável, entender as suas articulações com os grupos econômicos mais dinâmicos, responsáveis, em parte, pela sua sustentação política e compreender como suas mudanças contribuíram para a consolidação de uma nova cultura política republicana, em curso nos anos iniciais da República.</p>	<p>FCRB Bolsas</p> <p>FAPEMIG: Universal</p>	<p>96.000,00</p> <p>9.272,30</p>
2009-2014	Expansão da Autoridade Pública e Cidadania : Proposição, Implantação e Recepção dos Projetos de República no Brasil (1870-1909)	<p>Descrição: O projeto tem como objetivo analisar como “os pais fundadores” da República brasileira entendiam as articulações entre a República e a cidadania, como suas elites políticas traduziram essas aspirações na formação do arcabouço institucional do novo regime e como se processou a recepção deste modelo, por parte dos setores organizados e não organizados da sociedade civil brasileira. Para este fim, analisaremos quais os modelos de República e de cidadania encontravam-se presentes no pensamento dos principais atores políticos brasileiros, que se envolveram com o projeto republicano, e quais modelos de República e cidadania compunham os programas partidários e textos constitucionais produzidos ao final do Império e nos primeiros anos da República. Ademais, compararemos os modelos propostos com outros modelos encontrados em outros países, onde a cidadania e/ou República já se encontravam consolidadas, e com aqueles que, à semelhança do Brasil, viveram este processo de construção a posteriori. Faz parte também de nossos objetivos examinar as diversas formas de leitura desses conceitos e instituições por parte da sociedade civil através da identificação das diferentes apropriações do discurso que foram feitas, bem como de suas</p>	<p>CNPq (bolsa)</p> <p>CNPq Edital Humanidades:</p> <p>Fapemig: PPM</p>	<p>39.600,00</p> <p>8.800,00</p> <p>48.000,00</p>

		variadas	estratégias	de	reação.		
2009-2010	Projeto de Pesquisa Extensionista: A Universidade vai à Escola: Instrumentos Facilitadores do Ensino da História de Juiz de Fora	Esse projeto tem como finalidade disponibilizar importante instrumento pedagógico à comunidade escolar de Juiz de Fora, através da edição de dois livros e um DVD sobre a História da cidade. O primeiro livro é uma segunda edição ampliada do livro “Juiz de Fora- Vivendo a História” de autoria de uma das proponentes (Profa. Mônica Ribeiro de Oliveira), bastante utilizado nas primeiras séries de ensino fundamental, mas já esgotado. O livro foi inicialmente produzido no início dos anos noventa, com recursos do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE-MEC). Este livro, com edição de 1000 exemplares, foi amplamente distribuído para as escolas públicas do município. Para os fins deste projeto, este livro foi revisado e ampliado, passando a incorporar pesquisas recentes produzidas acerca da cidade e região.			FAPEMIG: Pesquisa Extensionista	80.000,00	
2008-2009	Estado e Sociedade: entre a Cidadania e a Exclusão	Descrição: Trata-se de um projeto coletivo desenvolvido no âmbito do grupo de pesquisa registrado no CNPq sob o título Cidadania, Trabalho e Exclusão. O projeto reúne nove pesquisadores e objetiva analisar a constituição da cidadania no Brasil, considerando as relações entre Estado, o mundo do trabalho e as políticas sociais no país, numa perspectiva de longa duração, que se estende dos anos finais do período imperial até os dias de hoje. Seu foco está sobre as transformações ocorridas nesta relação. Para este fim, trata das ambigüidades que, ao longo do processo de constituição da cidadania no país, marcam as relações do Estado brasileiro com a sociedade civil. Tal projeto, contemplado, em 2007, pelo Edital de Apoio a Grupos de Pesquisa Emergentes da FAPEMIG.			FAPEMIG PPM	65.000,00 48.000,00	
2007-2010	Associações Mutualistas e Filantrópicas: Estudos Comparativos	Trata-se de um estudo analítico e comparativo acerca de dois fenômenos associativos comumente encontrados no Brasil e em outros países antes da implantação do Estado de Bem-Estar Social ou da simples implementação de políticas sociais estatais mais abrangentes, quais sejam: o mutualismo e a filantropia. Em diversas circunstâncias, as fronteiras entre mutualismo e filantropia são apresentadas como muito tênues. Procura-se com este projeto realçar as diferenças existentes entre tais práticas, bem como refletir sobre as origens da confluência entre elas, a partir do estudo de como elas eram vistas pelos seus próprios criadores, bem como de que forma eram vistas pelo poder público. Acredita-se que ambas as manifestações sociais sejam estratégias diferenciadas entre si para fazerem face aos dilemas			FAPEMIG Edital Universal	17.556,00	

		resultantes das desigualdades sociais e da ausência de políticas públicas de proteção social. Objetiva-se estudar as associações filantrópicas e mutuais brasileiras entre os anos de 1860 e 1889, através de documentação localizada no Fundo Conselho de Estado do Arquivo Nacional. Serão analisadas 105 associações através de seus estatutos, atas e demais documentos que expressam não só a visão que seus articuladores possuíam sobre suas associações como a visão que o Estado Monárquico tinha sobre seu papel na sociedade civil brasileira. Conceitos como o de dom e contra-dom, reciprocidade, cultura política e cultura cívica serão importantes para o desenvolvimento da presente pesquisa.		
2007-2009	Friendly Societies and Philanthropy in Late XIX century and Early XX century Britain	Trata-se de um estudo da filantropia pública e privada organizada na Inglaterra, num período prévio à instalação das políticas de proteção social, mais especificamente, o ano de 1909, quando foi criado o sistema compulsório de aposentadorias e pensões com a participação estatal e a participação das associações de socorro mútuo. O estudo da filantropia, amplamente praticado pela sociedade inglesa, bem como o estudo das organizações de ajuda mútua são enfocados em suas relações com o Estado e com as demais organizações da sociedade civil britânica como sindicatos, seguradoras, entidades religiosas etc. São também analisados seus vínculos com as primeiras alternativas de proteção implantadas pelo Estado, tais como a Lei dos Pobres, as Casas de Trabalho (Workhouses) e a Sociedade de Organização da Caridade (Charity Society Organization – COS), entre outras.	CAPES Bolsas FAPEMIG PPM	97.000,00 48.000,00
2005-2006	Solidariedades Horizontais no Império	Trata-se de um projeto em parceria com pesquisador da Universidade Federal de Ouro Preto que tem por objetivos: 1.Proceder a identificação das associações que tiveram seus estatutos e atas de fundação analisados pelo Conselho de Estado, entre 1860 e 1887, através da elaboração de um banco de dados detalhado que possibilite, em seguida, classificar as associações de acordo com suas finalidades, grupos sociais envolvidos, localização, tamanho, etc.; 2.Delimitar, entre as associações identificadas e classificadas, aquelas que agrupavam especificamente os ex-escravos, homens livres pobres, artesãos, executores de ofícios indignos, artistas, operários, pequenos comerciantes, militares de baixa patente e funcionários públicos de baixo escalão da corte, as quais chamaremos de "sociedades populares", e proceder a análise mais detida das mesmas; 3.Buscar informações sobre as associações populares em outros conjuntos de fontes primárias, especialmente nos periódicos que circulavam no Rio de Janeiro na época, e na documentação de caráter oficial	CNPq Humanidades com Ronaldo P.de Jesus	8.000,00

		(atas, relatórios, documentos parlamentares e judiciais); 4. Observar a trajetória das associações no tempo, entre 1860 e 1889, na cidade do Rio de Janeiro, entendidas como "experiência" (Thompson) que se manifesta concretamente em práticas de "solidariedades horizontais" (Chalhoub), que aglutinavam homens e mulheres (em geral pobres e trabalhadores), diante das transformações econômicas, sociais, políticas e ideológicas que marcaram o período e, sobretudo, diante da crise da hegemonia dos mecanismos políticos e culturais de dominação senhorial - acentuada a partir de 1871 -, considerando, finalmente, a possibilidade de que tal experiência tenha gerado uma "cultura emergente" (Williams), sem o entendimento da qual, não podemos compreender a história dos ex-escravos, homens livres pobres, artesãos, executores de ofícios indignos, artistas, operários, pequenos comerciantes, militares de baixa patente e funcionários públicos.		
2003-2005	Proteção e Socorro: um estudo das sociedades beneficentes	Trata-se do estudo das associações mutualistas e filantrópicas de Juiz de Fora-MG no contexto pós-abolição aos primeiros anos da década de 1930. Pretende-se mapear as associações existentes procurando acompanhar a sua origem e elos de continuidade em relação a sindicatos, irmandades ou clubes sociais de caráter diverso. O foco é sobre os trabalhadores desamparados pela ausência de políticas sociais estatais.	Fapemig Bolsas	19.200,00
TOTAL ESTIMADO DE RECURSOS CAPTADOS				673.428,30